



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL (PPGSAN)

**RENÉ DE CASTRO LOPO NETO**

**VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO  
MESA BRASIL SESC PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL**

RIO DE JANEIRO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL (PPGSAN)

RENÉ DE CASTRO LOPO NETO

**VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO  
MESA BRASIL SESC PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Pereira Casemiro

Coorientadora: Profa. Dra. Santuzza Arreguy S. Vitorino

RIO DE JANEIRO

2021

L864 Lopo Neto, René de Castro  
Validação de Instrumento de Monitoramento e  
Avaliação do Mesa Brasil Sesc para Promoção da Segurança  
Alimentar e Nutricional / René de Castro Lopo Neto.  
-- Rio de Janeiro, 2021.  
193 f.

Orientadora: Juliana Pereira Casemiro.  
Coorientadora: Santuzza Arreguy Silva Vitorino.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

1. Avaliação. 2. Segurança Alimentar e  
Nutricional. 3. Banco de Alimentos . 4. Mesa Brasil  
Sesc. I. Casemiro, Juliana Pereira, orient. II.  
Vitorino, Santuzza Arreguy Silva, coorient. III.  
Título.

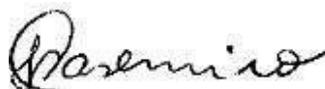
RENÉ DE CASTRO LOPO NETO

**VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO  
MESA BRASIL SESC PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: 29/04/2021.

Banca examinadora



---

Profª. Dra. Juliana Pereira Casemiro (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



---

Profª. Dra. Denise Cavalcante de Barros

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/Fiocruz



---

Profª. Dra. Cláudia Roberta Bocca Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Dedico este trabalho aos meus avós maternos e paternos (*in memoriam*), alicerces de tudo que conheço como amor incondicional, fontes inesgotáveis de afeto e de aprendizado de vida, e às pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional, pois foi pensando nelas, e em ajudá-las de alguma maneira, que mantive a garra para seguir adiante e desenvolver esta pesquisa.



Gente quer comer, gente quer ser feliz. Gente quer respirar, quer ar pelo nariz (...) Gente lavando roupa, amassando pão. Gente pobre arrancando a vida com a mão. No coração da mata gente quer prosseguir (...)

Gente é para brilhar, não para morrer de fome.

Caetano Veloso.

LOPO NETO, René de Castro. **Validação de instrumento de monitoramento e avaliação do Mesa Brasil Sesc para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.** 2021. 189 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

## RESUMO

O Brasil está entre os dez países que mais registram perdas e desperdício de alimentos no mundo, ao mesmo tempo que milhões de brasileiros passam fome diariamente. O Programa Mesa Brasil Sesc (MBS) foi criado em 2003 e configura uma rede nacional de bancos de alimentos que visa contribuir para o combate à fome e ao desperdício. A perspectiva de melhoria de qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional baseia-se não somente na distribuição de alimentos excedentes ou fora do padrão de comercialização, mas também em ações educativas como instrumentos para promoção de hábitos alimentares saudáveis, discussão sobre direitos fundamentais e suas garantias e difusão do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A ampla trajetória de atuação do Programa e o atual cenário de retrocessos das conquistas no âmbito do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) tornam relevante a elaboração de ferramentas que possibilitem a sistematização dos processos de Monitoramento e Avaliação (M&A) da atuação do MBS e de suas contribuições para a concretização da SAN. O presente trabalho tem como objetivo validar, por meio da técnica de consenso Delphi, instrumento de M&A do MBS para a promoção da SAN. Trata-se de um estudo transversal, realizado por meio de abordagem qualitativa, em três etapas: análise de documentos e elaboração de modelo lógico-teórico (MLT) do MBS; construção e validação do modelo lógico-operacional (MLO) do MBS e apresentação de ambos os documentos aos pares e público em geral. Após a elaboração do MLT, realizou-se a etapa de construção e validação do MLO, em duas fases, a partir da construção de consenso, por meio de questionários semiestruturados e estruturados, disponibilizados em plataforma *online*, que incluiu a participação de membros da equipe nacional do MBS, coordenadores(as) e ex-coordenadores(as) MBS, gestores(as) de ESA pelo MBS e integrantes de Espaços de Controle Social (ECS), representantes de cada uma das cinco regiões geográficas do país. As fases da validação do MLO representaram um processo de aprendizado em si, trouxeram reflexões e novas percepções sobre o MBS, o que o habilitará como mais um documento de suporte para o desenvolvimento de estratégias de M&A. Sendo assim, conclui-se que o processo de validação, envolvendo atores-chaves em SAN, com múltiplos olhares, moldados pelas experiências e diversificadas trajetórias, cumpriu seu papel de proporcionar um espaço rico e horizontal de discussão sobre teoria, prática e resultados, assim como subsidiar e fortalecer a construção de uma ferramenta vantajosa para a tomada de decisões e governança do MBS.

**Palavras-chave:** Avaliação. Segurança Alimentar e Nutricional. Banco de Alimentos. Mesa Brasil Sesc.

LOPO NETO, René de Castro. **Validation of the Mesa Brazil Sesc monitoring and evaluation instrument to promote food and nutritional security.** 2021. 189 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

### **ABSTRACT**

Brazil is among the ten countries that record the most food losses and waste in the world, while millions of Brazilians go hungry every day. The Mesa Brazil Sesc Program (MBS) was created in 2003 and sets up a national network of food banks that aims to contribute to the fight against hunger and waste. The perspective of improving the quality of life of people in situations of social and nutritional vulnerability is based not only on the distribution of surplus or non-standard food, but also on educational actions as instruments to promote healthy eating habits, discussion on fundamental rights and their guarantees and dissemination of the concept of Food and Nutritional Security (SAN). The broad trajectory of the Program's performance and the current setbacks of the achievements in the scope of the Human Right to Adequate Food (DHAA) make relevant the development of tools that enable the systematization of the Monitoring and Evaluation (M&A) processes of the MBS's performance of their contributions to the realization of the SAN. The present work aims to validate, through the Delphi consensus technique, the MBS M&A instrument for the promotion of SAN. This is a cross-sectional study, carried out through a qualitative and quantitative approach, in three stages: document analysis and the elaboration of the MBS logical-theoretical model (MLT); construction and validation of the MBS logical-operational model (MLO); and presentation of both documents to peers and the general public. After the preparation of the MLT, the construction and validation phase of the MLO was carried out, in two rounds, based on the construction of consensus, through semi-structured and structured questionnaires, made available on an online platform, which included the participation of team members national of MBS, coordinators and former coordinators of MBS, managers of ESA by MBS and members of Social Control Spaces (ECS), representatives of each of the five geographic regions of the country. The phases of MLO validation represented a learning process in itself, brought reflections and new perceptions about MBS, which will enable MLO as another supporting document for the development of M&A strategies. Thus, it is concluded that the validation process, involving key actors in SAN, with multiple perspectives, shaped by experiences and diversified trajectories, fulfilled its role of providing a rich and horizontal space for discussion on theory, practice and results, as well as subsidizing and strengthening the construction of an advantageous tool for MBS decision-making and governance.

**Keywords:** Evaluation. Food and nutritional security. Food Bank. Mesa Brazil Sesc.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Insegurança Alimentar, Pobreza e Fome .....	28
Figura 2 - Percentual da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020 – macrorregiões (A evolução da fome no Brasil).....	30
Figura 3 - Comparação das estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN com os inquéritos nacionais realizados (PNAD 2004/2009/2013 e POF 2018).....	31
Figura 4 - Diagrama: o caminho sustentável para a redução de PDA.....	35
Figura 5 - Linha do tempo da trajetória e marcos legais de SAN no Brasil a partir da década de 1990. ....	40
Figura 6 - Trajetória de bancos de alimentos no Brasil – do pioneirismo do Mesa São Paulo à criação do Programa Mesa Brasil Sesc.....	42
Figura 7 - Distribuição das Unidades MBS em território nacional. ....	43
Figura 8 - Linha do tempo do DHAA no Brasil.....	45
Figura 9 - Dimensões da Educação Alimentar e Nutricional. ....	46
Quadro 1 - Descrição dos elementos do modelo lógico-teórico MBS .....	59
Figura 10 - Fluxograma do processo de validação do Modelo Lógico-Operacional MBS.....	66
Figura 11 - Modelo Lógico-Teórico MBS elaborado.....	69
Figura 12 – Fluxo Componente 1.....	85
Figura 13 – Fluxo Componente 2.....	87
Figura 14 – Fluxo Componente 3.....	88
Figura 15 – Fluxo Componente 4.....	90
Figura 16 – Fluxo Componente 5.....	91
Figura 17 – Fluxo Componente 6.....	93
Figura 18 - Modelo Lógico-Operacional MBS validado.....	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números do Mesa Brasil Sesc de 2003 a 2020 .....	48
Tabela 2 - Total de pontos, mediana e intervalo interquartílico dos itens relacionados às etapas do componente 1 – Gestão do Programa MBS.....	83
Tabela 3 - Total de pontos, mediana e intervalo interquartílico dos itens relacionados às etapas do componente 2 – Combate à fome e ao desperdício. ....	85
Tabela 4 - Total de pontos, mediana e intervalo interquartílico dos itens relacionados às etapas do componente 3 – DHAA. ....	87
Tabela 5 - Total de pontos, mediana e intervalo interquartílico dos itens relacionados às etapas do componente 4 – SAN.....	89
Tabela 6 - Total de pontos, mediana e intervalo interquartílico dos itens relacionados às etapas do componente 5 – Vulnerabilidade social.....	90
Tabela 7 - Total de pontos, mediana e intervalo interquartílico dos itens relacionados às etapas do componente 6 – Solidariedade.....	92

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome (sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

BdA – Banco de Alimentos

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEP-UNIRIO - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CT PDA - Comitê Técnico sobre Perdas e Desperdício de Alimentos

DCNT – Doenças Crônicas Não-Transmissíveis

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DN – Departamento Nacional

DPS – Diretoria de Programas Sociais

DR– Departamento Regional

DDRR – Departamentos Regionais

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

ECS – Espaços de Controle Social

ESA – Entidade Social Assistida

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

GEA – Gerência de Assistência

IA – Insegurança Alimentar

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KG - Quilogramas

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPASAN – Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPAINSAN - Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional de Povos Indígenas

MBS – Mesa Brasil Sesc

MC – Ministério da Cidadania

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

M&A – Monitoramento e Avaliação

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MLO – Modelo Lógico Operacional

MLT – Modelo Lógico Teórico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDA – Perda e desperdício de alimentos

PFZ – Programa Fome Zero

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PMAC - Prince Mahidol Award Conference

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

RBBA – Rede Brasileira de Bancos de Alimentos

RCC - Roundtable on Community Change

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SESC – Serviço Social do Comércio

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SOFI – State of food insecurity

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USDA - United States Department of Agriculture

WHO – World Health Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>23</b>
1.1.1 Objetivo Geral .....	23
1.1.2 Objetivos específicos.....	24
<b>1.2 Justificativa .....</b>	<b>24</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 A (re) produção da fome e do desperdício de alimentos na insegurança alimentar.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Mesa Brasil Sesc: solidariedade à serviço da Segurança Alimentar e Nutricional .....</b>	<b>37</b>
<b>2.3 Monitoramento e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional.....</b>	<b>49</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>57</b>
<b>3.1 Análise de documentos e elaboração do Modelo Lógico-Teórico do MBS.....</b>	<b>57</b>
<b>3.2 Validação do Modelo Lógico-Operacional do MBS .....</b>	<b>59</b>
3.2.1 Fase 1 – Contextualização da pesquisa, perfil dos participantes e primeiras análises e considerações dos participantes acerca do modelo lógico-operacional MBS .....	61
3.2.2 Fase 2 – Análises da pertinência e da relevância dos elementos e conteúdo do modelo lógico-operacional MBS .....	63
<b>3.3 Plano de disseminação dos Modelos Lógico-Teórico e Lógico-Operacional MBS .....</b>	<b>67</b>
<b>Os modelos lógico-teórico elaborado e lógico-operacional validado do MBS, já diagramados, serão apresentados a todas as coordenações regionais do MBS durante o XVI Encontro Nacional de Coordenadores do Programa Mesa Brasil Sesc, previsto para ser realizado no primeiro semestre de 2023. ....</b>	<b>67</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>4.1 Análise de documentos e Modelo Lógico-Teórico MBS elaborado.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 11 – Modelo lógico-teórico do MBS elaborado.....</b>	<b>69</b>
<b>4.2 Perfil dos participantes .....</b>	<b>70</b>
<b>4.3 Fase 1 da validação do Modelo Lógico-Operacional MBS .....</b>	<b>71</b>
3.2.1 Componente 1 – Combate à fome e ao desperdício .....	71
Considerando os resultados de longo prazo os participantes sugeriram a inclusão de “Redução da prevalência de carências nutricionais”, “Redução da mortalidade infantil”, “Ampliação da cidadania”, “Redução do desperdício de alimentos” e “Aumento da acessibilidade aos alimentos”.....	72
3.2.2 Componente 2 – Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) .....	73
3.2.3 Componente 3 – Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) .....	75
3.2.4 Componente 4 – Vulnerabilidade Social .....	77

4.3.5 Componente 5 – Solidariedade.....	78
4.3.6 Componente 6 – Capacitações e Treinamentos .....	80
<b>4.4 Fase 2 da validação do Modelo Lógico-Operacional MBS – Pertinência e relevância .....</b>	<b>83</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICE A - Texto do corpo do e-mail convite encaminhado aos atores-chave para participação no projeto de pesquisa, assim como envio do TCLE .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE C - Texto do corpo do e-mail encaminhado aos participantes da pesquisa para início da etapa de validação do modelo lógico proposto. ....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE D – Questionário da Fase 1 .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE E – Roteiro do vídeo de apresentação da Fase 1 .....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE F – Texto do corpo do e-mail encaminhado aos participantes da pesquisa para início da segunda etapa de validação do modelo lógico proposto.....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE G – Questionário da Fase 2 .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE H – Termo de Anuência Sesc/DN .....</b>	<b>185</b>
<b>APÊNDICE I – Perfis dos participantes (n = 12) .....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE J – Perfil geral dos participantes (n = 12).....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE K – Quadros-fluxos componentes 1 e 2.....</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICE L – Quadros-fluxos componentes 3 e 4 .....</b>	<b>190</b>
<b>APÊNDICE M – Quadros-fluxos componentes 5 e 6 .....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO A – Certificado de parceria Sesc e Fome Zero. ....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXO B - Organograma do Departamento Nacional do Sesc (Sesc/DN) – 2020. ....</b>	<b>193</b>

## APRESENTAÇÃO

Antes de iniciarmos a imersão nos capítulos que compõem este trabalho é importante apresentarmos como a temática que propusemos estudar nesta pesquisa, de natureza qualitativa, surgiu em nossas trajetórias pessoal, profissional e acadêmica. Cabe aqui a pluralidade quando me refiro a “nossas” trajetórias, uma vez que existem reflexões do “eu pessoa”, do “eu profissional” e, agora, do “eu pesquisador”, que são indissociáveis.

Ao longo de nossas vidas nos vimos diante de situações que escancararam as mazelas de uma sociedade tão desigual e injusta, dentre elas a insegurança alimentar grave, a fome em suas diferentes facetas, que não nos permite indiferença ou impassividade na luta, árdua e constante, para erradicá-la.

Ao remexer nas memórias do passado, revisitando a infância, mais precisamente no final da década de 1980, relembro a primeira situação que me despertou e angustiou perante as desigualdades. Em um dia de sábado, retornando de um passeio em família, o “eu pessoa”, ao assistir uma cena da janela do carro de seus pais, na entrada de seu prédio, na Tijuca, bairro de classe média da zona norte carioca, teve uma sensação que o fez perder a alegria dos momentos vividos há poucas horas.

A cena, que de tão forte nunca se apagou, era de um homem em situação de rua que, não havendo nada para comer, começou a mastigar a folha de uma amendoeira, acompanhada de um café preto, puro, em um copo plástico, fornecido pelo funcionário da portaria. Naquele momento, um silêncio ensurdecedor tomou conta da família dentro daquele carro e, sentindo a necessidade de mostrar a realidade, de “tocar no assunto”, o pai olhou nos olhos do menino pelo retrovisor e disse: filho, esse é o mundo em que vivemos. Um total descaso com a dignidade humana. “Isso”... é a fome!

Meus pais me deram o primeiro exemplo concreto e simbólico de humanidade quando ajudaram, instantes depois, aquele homem a ter uma refeição digna. Este olhar de generosidade e cuidado passou a permear não somente minhas atitudes pessoais como todas as ações profissionais e acadêmicas que norteiam minha trajetória como nutricionista.

Para começarmos a mostrar o “eu profissional”, faz-se necessário rememorar alguns momentos do período de graduação em Nutrição na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Dessa época destaco os encontros regionais e nacionais de estudantes de nutrição, ERENUT e ENENUT, respectivamente, onde as discussões de jovens, tão vibrantes e, por que não dizer, privilegiados por poderem ingressar no ensino superior, acerca de temas, até hoje, tão complexos, foram moldando os discursos, o pensamento e o posicionamento do futuro profissional.

Ainda nessa fase de graduando veio a experiência mais marcante, o estágio extracurricular no Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição (CECAN)/Região Sudeste - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ser o primeiro acadêmico bolsista do CECAN, além do orgulho, foi um privilégio, pois ali tive a grande oportunidade de “beber na fonte” de tanto conhecimento, oriundos de nutricionistas tão gabaritadas, profissionais de tamanha expertise, preceptoras desse estágio.

Participar das ações propostas pelo CECAN permitiu compreender as necessidades de um olhar mais cuidadoso para os territórios vulnerabilizados, pois ao adentrarmos nos diversos espaços do território ampliado de Manguinhos, seja para a realização de ações educativas sobre alimentação e nutrição, seja para visitas às áreas de maior risco social, onde famílias inteiras se aglomeravam em barracos erguidos sobre pedras ou em palafitas, vivenciávamos *in loco* inúmeras causas e consequências da insegurança alimentar.

Os atendimentos realizados nos ambulatórios do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria às crianças de 0 a 5 anos, em risco nutricional e residentes no entorno, pertencentes ao Grupo de Atenção Nutricional (GAN), também possibilitaram a escuta de histórias e depoimentos francos de suas mães, muitas delas sozinhas em suas lutas, sobre as aflições diárias para garantir a alimentação de suas famílias.

Já graduado, o “eu profissional” passou por experiências que sempre envolveram grupos em vulnerabilidade social e nutricional, como em trabalhos em Unidade prisional e em um Centro de apoio a crianças com neoplasia, que fornece, gratuitamente, estadia e refeições a essas famílias para que possam acompanhar e seguir com o tratamento de suas crianças nos hospitais de referência do Rio de Janeiro/RJ.

Há 8 anos, o “eu profissional” ingressou no Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc/DN) para fazer parte, enquanto nutricionista, da equipe da coordenação nacional do Programa Mesa Brasil Sesc (MBS), a maior rede privada de bancos de alimentos do país.

Foi devido ao Sesc, à natureza de atuação do Programa, que tive a possibilidade de conhecer todos os estados da Federação, suas capitais e muitas cidades do interior. Em cada cantinho do Brasil pude perceber o quão plural somos e o quanto o esforço do nosso trabalho é importante na luta contínua pela garantia de direitos, pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Nas visitas às equipes do Programa, às entidades sociais atendidas pelo MBS, aos territórios extremamente vulneráveis onde estão inseridas, no diálogo com as lideranças locais e coordenações desses espaços, vivenciei a riqueza de tantos saberes e fui refinando a percepção do quão fundamental é o olhar local, de exercitarmos a escuta, para reflexões que nos levem ao aprimoramento constante das atividades desenvolvidas a fim de alcançarmos os resultados almejados.

Chegamos ao momento de refletir sobre o “eu pesquisador”. Enquanto funcionário do Sesc, integrante do MBS, ter um olhar onde nenhum desses “eus” possa interferir ou ter ascendência sobre o outro, mas sim, poderem se misturar para elaborar um produto que venha a contribuir com as proposições do Programa, em uma perspectiva de avaliação, e porque não dizer de autoavaliação, enquanto intimamente integrado ao modelo de atuação.

Merhy (2004) apresenta uma importante discussão sobre o reconhecimento do saber do “sujeito implicado e militante”, os desafios para considerar esse “conhecer” ao longo da construção de processos nos quais, concomitantemente, somos avaliadores e avaliados.

Então, ao ingressar na primeira turma do mestrado profissional em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), do Programa de Pós-Graduação em SAN (PPGSAN) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e poder ter o prazer de desfrutar de tantas trocas de experiências, do compartilhamento de diversificadas vivências e de discussões de riqueza imensuráveis, houve a necessidade de trazer tantos momentos que me marcaram ao longo dessas “trajetórias” e relacioná-los a este estudo.

A intenção inicial era elaborar um produto que permitisse estreitar ainda mais os laços do MBS com as Entidades Sociais Atendidas (ESA), utilizando indicadores clássicos da nutrição, como o estado nutricional, para apresentar as contribuições do Programa e suas estratégias de ações educativas, sobretudo as que versavam sobre alimentação e nutrição.

Ao longo do curso e dos diálogos mestrando/orientação, que foram fundamentais para a percepção do “algo mais”, da possibilidade de “ir além”, em uma conjuntura de desmonte de políticas públicas e ações em SAN e de aprofundamento das desigualdades sociais, aceitei o desafio de tratar essa temática de maneira mais complexa promovendo, ao mesmo tempo, uma participação maior de atores-chave, dos sujeitos interessados.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com o *State of Food Insecurity in the World* (Sofi) (FAO, 2015), o Brasil está entre os dez países que mais registram perdas de alimentos no mundo, com uma estimativa de cerca de 26 milhões de toneladas/ano jogadas no lixo sem haver consumo. Ao mesmo tempo mais da metade de sua população sofre com algum grau de Insegurança Alimentar (IA) e estima-se que 19 milhões de brasileiros passam fome diariamente (REDE PENSSAN, 2021), em decorrência das crises sanitária e econômica acirradas pela pandemia de COVID-19, associadas com o desmonte de políticas públicas ao longo dos últimos 5 anos.

O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição privada, com atuação em todo o território nacional, criada em 1946 e mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo para proporcionar melhor qualidade de vida a seus empregados e familiares e o desenvolvimento social (BRASIL, 1946). Ao longo da sua história e diante de um contexto desafiador de fome e de desperdício de alimentos desenvolveu iniciativas para combatê-lo, com destaque para o Programa Mesa Brasil Sesc (MBS) (SESC, 2017).

Desde 2003, este Programa se constitui como uma rede nacional de bancos de alimentos que, além de operar no modelo tradicional de coleta e distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização e ainda próprios ao consumo, realiza ações educativas que visam promover o desenvolvimento e a autonomia de indivíduos das Entidades Sociais Assistidas (ESA) (SESC, 2017).

Trata-se, portanto, de uma importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), cujo amplo conceito consiste na

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, e quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Ao considerarmos esse conceito abrangente de SAN e suas diversas dimensões é fundamental possuir ferramentas que permitam quantificar e qualificar o desempenho de seus equipamentos. Essas ferramentas, construídas sob a perspectiva de todos os atores envolvidos

na cadeia de atuação MBS, são essenciais para que tenhamos ainda mais subsídios para a proposição de ações ampliadas e integradas de intervenções como as propostas pelo Programa.

Com essa percepção aprimorada, o MBS poderá contribuir ainda mais no combate às causas básicas das perdas e desperdícios de alimentos (PDA) e de Insegurança Alimentar (IA). Estas causas estão correlacionadas à falta de harmonia do sistema alimentar global, em um contexto político-econômico que contribui amplamente para a desigualdade, a agressão ao meio-ambiente, a concentração de riquezas e à ganância do mercado (FAO, 2014).

Destaca-se que o monitoramento e a avaliação (M&A) de ações é uma estratégia valorizada pelo Sesc e que, nacionalmente, no âmbito mais macro, a instituição acumula experiências, dados e expertise neste tipo de processo. A presente pesquisa está localizada em uma lacuna, que é justamente o olhar dos múltiplos atores envolvidos com a cadeia de atuação do MBS, dentro de suas especificidades, para o aprimoramento de processos e a identificação de fatores que permitam potencializar os resultados do Programa para a contínua promoção da SAN, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Diante desse entendimento, faz-se necessário desenvolver um instrumento acessível, de simples compreensão e aplicação, que contemple a relação entre os pressupostos do MBS e as dimensões de SAN, e que, por outro lado, possibilite a compreensão das atividades e estrutura necessárias para alcançar os resultados planejados pelo Programa. Adicionalmente, que permita identificar e analisar possíveis fatores contextuais, internos e externos, por meio de uma linguagem comum a todos os partícipes.

Assim, o presente estudo, a partir de um diagnóstico situacional dos processos e resultados que envolvem o MBS, desenvolveu e validou um instrumento de monitoramento e avaliação do Programa para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a tomada de decisão e a contínua qualificação de suas ações.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Desenvolver instrumento de monitoramento e avaliação do Programa Mesa Brasil Sesc para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Realizar análise de documentos do Programa Mesa Brasil Sesc à luz das dimensões propostas pela legislação nacional de segurança alimentar e nutricional;
- Elaborar modelo lógico-teórico da atuação do Programa Mesa Brasil Sesc;
- Validar modelo lógico-operacional da atuação do Programa Mesa Brasil Sesc.

## 1.2 Justificativa

Ao longo de sua história, o Programa Mesa Brasil Sesc, por ser uma complexa rede nacional de bancos de alimentos comprometida com ações educativas, dependeu da adoção de algumas práticas, ferramentas e mecanismos de gestão que respondessem à necessidade de integração de todas as suas Unidades, não apenas para a troca de experiências, mas também para atuar em todo o país atendo-se aos mesmos conceitos, metodologias e logística (SESC, 2017).

Tendo como principal objetivo gerenciar o programa, em âmbito nacional, por meio de orientação técnica-operacional e normativa, a equipe do MBS do Sesc/DN presta assessoria às equipes nos estados, por meio de orientações específicas, capacitações, reuniões técnicas presenciais e remotas, seminários, *webinários*, encontros regionais e nacionais e acompanhamento das ações diversas. Essa equipe também tem como atribuição ter uma representação do MBS junto a órgãos do governo e instâncias colegiadas na esfera federal, como Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA), instituída em 2017 pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)/Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e que, desde janeiro de 2019, encontra-se na pasta do Ministério da Cidadania (MC).

Cabe também à equipe MBS do Sesc/DN a elaboração de materiais instrucionais (guias, manuais, cartilhas, cadernos técnicos, vídeos institucionais, protocolos, notas técnicas etc.) para a difusão de conhecimentos na área de SAN e assistência social. Estes materiais são utilizados

no aprimoramento constante das atividades desenvolvidas com as Entidades Sociais Assistidas (ESA), as organizações, os doadores e quaisquer atores envolvidos nesse contexto. As informações geradas possibilitam a elaboração de relatórios e mapas de resultados consolidados para fins de acompanhamento dos resultados quantitativos, como total de quilogramas (kg) de alimentos distribuídos pela rede MBS, número de ações educativas desenvolvidas, número de pessoas atendidas periodicamente, número de entidades sociais assistidas, entre outros.

Os instrumentos, quando padronizados, facilitam o gerenciamento dos resultados e a tomada de decisões para o alinhamento e o aperfeiçoamento das diferentes ações do Programa em âmbito nacional, respeitando as particularidades e características de cada estado e região. Porém, verifica-se a necessidade de estratégias que permitam monitorar e avaliar os processos e resultados do MBS para a promoção da SAN, a partir do olhar de atores-chaves, com diversificados papéis nessa importante cadeia de ações.

Assim, construir e validar, respectivamente, modelos lógico-teórico e lógico-operacional, instrumentos indispensáveis às ações de monitoramento e avaliação (M&A) por permitirem subsidiar e qualificar o olhar para as diversas perspectivas do MBS, é estratégia precípua para produzir diagnósticos e informações. Estes, além de corroborar com o papel do programa na contribuição para a garantia do DHAA e no compromisso com a promoção da soberania alimentar, também proporcionam o (re)direcionamento ou o (re)posicionamento de sua atuação (SESC, 2017).

Portanto, deve-se considerar que a elaboração de instrumentos direcionados a monitorar e avaliar o MBS, enquanto rede de bancos de alimentos, assim como suas contribuições a indivíduos ou grupos de indivíduos em lugares com risco de IA, é tática organizacional que deve ser adotada a fim de subsidiar o planejamento de ações voltadas para a promoção de maiores níveis de SAN (SANTOS; SAMPAIO, 2013).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A (re) produção da fome e do desperdício de alimentos na insegurança alimentar

Segundo a FAO (2003), a fome é a manifestação mais extrema da pobreza e da privação humana. Monteiro (2003), ao tentar defini-la, traz à reflexão o quanto é controverso delimitá-la em um verdadeiro e único sentido, pois, em princípio, faz-se necessária a distinção entre fome aguda e fome crônica. A primeira definição é voltada à urgência em se alimentar e, digamos, mais popular e usual por se relacionar ao apetite, à vontade de comer; e a segunda, traz em si um amplo debate e precisa ser encarada, combatida e erradicada, definida como uma fome permanente que debilita o indivíduo e traz consequências severas ao seu organismo e suas capacidades (MONTEIRO, 2003).

Para Josué de Castro “a fome é um flagelo fabricado pelos próprios homens”, sendo a “expressão biológica de males sociológicos [...] intimamente ligada com as distorções econômicas” (CASTRO, 1969, p. 31-33). Ao abordarmos a temática da fome enquanto fenômeno social é imprescindível destacar a atuação pioneira e valorosa do autor na análise profunda de suas verdadeiras causas e de suas devastadoras consequências.

Em sua obra mais conhecida, *Geografia da Fome*, publicada na década de 1940, o autor realizou um minucioso mapeamento da distribuição e da concentração da fome no Brasil. Ao cruzar processos históricos, políticos e econômicos, deixou explícito que sua ocorrência, assim como a da subnutrição, possuía fatores políticos, econômicos e sociais, fazendo-se necessário planejar e implementar políticas eficazes de produção e distribuição de alimentos (CASTRO, 1984). Dedicado a trazer sempre à tona discussões sobre a fome e a miséria, infelizmente ainda tão atuais, Josué de Castro traz em seu romance *Homens e Caranguejos* o maior flagelo brasileiro, a desigualdade social, apontando-a como consequência de anos e anos de descaso do poder público pela população de menor renda e de uma triste herança de concentração de poder e dos meios de produção (CASTRO, 2001).

As reflexões e abordagens suscitadas por Josué de Castro são tão emblemáticas que, até hoje, norteiam as discussões e estudos acerca da fome. Freitas (2003) enfatiza que, no Brasil, ele é um dos poucos pensadores que demonstrou preocupação em entender e explicar as condições e contextos históricos que permitem a efetivação de tal fenômeno. Segundo a autora,

levando o tema da fome , pela primeira vez, à literatura como uma “manifestação que assume diversas configurações e, sobretudo, um produto direto do subdesenvolvimento econômico e social” (FREITAS, 2003, p. 35).

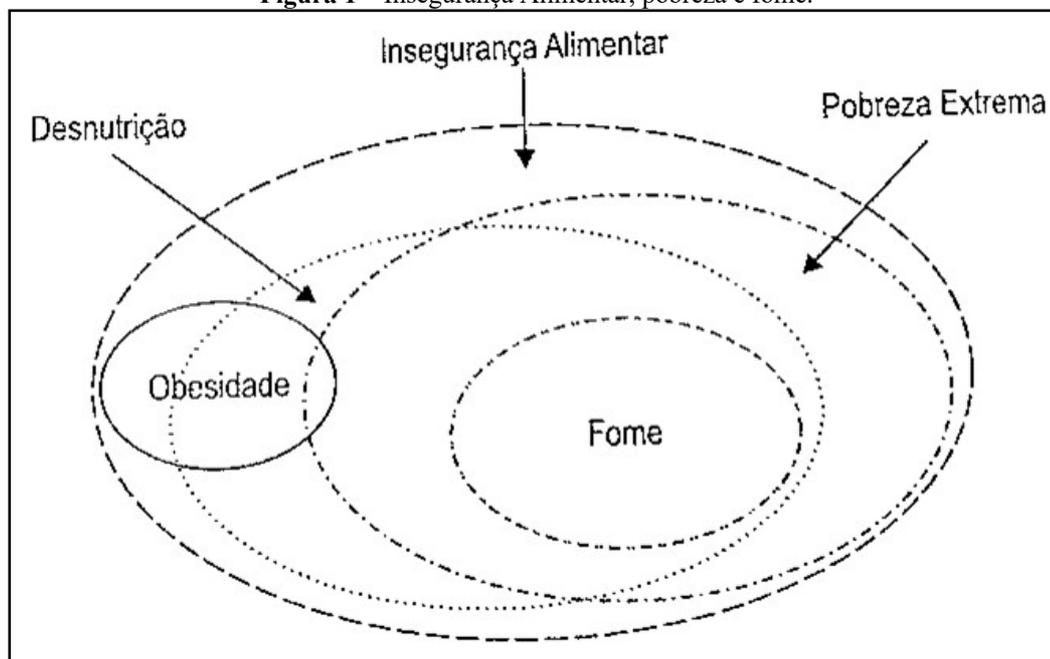
É, ao mesmo tempo, triste e espantosa a atemporalidade das convicções trazidas por Josué de Castro, haja vista que o país, apesar de esforços para avançar diante da difícil batalha contra esse fenômeno multifatorial, ainda peleia para se ver livre de tamanho infortúnio. A fome, segue intrinsecamente associada à brutal desigualdade social, decorrente da má distribuição de renda, cujas consequências são a pobreza, a favelização, o desemprego, a miséria, a desnutrição, a marginalização e a violência (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). O autor é o responsável por apresentar diversos conceitos e terminologias associados à noção de fome “clássica”, dentre eles: fome aguda e crônica, epidêmica e endêmica. Ele trouxe também a ideia de “fome oculta”, caracterizada por uma carência silenciosa, sem sinais claros, de micronutrientes no organismo, que flutua entre a escassez (desnutrição energético-proteica) e o excesso (obesidade) (FREITAS, 2003; WHO, 2014).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014), as carências nutricionais por déficit de micronutrientes são acarretadas pelo consumo insuficiente de alimentos fontes (frutas, legumes, verduras, leite e derivados, peixes e óleos vegetais), sendo o problema nutricional mais prevalente em todo o mundo, afetando cerca de 2 bilhões de pessoas, que vivem em situação de privação de alimentos ou que os consome em excesso.

Para Takagi, Graziano da Silva e Del Grossi (2007, p. 162) os conceitos de fome e de IA estão associados ao acesso aos alimentos e seu efetivo consumo, e que nem sempre são de fácil mensuração. Os autores destacam que, por afetar biologicamente e psicologicamente o indivíduo e suas gerações, o problema da fome crônica é o mais visível e premente. O conceito de IA, que o engloba, é mais amplo, uma vez que também abrange indivíduos, que embora possam até ingerir a quantidade necessária de calorias e proteínas, não ingerem os nutrientes essenciais para uma vida saudável. Assim, os que comem demasiadamente, necessitam de reeducação alimentar; e aqueles que, mesmo não afetados biologicamente, não possuem a certeza de que conseguirão se alimentar todos os dias.

Nessa perspectiva é imprescindível observar que as diferentes facetas que a fome apresenta necessitam de intervenções específicas para que se possa combater tal fenômeno ao ponto de mitigar seus impactos e, até mesmo, de erradicá-lo.

**Figura 1** – Insegurança Alimentar, pobreza e fome.



Fonte: Takagi; Graziano da Silva; Del Grossi, 2007, p. 162.

A figura 1 apresentada traz uma adaptação do que Monteiro (2003) representou espacialmente ao abordar a extensão da pobreza, da desnutrição e da fome em uma população. De acordo com o pesquisador, “embora igualmente graves e indesejáveis, e ainda que compartilhem causas e vítimas, fome, desnutrição e pobreza não são a mesma coisa”, com domínios comuns, mas também próprios (MONTEIRO, 2003, p. 8). Para diferenciar e destramar tais problemas, propõe exemplificá-los e traz que:

Um indivíduo pode ser pobre sem ser afetado pelo problema da fome, bastando que sua condição de pobreza se expresse por carências básicas outras que não a Alimentação [...]. A situação inversa não ocorre ou ocorre apenas excepcionalmente, e por tempo limitado, por ocasião de guerras e catástrofes naturais. Fome e desnutrição tampouco são equivalentes, uma vez que, se toda fome leva necessariamente à desnutrição, nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia, ou, sendo mais direto, da falta de comida. Ao contrário, são causas relativamente comuns de desnutrição, sobretudo na infância, o desmame precoce, a higiene precária na preparação dos alimentos, o déficit específico da dieta em vitaminas e minerais e a incidência repetida de infecções. Ainda que também não equivalentes, os terrenos da pobreza e da desnutrição são os que mais se aproximam, pois o bom estado nutricional pressupõe o atendimento de um leque abrangente de necessidades humanas, que incluem não apenas a disponibilidade de alimentos, mas

também a diversificação da dieta, condições salubres de moradia, o acesso à educação e a serviços de saúde, entre outras. Ainda assim, a presença da pobreza torna mais frequente, mas não compulsória, a presença da desnutrição, sendo extremamente importante a modulação que pode ser exercida por programas bem planejados de assistência integral à saúde (MONTEIRO, 2003, p. 8).

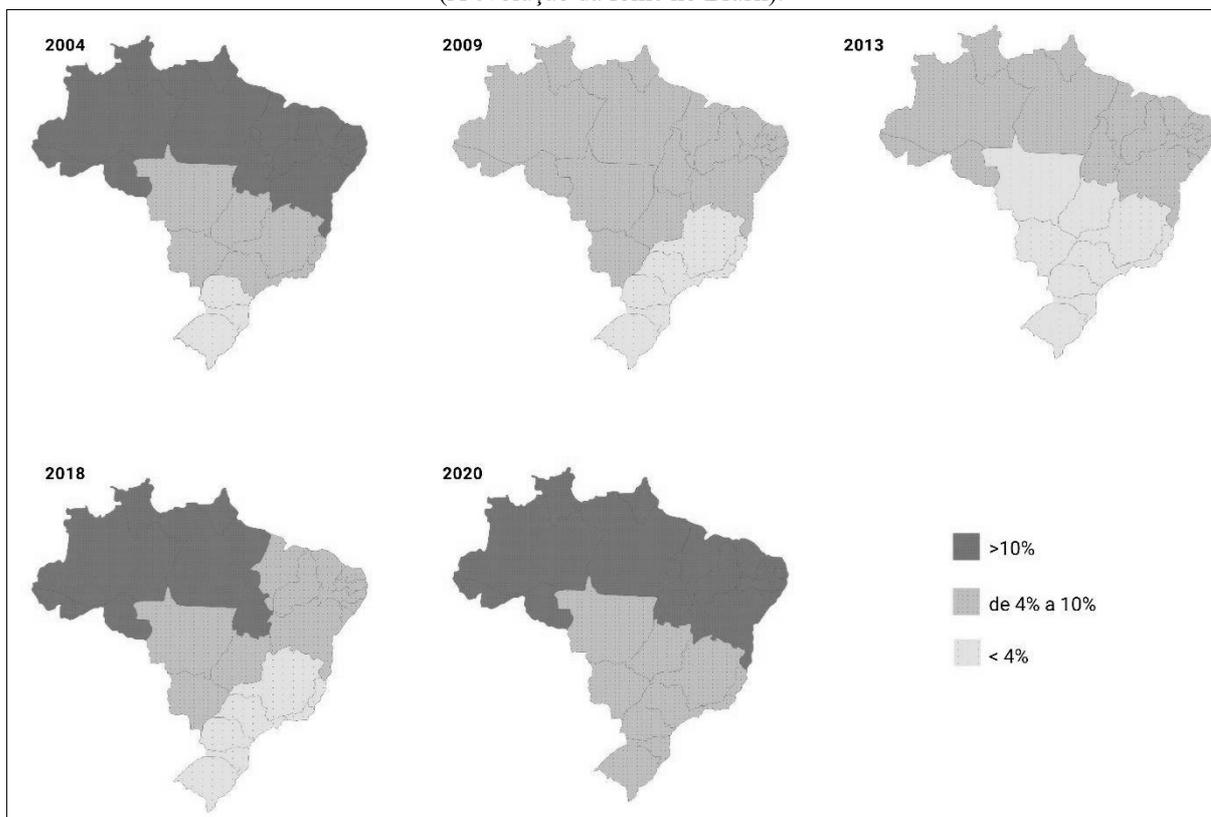
Apesar dos avanços, tanto na esfera governamental quanto em ações da sociedade civil, que levaram o Brasil a sair do Mapa da Fome em 2014 (FAO, 2014), alertava-se para o risco de o país retornar a esse cenário devido ao retrocesso político-econômico dos últimos 5 anos (FAO, 2019). A fome, que em escala global apresentava contínuo declínio por mais de uma década, voltou a crescer e, em 2018, já afligia cerca de 820 milhões de pessoas no mundo. O recorte da América Latina e Caribe apresenta 42,4 milhões de pessoas dessa região em situação de fome, com destaque negativo para a América do Sul, onde 55% de sua população são afetados pela subnutrição (FAO, 2019).

De acordo com o relatório SOFI (FAO, 2019), o aumento da pobreza e da extrema pobreza traz consequências devastadoras, com efeitos permanentes na sociedade, como aumento da mortalidade infantil, aumento de doenças transmissíveis e não-transmissíveis e baixo rendimento escolar.

Dados do IBGE mostram que mais de 54 milhões de brasileiros, o equivalente a 26,5% da população, vivem na linha da pobreza e a situação é ainda mais grave, quando levamos em conta as estatísticas envolvendo crianças de 0 a 14 anos de idade, enquadrando 42% das crianças nestas condições. Na extrema pobreza são 15 milhões de pessoas, ou seja, 7,4% da população brasileira (IBGE, 2017).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021) apresentou dados sobre o *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19*, realizado recentemente com o apoio de organizações renomadas como a ActionAid Brasil, a Fundação Friedrich Ebert Brasil, o Instituto Ibirapitanga, a OXFAM-Brasil e o Instituto Vox Populi, que revelam um retrocesso severo na SAN e na garantia do DHAA em nosso país, com os números da fome retornando aos elevados patamares de 2004, representados na Figura 2.

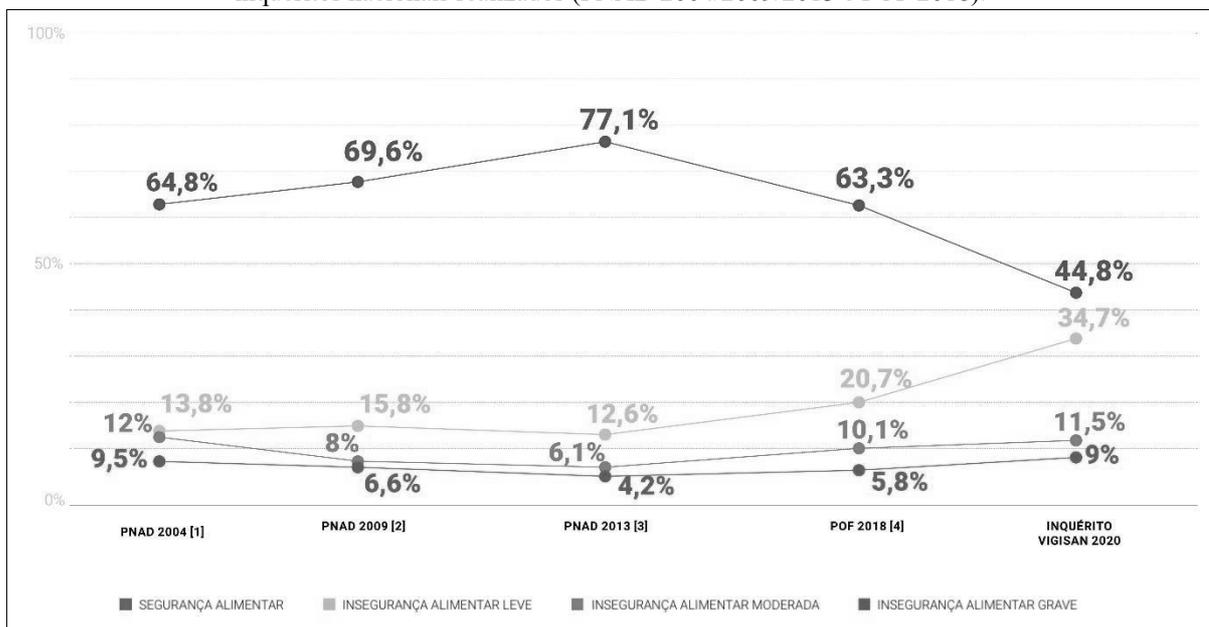
Figura 2: Percentual da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020 – macrorregiões (A evolução da fome no Brasil).



Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020, p. 52.

Conforme a pesquisa, desenvolvida em dezembro de 2020 como parte do projeto VigiSAN, 116,8 milhões de pessoas, ou seja, mais da metade da população brasileira, encontra-se em situação de IA. Destas, cerca de 19 milhões de pessoas apresentam IA em seu nível grave (fome), com um assustador aumento de 27,6% ao ano, quando comparado aos 10,3 milhões de pessoas informados em 2018, como demonstrado na Figura 3 (REDE PENSSAN, 2021).

Figura 3: Comparação das estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN com os inquéritos nacionais realizados (PNAD 2004/2009/2013 e POF 2018).



Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020, p. 48.

A pobreza e as desigualdades sociais e de renda concorrem como fatores cruciais para o agravamento da situação de IA em um país, como no caso específico do Brasil. Tais indicadores sociais revelam a dificuldade no acesso a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para uma alimentação saudável e adequada (SEGALL-CORRÊA, 2007).

Essa percepção da IA como um agravo mais complexo, um olhar que ainda não tínhamos na década de 1990, e que reúne motivos sociais, econômicos e biológicos já mencionados, relaciona-se intimamente com o sistema agroalimentar adotado mundialmente. Todos esses elementos, acentuados pela agressão ao meio-ambiente, foram cunhando o que atualmente conhecemos como “Síndemia Global”, cuja definição é trazida como a combinação sinérgica de três pandemias: a da desnutrição, a da obesidade e a da mudança climática (IDEC, 2019). O conceito “síndemia” foi trazido, de forma pioneira e no contexto das publicações sobre AIDS - sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome), por Merrill Singer, médico e antropólogo norte-americano, a partir de um estudo onde apresenta que os agravos em saúde costumam envolver diversos fatores, dentre eles, e com bastante relevância, os sociais (SINGER, 1996).

Em 2019, durante a Prince Mahidol Award Conference (PMAC) – A Economia Política das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT): Uma abordagem de toda sociedade,

realizada em Bancoc/Tailândia, foi lançado o relatório “*A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas*”, elaborado pela Comissão de Obesidade do periódico The Lancet, formada por 26 especialistas de 14 países, que associa a nocividade do atual sistema alimentar global com a degradação climática e a alimentação inadequada e seus efeitos, trazendo consequências devastadoras à saúde pública mundial (IDEC, 2019).

Em um cenário paradoxal, visto que milhões de brasileiros ainda passam fome, a restrição ao acesso aos alimentos é agravada pelos altos níveis de perdas e o desperdício em todas as etapas de produção e consumo no país (FAO, 2015a; 2015b). Importante destacar que, apesar de conceitos ainda em construção, para a FAO (2011) as perdas de alimentos estão relacionadas à redução da sua disponibilidade para consumo humano ao longo da cadeia de abastecimento alimentar, principalmente nas etapas de produção, pós-colheita e processamento, enquanto o desperdício ocorre ao final da cadeia alimentar (varejo e consumo final), em virtude de comportamentos adotados em estabelecimentos varejistas, restaurantes e domicílios.

Nessa mesma linha de raciocínio, Belik, Cunha e Costa (2012) apontam que as perdas se concentram principalmente nas fases iniciais da cadeia de produção, resultantes de atos involuntários, de variáveis bióticas e abióticas<sup>1</sup>, e que o desperdício se caracteriza como um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo, e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos, concentrando-se na comercialização, na restauração e consumo final.

No Brasil estima-se que cerca de 26 milhões de toneladas/ano de alimentos são jogadas no lixo sem haver consumo (FAO, 2015a; 2015b). No mundo, há a estimativa de que a cada ano perde-se, aproximadamente, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, o que significa 30% de toda a produção global para o consumo humano (FAO, 2011).

É devido ao cenário apresentado que as discussões envolvendo perdas e desperdício de alimentos (PDA) vão se tornando mais frequentes e passam a ter

Uma dimensão mais transversal e global, para além das análises de cadeias ou setores específicos e de estudos de eficiência de sistemas agroindustriais, com o estudo do

---

<sup>1</sup> De acordo com o dicionário de termos usados em ecologia (UFPI, 2016), disponível em: [https://www.ufpi.br/images/Dicionario\\_de\\_Termos\\_Usados\\_em\\_Ecologia.pdf](https://www.ufpi.br/images/Dicionario_de_Termos_Usados_em_Ecologia.pdf): Abiótico - sem vida. Sem uma biocenose ou biota que ocupe uma área (biótopo) e Biótico - referente aos seres vivos.

tema cada vez mais articulado a questões ambientais e de SAN (CAISAN, 2018, p. 11).

Em 2010, a partir de um debate de especialistas e pesquisadores no Seminário Nacional do Programa MBS, promovido pelo Sesc/DN, um grupo técnico de trabalho entendeu que o desperdício pode ser definido como as quantidades de alimentos que poderiam ser produzidas somadas às quantidades de alimentos produzidos que não chegam ao seu destino, seja ele o consumo intermediário (por indústrias e serviços de alimentação) ou a ingestão alimentar (SESC, 2010).

Ressalta-se que a temática de redução de PDA passa a ser discutida no mesmo nível das políticas de SAN a partir da V Conferência Nacional de SAN (CNSAN), realizada em Brasília/DF, em 2015, e, como desdobramento, acrescida ao Plano Nacional de SAN (PLANSAN 2016-2019) para alinhamento ao Plano Plurianual do Governo Federal 2016-2019, doravante o entendimento que perdas e desperdícios de alimentos representam danos decorrentes do modelo de abastecimento e do comportamento alimentar contemporâneos, com fortes e negativos impactos ambientais, financeiros e sociais (TENUTA; TEIXEIRA, 2017).

No Brasil, a partir do início da década de 1990, passos relevantes contra o desperdício são estimulados com a criação e a estruturação de bancos de alimentos (BdA). Estes se caracterizam como equipamentos de abastecimento e assistência alimentar, para a promoção da SAN, por meio da arrecadação e distribuição de doações de gêneros alimentícios, ainda próprios ao consumo humano, que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. Os bancos de alimentos podem ser públicos, sob responsabilidade de estados, Distrito Federal e municípios; ou privados, sob a gestão de entidades de natureza privada, sem fins lucrativos, como o Sesc, pioneiro nesse tipo de estrutura no Brasil, e organizações não governamentais (ONG) (MACHADO; GENTIL, 2018).

O primeiro banco de alimentos surgiu nos Estados Unidos, em 1967, na cidade de Phoenix/Arizona e, aos poucos, a ideia se expandiu em território norte-americano com o apoio do governo por meio da promulgação de leis de incentivo às doações. A iniciativa alavancou a implantação de bancos de alimentos em outros países como o Canadá, que teve seu primeiro BdA em 1981 e a França, onde a primeira experiência com esse equipamento acontece em 1984 (BELIK, 2004).

Contudo, é importante destacar que, no Brasil, o banco de alimentos vai além do modelo acima apresentado, tendo como um diferencial ser um espaço pedagógico com a intenção de realizar atividades educativas que versem sobre Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Assim, este equipamento de abastecimento atua numa perspectiva de estimular também a temática do consumo consciente (BURLANDY et al, 2010), como valiosa ferramenta contra a fome e o desperdício, com abordagens críticas, dialógicas e freirianas (VALENTE, 1986), e de acordo com o que é preconizado no Marco Referencial de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (BRASIL, 2012).

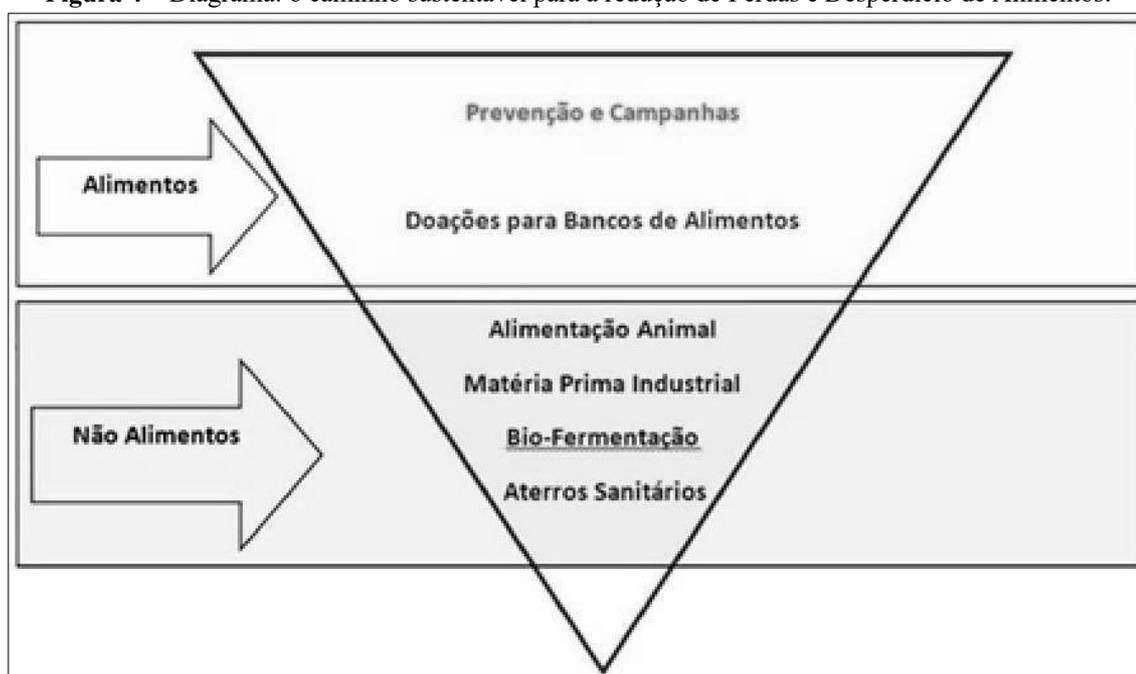
Em nosso país, no período de 2004 a 2019, as políticas públicas para a SAN foram implementadas no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), sendo um dos órgãos representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) junto aos demais ministérios em busca da ação intersetorial. Desde 2014, sob a coordenação da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)/MDS, foi fomentada uma articulação junto aos representantes de iniciativas de BdA e demais parceiros envolvidos com a temática do combate à fome e ao desperdício: Sesc/Mesa Brasil; Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul; ONG Banco de Alimentos; Associação Prato Cheio; Embrapa; CONSEA; Redes Metropolitanas de Belo Horizonte e de São Paulo; e Rede Leste de Minas Gerais. Os representantes passaram a se reunir periodicamente para discutir estratégias de fortalecimento de rede, de incremento da promoção da SAN em seus espaços e territórios de atuação e de atenuação do desperdício, na direção constante da garantia do DHAA (MACHADO; GENTIL, 2018).

Tal articulação resultou na instituição da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA) por meio da Portaria MDS nº 17/2016, com vistas a organizar um cadastro nacional desses equipamentos, de quaisquer naturezas jurídicas, manter a independência de suas gestões e possibilitar a articulação de ações em rede, com os seguintes objetivos: promover troca de experiências; qualificar a gestão dos bancos de alimentos; e estimular ações que os fortaleçam em todo o país (BRASIL, 2016).

Diante da preocupação constante da FAO com o descarte inadequado de matéria orgânica, sobretudo de alimentos, os bancos de alimentos são estratégicos para a prevenção e redução de PDA, sendo classificados no segundo nível de medidas estabelecidas para a

mitigação de impactos, a saber: a reutilização de alimentos ainda em condições de consumo por seres humanos; e, somente quando isso não for possível, o direcionamento para a cadeia de consumo animal; e tratamento correto até o último estágio de destinação (FAO, 2013), conforme apresentado na Figura 4.

**Figura 4** – Diagrama: o caminho sustentável para a redução de Perdas e Desperdício de Alimentos.



**Fonte:** Food WastageFootprint Project (FAO,2013).

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), criada em 2007 para coordenar e monitorar intersetorialmente as políticas públicas relacionadas à SAN e à garantia do DHAA, instituiu, por meio da Resolução nº 03, de 13 de março de 2017, o Comitê Técnico sobre Perdas e Desperdício de Alimentos (CT PDA) com a atribuição de elaborar estratégia de atuação do governo e da sociedade civil na temática de perdas e desperdício de alimentos (CAISAN, 2017). O Comitê foi composto por representantes da CAISAN e de organizações que se envolveram com o tema, inclusive o Sesc/DN. As recomendações do Painel de Especialistas da FAO foram seguidas de modo que os países promovessem um processo inclusivo para determinar pontos críticos, causas das PDA em diferentes níveis, possíveis soluções e os graus de intervenção, determinando um plano de ação que incluísse os diferentes atores (CAISAN, 2017). Em suas atividades previstas se encontravam: acompanhamento da tramitação de projetos legais em assuntos relacionados à redução de PDA no Brasil; contribuição e desenvolvimento de campanhas educativas e de conscientização da população;

fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos; e elaboração de metodologia de quantificação de PDA em todas as cadeias – produtiva, comercial e de consumo (CAISAN, 2017).

Como desdobramento dos trabalhos desenvolvidos pelo CT PDA foi publicado o documento *Estratégia intersetorial de prevenção e redução de perdas e desperdício de alimentos no Brasil*, que reforça que “o combate às perdas e desperdício de alimentos deve ser orientado à ampliação do acesso da população a uma alimentação adequada e saudável” (CAISAN, 2018, p. 9). O documento enfatiza que o motivo principal de inserir a temática na esfera de discussões desta instância foi justamente possibilitar o alinhamento com o que propõe o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), e as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (CAISAN, 2018).

Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pactuados entre os 194 países signatários da Organização das Nações Unidas (ONU) na declaração da Agenda 2030, a proposta de redução de PDA, considerada transversal às temáticas de SAN e sustentabilidade, perpassa muitos dos 17 objetivos. Dentre eles destacam-se os que se referem ao fim da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2), promoção do consumo e produção responsáveis (ODS 12), energia acessível e limpa (ODS 7) e combate às alterações climáticas (ODS 13) (ONU, 2015). Também é apresentada como a meta 12.3, e recebe a seguinte redação: “De agora até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita em nível global, de varejo e consumidor e reduzir as perdas nas cadeias de produção e suprimentos, incluindo perdas pós-colheita” (ONU, 2015; META 12.3, ODS).

Todavia, Ribeiro Junior (2018) alerta para algumas contradições trazidas nas proposições de organismos internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Banco Mundial, ao tratarem da temática. Em alguns momentos, ambas as organizações, que defendem estratégias de combate às PDA como redução da extrema pobreza e da fome, flertam com a necessidade de um aumento da produtividade global de alimentos, sobretudo dos países em desenvolvimento. Desta forma, reforçam uma visão capitalista do alimento, ou, mais diretamente, as PDA sob a ótica de custo em dólares americanos, estimado em 680 bilhões para os países industrializados e 310 bilhões para os em

desenvolvimento (FAO, 2017), além de interferência na economia com a queda de lucratividade na produção e distribuição de alimentos, e não de preocupação com o meio ambiente ou para a vida em primeiro plano.

Essa dicotomia relatada caminha para a reflexão de que o próprio modelo de economia difundida como racional, voltada sempre ao capitalismo e que se apresenta como solução, é que “produz a fome”, uma vez que a perda e o desperdício exacerbados comprovam que estamos:

longe de viver um período caracterizado pela falta de alimentos, pois escancaram que a escassez é produzida socialmente, uma vez que coexiste com a abundância e, se reconhecermos que a fome é um problema social e não técnico ou de planejamento, tais discursos se fragilizam e poderemos assim abrir espaços para pensarmos outras formas de superação da fome (RIBEIRO JUNIOR, 2018, p. 396).

Não significa que os diálogos, esforços e propostas desenvolvidos até agora foram em vão, muito pelo contrário. Numa perspectiva de sustentabilidade, em suas três dimensões (ambiental, econômica e social), é crescente a discordância à escalada da produção desregada de alimentos, evidenciada na própria Agenda 2030 e seus efeitos perante a sociedade e organizações mundiais (FAO, 2017). Segundo Belik (2018), frente ao que foi constatado, reduzir PDA passou a ser visto como “elemento-chave” e entra, definitivamente, na agenda de um desenvolvimento sustentável e mais justo, no campo social, para o mundo.

## **2.2 Mesa Brasil Sesc: solidariedade à serviço da Segurança Alimentar e Nutricional**

A partir da década de 1990 a concepção de SAN começa a ser construída em nosso país, encarada como uma questão pública. Portanto, passa a considerar como necessária a atuação de diversos atores e setores para que as dimensões alimentar e nutricional, que envolvem produção, comercialização, acesso, consumo, quantidade, qualidade, condições biológicas, culturais, econômicas, sociais e ambientais, sejam respeitadas na perspectiva da garantia de direitos (BURLANDY; MAGALHÃES; FROZI, 2013).

Em meados dos anos 1990 é criado o Instituto Cidadania, organização não governamental então dirigida por Luiz Inácio Lula da Silva, que visava discutir a temática da segurança alimentar e fomentar projetos de políticas públicas, promovendo o debate envolvendo especialistas, dentre os quais José Gomes da Silva e Renato Maluf (TAKAGI, 2006).

Em 1993, impulsionado pela mobilização da sociedade civil em prol do Movimento pela Ética na Política, criado na época do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, e que deu origem à Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), o então presidente Itamar Franco (1992 a 1994) implementa a Política de Segurança Alimentar e cria, em abril do mesmo ano, como órgão de assessoramento direto da Presidência da República, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (TAKAGI, 2006; MALUF; REIS, 2013).

Por intermédio do CONSEA é organizada e realizada, em 1994, a primeira Conferência Nacional de SAN (I CNSAN), considerada um marco na construção da agenda de SAN no país e que apontou, em seu relatório final, a desigualdade de distribuição da renda e da terra como determinantes de IA. Porém, a experiência do CONSEA teve curta duração, pois o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) tomou posse em janeiro de 1995 e extinguiu o órgão, lançando em seu lugar o Programa Comunidade Solidária. Este, inspirado nas experiências recentes da mobilização da sociedade civil contra a exclusão social, a pobreza e a fome, propôs adotar uma estratégia de parceria entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada (empresariado) fundamentada na descentralização e na solidariedade (MALUF; REIS, 2013; GUIMARÃES; SILVA, 2020).

Para Maluf e Reis (2013, p.38),

O programa pretendia dar continuidade ao trabalho iniciado com o CONSEA, estendendo-o, além da questão alimentar, a outros elementos que contribuem para a miséria e iniquidade que marcam nosso país. Porém, o que parecia um movimento lógico em direção a um programa social mais abrangente, de fato, continha um equívoco de concepção no tocante à questão alimentar, que resultou em retrocesso no trato desse tema e sua retirada das prioridades da agenda política nacional.

Essa saída paulatina da questão alimentar da pauta prioritária de governo é explicada a partir do momento que o Comunidade Solidária passa a privilegiar a relação com o setor privado na construção de propostas de ações públicas, esvaziando o papel e a obrigação do Estado. Isso, faz com que os debates sobre a fome sejam alocados apenas em ações de combate à pobreza, desprezando as características multifatoriais da SAN e “desconsiderando toda a produção conceitual e experiências construídas anteriormente em torno desta questão” (GUIMARÃES; SILVA, 2020, p. 79).

Outro símbolo importante na mobilização social pela SAN e no avanço das formulações nessa temática no país foi a criação, em 1998, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). O Fórum teve um papel fundamental na articulação dos indivíduos, diversas entidades e movimentos sociais em favor da garantia do DHAA por meio de discussões mais ampliadas sobre SAN a respeito do sistema alimentar, da produção ao consumo, com ênfase nas estratégias de abastecimento (MALUF; REIS, 2013; FBSSAN, 2015).

Em outubro de 2001, no “Dia Mundial da Alimentação”, após o envolvimento de pesquisadores de todo o país, lideranças políticas, sindicatos e entidades representativas de classes, especialistas em segurança alimentar, empresários, representantes religiosos, movimentos sociais e ONG’s como a Ação da Cidadania, Instituto Ethos e Articulação do Semiárido Brasileiro foi lançado, no senado federal, o Projeto Fome Zero (TAKAGI, 2006; TOMAZINI; LEITE, 2016).

Em 2003, já com Luiz Inácio Lula da Silva eleito presidente da república (2003 a 2010), é lançado o Programa Fome Zero (PFZ), com o objetivo de combater as causas estruturais da fome e da pobreza por meio de um conjunto de políticas públicas e ações voltadas à garantia da segurança alimentar da população brasileira (MALUF; REIS, 2013). Para a coordenação das ações do PFZ, o então presidente da república elaborou uma estrutura executiva própria, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Ao mesmo tempo, reinstalou o CONSEA como órgão de assessoramento direto da presidência (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2007).

A recriação do CONSEA foi fundamental para restabelecer o diálogo entre sociedade civil e governo, sendo o FBSSAN o principal articulador no eixo da participação social, catalisando a promoção da SAN e o combate à fome como política de Estado. Destaca-se que o fórum também proporcionou um o vigoroso apoio na construção e realização das II, III, IV e V Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2015, respectivamente. Cabe evidenciar que na II CNSAN foram debatidas e aprovadas a definição de SAN e algumas diretrizes de uma política nacional de SAN, devidamente apensadas na LOSAN (Lei nº 11.346). Sua interlocução com a CAISAN, a partir de 2007, proporcionou a articulação das ações de SAN com distintos ministérios e órgãos

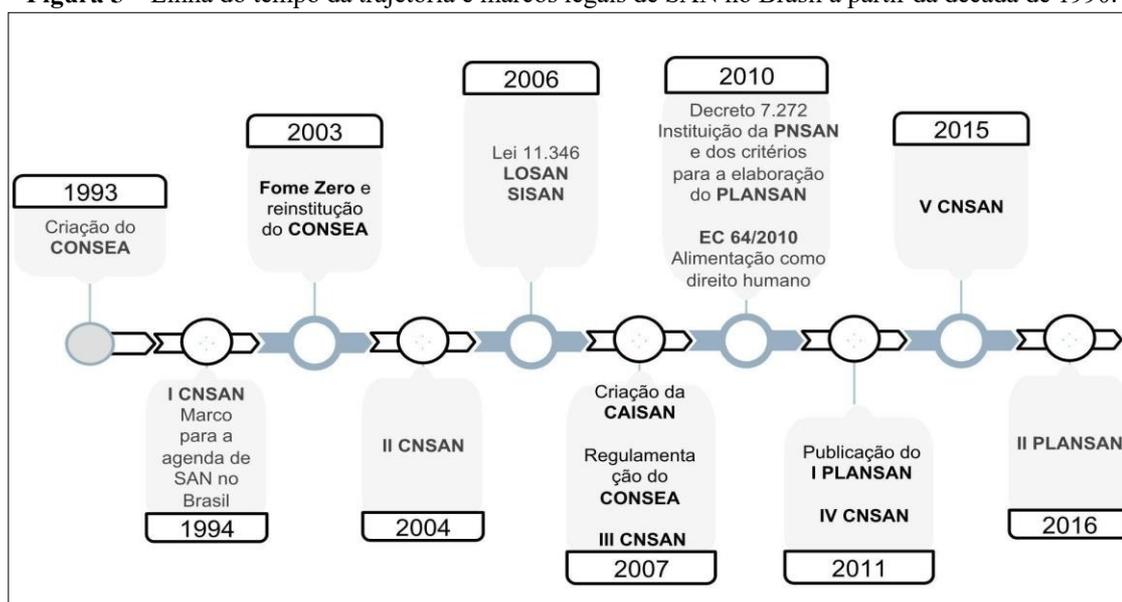
federais, até que em janeiro de 2019, por meio da Medida Provisória nº 870, o atual governo federal o extingue pela segunda vez em sua trajetória (MALUF; REIS, 2013; OLIVEIRA et al, 2020).

O sancionamento da LOSAN em 2006 consolida definitivamente a SAN como política pública, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e estabelecendo a PNSAN, reiterando a necessidade de ações estratégicas, intersetoriais e permanentes com o propósito de garantir o DHAA e a soberania alimentar (BRASIL, 2006).

O ano de 2010 ficou marcado por mais duas conquistas dessa longa caminhada de luta pela SAN. Nesse mesmo ano foram promulgadas, pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 64, incorporando o direito à alimentação como direito social e alterando o artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988, que passou a vigorar com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010c, grifo nosso); e o Decreto nº 7.272, que além de regulamentar a LOSAN, institui a PNSAN, definindo suas diretrizes e objetivos, e estabelece os parâmetros para a elaboração do PLANSAN (BRASIL, 2010b).

Em suma, a figura 5 apresenta a trajetória e os marcos legais de SAN no Brasil a partir da década de 1990.

**Figura 5** – Linha do tempo da trajetória e marcos legais de SAN no Brasil a partir da década de 1990.



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

A partir da redemocratização do país, mais precisamente após o já citado *impeachment* do primeiro presidente eleito pós-período de governo militar (1992), Burlandy (2011) apresenta um novo olhar que evidencia a luta societária pela retomada de princípios éticos e de cidadania, e o resgate da dívida social, que foi essencial para a governabilidade. Nesse contexto, surgiram movimentos sociais que re inseriram a temática da fome na agenda pública, vista como expressão inaceitável das mazelas de cunho ético e social, anunciando assim uma solidariedade “politicamente qualificada”. Ou seja, solidariedade que não se confundia com a caridade e que contribuiu para envolver não apenas redes de apoio entre “próximos”, mas também entre “estranhos”, e para deslocar a questão social da trilha da filantropia para o campo da cidadania (BURLANDY, 2011).

A solidariedade (*do latim Solidus, maciço*), segundo Japiassú e Marcondes (2008, p. 258), é definida como:

Uma assistência mútua em circunstâncias difíceis, uma dependência recíproca dos elementos de uma sociedade, que liga todo homem aos seus semelhantes, pois cada um depende de todos. Quando a solidariedade deixa de ser mecânica para se tornar orgânica, traduzindo-se por trocas frutuosas entre os homens ou as nações, torna-se fator de liberdade.

Para Paiva (2000, p. 21),

A solidariedade, indispensável à efetivação das políticas públicas, não parece ser um atributo da “natureza humana”. Se o é totalmente ou em parte, como sustentam alguns pensadores, não é uma área imutável e autônoma o bastante para que não se possa nela intervir. É preciso construir ou excitar, como queiram, um processo de reconhecimento entre as pessoas diante de um mundo público. A questão está tanto na arena política como na social.

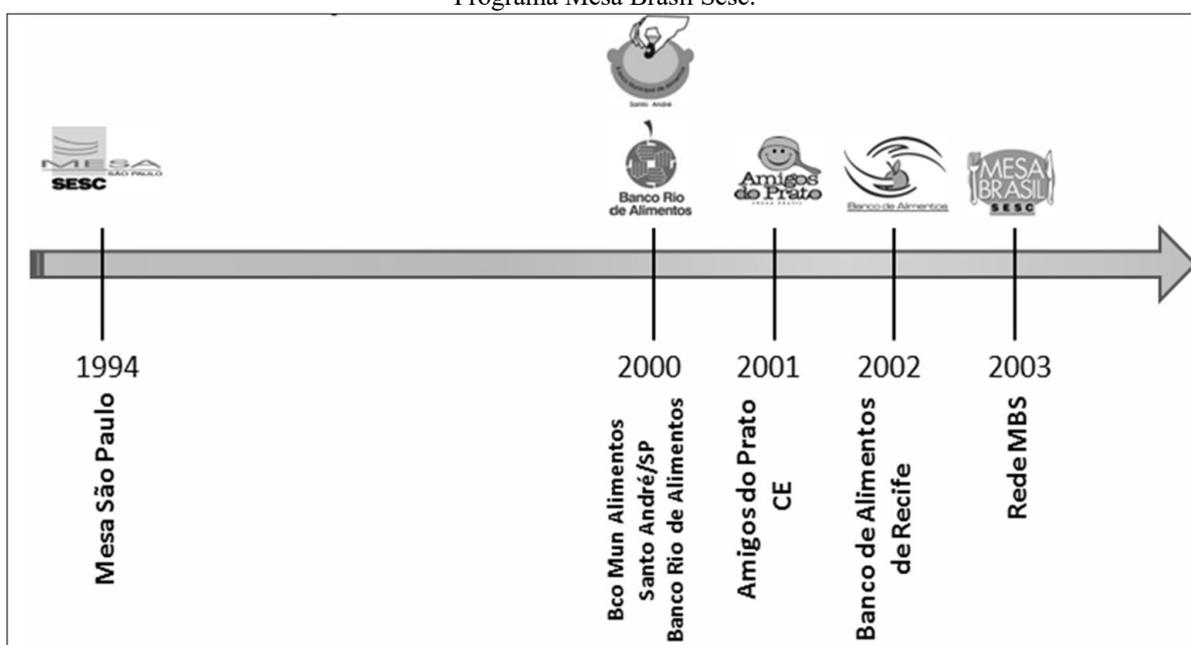
Portanto, é fundamental fazer uma leitura crítica dos acontecimentos históricos envolvendo solidariedade e SAN, pois na esteira dos marcos legais e institucionais apresentados coube relacioná-los adequadamente com dois momentos de destaque na trajetória do Sesc frente a ambas as temáticas e às conjunturas socioeconômica e política brasileiras.

O primeiro momento remete à década de 1990, quando dados do IBGE apresentaram índices superiores a 30% da população brasileira em condição de pobreza e acima de 10% em indigência. Os dados indicaram, assim, o dimensionamento da população vulnerável à fome, ao passo que no país, em diferentes etapas da cadeia de produção, registravam-se elevadas

perdas e desperdício de alimentos (IBGE, 1991). Foi em face a esse cenário, à existência de um contingente expressivo de brasileiros ainda submetidos à condição de IA e imbuído por essa solidariedade voltada ao resgate da cidadania, que o Sesc deu início ao desenvolvimento de iniciativas direcionadas ao combate à fome e ao desperdício, com destaque para bancos de alimentos (SESC, 2017).

O pioneirismo do Departamento Regional do Sesc em São Paulo (DR SP), com a criação do projeto Mesa São Paulo em 1994, representou os primeiros passos de uma ação que serviria de estímulo para novas iniciativas de colheita urbana e bancos de alimentos públicos, privados e do terceiro setor em outros estados. Essa corrente de solidariedade que envolvia a mobilização de doadores, voluntários e público assistido foi ganhando vulto e, a partir de 2003, pactuado com todos os Departamentos Regionais (DDRR), o Sesc/DN desencadeou a criação do Programa MBS. O programa foi configurado como uma “rede nacional de bancos de alimentos que visa contribuir para a SAN e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional, em uma perspectiva de inclusão social” (SESC, 2017), e aqui pontuamos o segundo momento de destaque, conforme apresentado na figura 6.

**Figura 6:** Trajetória de bancos de alimentos no Brasil – do pioneirismo do Mesa São Paulo à criação do Programa Mesa Brasil Sesc.

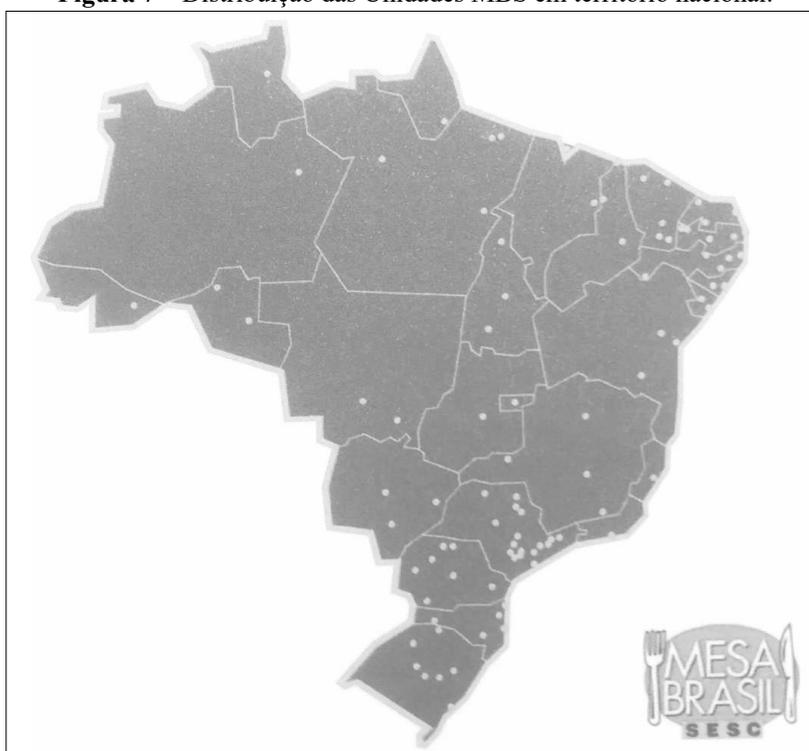


**Fonte:** Departamento Nacional do Sesc – Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Importante observar que a criação da rede MBS estava profundamente alinhada ao lançamento, no mesmo ano, do Programa Fome Zero (PFZ) pelo governo federal, que alçou o combate à fome, por meio da promoção da SAN, à posição de ação de governo e não mais apenas de ação voluntária da sociedade civil (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2007). Tomazini e Leite (2016) realçam que o PFZ sugeriu um novo relacionamento entre os setores público e privado ao conclamar empresas públicas, empresas privadas e grandes redes atacadistas e varejistas (supermercados) a participarem das ações propostas, configurando uma responsabilidade social diferenciada e compartilhada.

Assim, em janeiro de 2003, inscrito sob o número 0060, o Sesc é certificado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) como parceiro do PFZ (ANEXO A), chancelando o Programa MBS como uma das estratégias nacionais para a SAN. Atualmente, o Programa MBS constitui-se como uma sólida rede, integrada por 94 unidades operacionais, distribuídas por todos os estados do território nacional, como demonstrado na figura 7, abrangendo mais de 500 municípios do país, com a participação de 614 colaboradores diretos, que reúne, em uma ponta, cerca de 3.000 doadores sistemáticos e, na outra, cerca de 6.000 Entidades Sociais Assistidas (ESA) cadastradas.

**Figura 7** – Distribuição das Unidades MBS em território nacional.



**Fonte:** Sesc/Departamento Nacional/Assessoria de Comunicação (Júlio Cesar da Silva Carvalho).

No Departamento Nacional do Sesc (Sesc/DN), sediado no Rio de Janeiro/RJ, o Programa MBS está inserido na Atividade Segurança Alimentar e Apoio Social, sob o “guarda-chuva” da Gerência de Assistência (GEA), uma das gerências de área finalística da instituição, alocada na Diretoria de Programas Sociais (DPS), conforme organograma institucional apresentado no Anexo B.

Nos Departamentos Regionais do Sesc (DDRR Sesc), presentes em todos os 26 estados federativos e no Distrito Federal, o Programa geralmente é vinculado às áreas de saúde e/ou assistência, conforme critérios específicos de estruturação local. As equipes técnicas são compostas por coordenadores(as), nutricionistas e assistentes sociais, exercendo atividades de planejamento e controle das ações nas Unidades MBS, fazendo a ponte da relação doadores-receptores e vivenciando as experiências do trabalho na ponta.

Estruturado nesta perspectiva, o MBS baseia-se não só na coleta e distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, ainda próprios ao consumo, mas também em ações educativas, que contribuem para a mobilização, a solidariedade, o desenvolvimento comunitário e a autonomia de indivíduos e de entidades sociais (SESC, 2017).

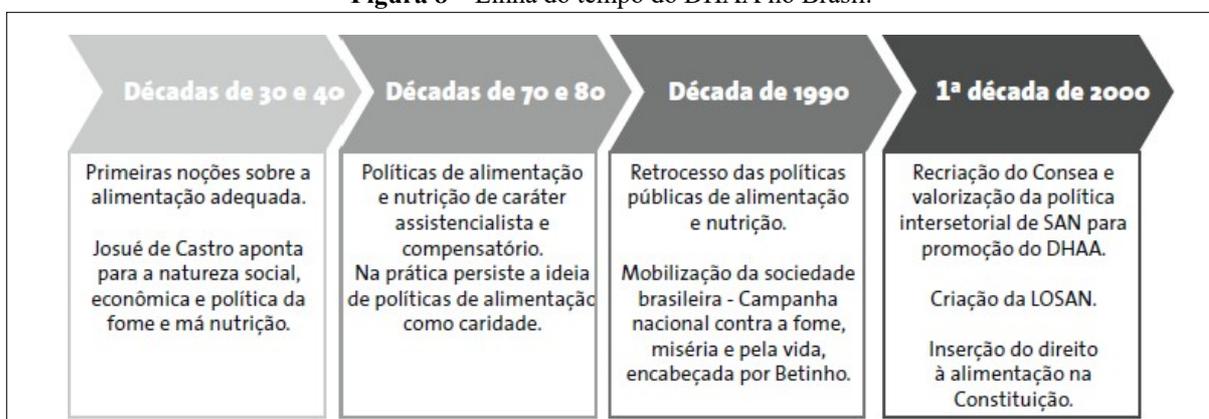
A concepção logística tradicional do banco de alimentos é caracterizada pelo recolhimento nos parceiros doadores, seleção, armazenagem e distribuição de gêneros alimentícios, que são retirados pelos representantes das Entidades Sociais Assistidas (ESA), conforme cronograma e planejamento quantitativo previamente elaborados pela equipe técnica. Cabe também destaque à modalidade Colheita Urbana, na qual a equipe operacional, ao selecionar e recolher os gêneros alimentícios nos doadores, transpõe a etapa de armazenagem e os distribui diretamente nas ESA, também seguindo, além de um roteiro, a quantidade previamente calculada pela equipe técnica. Ressalta-se que a intenção do MBS, em ambas às modalidades, é disponibilizar alimentos seguros e de qualidade às ESA, por meio das quais complementa, diariamente, as refeições de aproximadamente um milhão e quatrocentas mil pessoas, a fim de incrementá-las, elevar o aporte de nutrientes importantes e, com isso, agregar valor nutricional.

Já as ações educativas são direcionadas aos profissionais (manipuladores(as) de alimentos, cozinheiros(as), auxiliares de cozinha), gestores(as), voluntários(as) e público das ESA e aos colaboradores das empresas doadoras (centrais de abastecimento, feiras livres, redes

atacadista e varejista de alimentos, indústrias alimentícias etc.) e têm como um pilar central desenvolver capacidades em SAN (SESC, 2017).

A divulgação de conceitos em SAN contribui para a realização do DHAA, cuja evolução no Brasil é apresentada na figura 8, ou seja, “que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, seus hábitos e práticas alimentares culturalmente construídos” (BURITY et al, 2010), tendo em conta que os bancos de alimentos não apenas estão inseridos em um contexto de provisão de alimentos para combater a fome, mas também de que esses alimentos estejam em conformidade com o DHAA, com respeito às diversidades e à cultura alimentar de seus assistidos (MACHADO; GENTIL, 2018).

**Figura 8** – Linha do tempo do DHAA no Brasil.



**Fonte:** LEÃO, M. (org.). ABRANDH, 2013, p. 54.

Indispensável realçar o que a LOSAN traz como pedra fundamental de sua construção quando define que

[...] a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

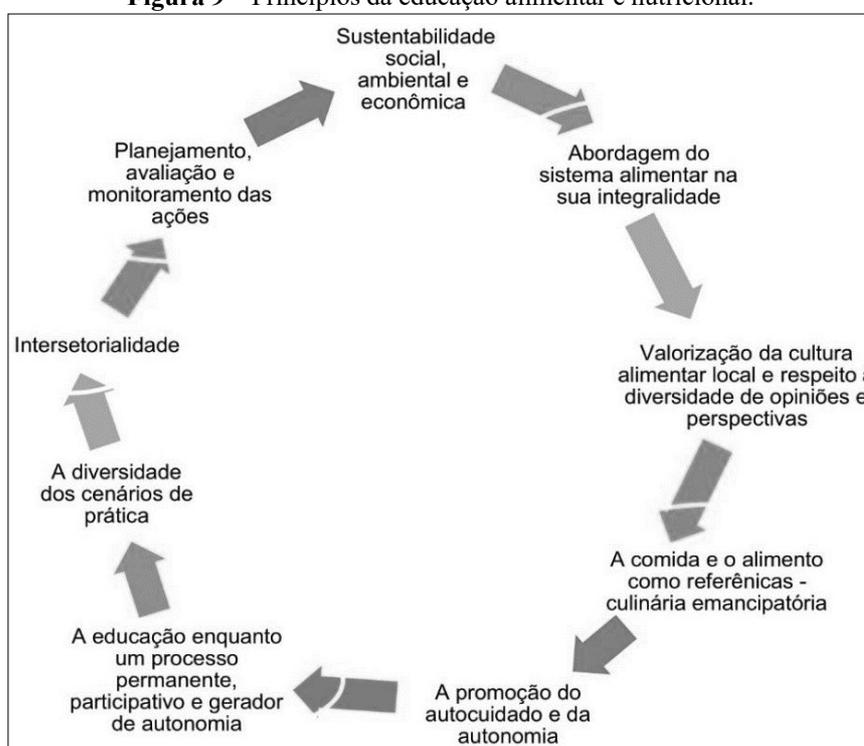
Dar luz à discussão de tais conceitos promove e facilita o acesso de pessoas e famílias aos conhecimentos sobre os cuidados para uma vida e alimentação saudáveis, possibilitando a elas a apropriação de diversificados conhecimentos, além da aquisição de capacidades, de habilidades e de autonomia para gerirem sua própria saúde e nutrição.

Ao assumir como foco de intervenção os determinantes da IA – campo de interface da saúde e do desenvolvimento social – a programação educativa do MBS integra objetivos que articulam as áreas de nutrição e serviço social, buscando afirmar a

interdisciplinaridade no modo de compreender os fenômenos e a intersetorialidade na forma de organizar suas práticas (SESC, 2017, p. 60).

Portanto, a prática educativa se estabelece em mais um componente estratégico para o fortalecimento e autonomia das ESA, tanto no sentido da capacitação para a utilização do alimento em sua integralidade, a manipulação segura e o desenvolvimento de uma atenção ampliada à saúde, quanto para proporcionar debates sobre SAN, assistência social e a própria sustentabilidade desses espaços, permitindo atribuir ainda mais conhecimentos em suas atuações e dar respostas mais eficazes ao público atendido e à população do território onde estão inseridas (SESC, 2017), como trazido na figura 9.

**Figura 9** – Princípios da educação alimentar e nutricional.



**Fonte:** Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional – CGEAN/Deisp/Sesan/MDS, 2018 apud MACHADO; GENTIL, 2018.

Frente ao crescimento que a rede MBS vem conquistando, ao longo de sua trajetória de quase 2 décadas, é fundamental monitorar e avaliar a atuação do Programa, assim como suas contribuições, junto às ESA e, conseqüentemente, ao seu público atendido. No âmbito nacional, esse crescimento é evidenciado no desenvolvimento das principais ações desenvolvidas pelo programa, tais como o volume de alimentos distribuídos, que aumentou mais de 12 vezes em 17 anos; o aumento dos números de ESA e pessoas atendidas, respectivamente, em 6 e 8 vezes;

o aumento do número de ações educativas realizadas para mais de 12 vezes; o número de parceiros doadores, que triplicou; e o aumento de municípios atendidos em abrangência, em 19 vezes no mesmo período. O número de voluntários obteve crescimento, com seu ápice em 2015, porém identificamos uma redução significativa a partir de 2018 (Tabela 1).

Em 2020, com o agravamento das já combatidas condições socioeconômicas em nosso país, provocado pelas consequências da pandemia do novo coronavírus (ALPINO et al, 2020), os desafios do MBS se intensificaram, uma vez que o Sesc, em todo o Brasil, elegeu o Programa, devido à natureza de suas atividades, como estratégia institucional para mitigar os impactos sociais de tais consequências.

Menezes (2021) apresenta que especialistas como o Ex-diretor geral da FAO e Ex-ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, estimaram que, ainda em julho de 2020, “os números de Insegurança Alimentar (IA) grave chegariam a 6,6% da população brasileira, com cerca de 15 milhões de pessoas passando fome e que o país retrocedeu 15 anos em cinco, com mais de 84 milhões de pessoas enfrentando algum grau de IA”. Ciente da intensificação desse quadro lamentável, o grande empenho do MBS foi em dar continuidade à rotina de atividades operacionais, seguindo todas as orientações dos organismos nacionais e internacionais de saúde para prevenção da COVID-19.

Já no campo técnico-gerencial, os esforços foram direcionados para a negociação, diversificação e ampliação da rede de doadores, a fim de poder atender à demanda crescente de pessoas em situação de IA, não apenas pela aceleração do desemprego, mas também pela dificuldade de acesso aos meios informais de geração de renda impostos pelos riscos de contaminação pelo novo coronavírus (IBGE 2020; ALPINO et al, 2020).

Nesse período de pandemia, com tantos desafios e adaptações, o MBS buscou novas propostas de parcerias, de diferentes naturezas, associadas às atividades de doadores de longa data, que contribuíram para ampliar o alcance das ações. A duplicação do número de doadores frente à média dos últimos 12 anos possibilitou, assim, ultrapassar a marca dos 50 milhões de quilos de alimentos distribuídos para mais de 3 milhões de pessoas, em média, durante a pandemia. Também ocorreu uma perceptível redução no número de ações educativas desenvolvidas, assim como na participação de voluntários, haja vista a adoção do

distanciamento social e do isolamento como práticas para mitigar a contaminação pelo novo coronavírus e disseminação da COVID-19 (Tabela 1).

**Tabela 1** – Números do Mesa Brasil Sesc de 2003 a 2020.

Ano	Alimentos distribuídos (kg)	Ações educativas	Entidades sociais assistidas	Pessoas atendidas/dia	Doadores	Voluntários	Abrangência (municípios atendidos)
2003	4.598.715	527	1.194	180.691	1.105	363	32 <sup>2</sup>
2004	9.876.870	1.335	2.093	423.716	1.903	378	34 <sup>2</sup>
2005	14.700.584	2.108	2.894	495.741	2.547	447	34 <sup>2</sup>
2006	21.993.301	2.501	5.372	978.695	4.054	456	65 <sup>2</sup>
2007	27.876.407	2.214	4.665	909.640	2.750	532	289
2008	29.557.014	2.940	5.554	1.175.528	3.324	959	302
2009	36.781.047	1.174	4.417	2.603.913	3.410	890	320
2010	41.291.921	3.365	5.638	1.690.081	3.248	682	317
2011	38.793.765	3.593	5.594	1.498.301	3.550	637	382
2012	41.123.099	4.982	5.570	1.527.013	3.079	542	403
2013	41.048.499	4.780	6.730	1.819.460	3.550	532	498
2014	41.395.501	4.376	6.232	1.657.405	3.293	848	425
2015	44.914.970	9.138	6.565	1.645.434	3.094	915	521
2016	39.212.067	6.327	6.077	1.690.118	3.227	664	529
2017	41.954.841	4.312	5.882	1.458.002	3.111	707	547
2018	40.470.269	5.500	6.055	1.452.939	3.357	370	538
2019	39.575.431	6.419	6.212	1.480.711	3.376	382	606
2020 <sup>3</sup>	50.625.637	2.112	6.008	3.068.776	7.088	200	606
<b>Total</b>	<b>604.410.954</b>	<b>69.026</b>	<b>5.153<sup>1</sup></b>	<b>1.430.898<sup>1</sup></b>	<b>3.281<sup>1</sup></b>	<b>584<sup>1</sup></b>	<b>350<sup>1</sup></b>

**Fonte:** Sesc/Departamento Nacional/Assessoria de Informações Gerenciais e Gerência de Assistência.

1. Dados de entidades sociais, pessoas atendidas, doadores, voluntários e municípios estão em média aritmética, uma vez que podem se repetir ao longo dos anos de atuação do MBS;
2. Para os dados de abrangência no período de 2003 a 2006 eram considerados somente os municípios onde havia Unidades físicas MBS implantadas;
3. Houve distribuição de cestas de alimentos, atendimentos a famílias (529.677), recursos financeiros oriundos de empresas, pessoas físicas e *lives* de artistas.

Muitas ações começaram a extrapolar os espaços das ESA, já que a grande maioria teve que paralisar suas atividades internas extraordinariamente, mas, ainda sim, mantiveram um papel mediador com o público atendido, e respectivos núcleos familiares, em seus territórios.

As transformações provocadas ratificaram a importância do Mesa Brasil Sesc estar sempre atento às demandas prementes, associadas ao contexto externo (cenário político-social, emergências e calamidades públicas), que somente podem ser observadas e analisadas junto

aos atores envolvidos nessa cadeia de atuação, que possuem olhares e escutas apuradas e moldadas pelas experiências vividas.

### **2.3 Monitoramento e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional**

O desenvolvimento deste tópico foi fundamental para o direcionamento do estudo em questão, uma vez que o Monitoramento e a Avaliação (M&A) são etapas que permitem a compreensão, em quaisquer projetos, programas, políticas ou sistemas, de diversificadas áreas de atuação, das estratégias a serem adotadas para mitigar ou até mesmo extinguir insuficiências que venham a interferir nos resultados esperados (JANNUZZI, 2011). Deste modo, conceituar tanto monitoramento quanto avaliação é importante para compreender como estas etapas funcionam como mecanismos de gestão voltados ao aprimoramento de políticas e programas, que buscam medir e analisar o seu desempenho e que integram um processo de planejamento.

De maneira mais ampla, o monitoramento é identificado como ação ininterrupta de coleta de informações sobre o progresso ou entraves de determinados programas, que permitem medir o cumprimento de objetivos e metas e, conseqüentemente, aplicar ações corretivas para a melhoria da operacionalização. Já a avaliação é entendida como a valoração do que foi medido, ou seja, um processo dinâmico, periódico, associado a um juízo de valor que não se esgota em mensurações quantitativas, contemplando também análises qualitativas, o que implica em diferentes formas de valorar uma mesma medida de acordo com critérios utilizados e os olhares de diferentes atores envolvidos (SANTOS, 2013).

Jannuzzi (2011 apud SANTOS, 2013, p. 6) apresenta que “um sistema de monitoramento não é, pois, um conjunto de medidas desarticuladas, mas uma seleção de indicadores de processos e ações mais importantes” sob duas perspectivas: a gerencial, com o foco voltado em acompanhar produtos, prazos e metas, e a analítica, direcionada a analisar indicadores de desempenho físico, financeiro e técnico que possam interferir nos resultados de programas junto a seus públicos-alvo (SANTOS, 2013).

Segundo Brousselle e colaboradores, avaliar é

Fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre uma intervenção ou qualquer um de seus componentes, que permita emitir um juízo de valor, com o objetivo de proceder de modo a que os diferentes atores envolvidos, cujos campos de julgamento são por vezes diferentes, estejam aptos a se posicionar

sobre a intervenção para que possam construir individual ou coletivamente um julgamento que possa se traduzir em ação (BROUSSELLE et al, 2011, p.44).

Quando se trata de políticas públicas e ações voltadas à SAN, é reconhecida a necessidade de significativos investimentos devido à inevitabilidade em atender variadas carências setoriais e interesses, muitas vezes conflitantes, onde cabe o entendimento de que a avaliação reflete uma atitude transparente e responsável, ao mesmo tempo que é um “processo de aprendizagem, pois avalia-se para aprender com os erros e para tornar possível reaplicar experiências exitosas” (SANTOS; SAMPAIO, 2013, p. 147).

Santos e Silva (2013) apresentam que a avaliação pode ser direcionada aos procedimentos (processos) ou aos resultados da intervenção<sup>2</sup>, frisando que qualquer uma das modalidades escolhidas pode gerar elementos que desencadeiem um processo de aprendizado frente aos procedimentos e resultados possíveis, assim como a tomada de decisão. Reforçam a importância da democratização do processo de M&A como maneira de compartilhar responsabilidades e compromissos entre todos os envolvidos no desenho dessa avaliação, desde o planejamento até a divulgação de resultados, entendendo que nesse campo democrático os partícipes são “coinvestigadores”, ou seja, participam de uma investigação (pesquisa-ação) e, assim, lecionam:

Os objetivos da avaliação, para além de resultados específicos do programa ou de qualquer política, são também: **desenvolver a consciência crítica de todos os participantes; melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos e transformar as estruturas e as relações sociais**, pois espera-se que a avaliação facilite o processo de tomada de decisões em benefício de todos os segmentos envolvidos e não apenas dos que a solicitaram ou a realizaram (SANTOS; SILVA, p. 10, grifo nosso).

O monitoramento e a avaliação contínuos da situação alimentar e nutricional da população, por meio da coleta de informações confiáveis e representativas, possibilitam, além do diagnóstico da SAN dessa população, planejar, monitorar e avaliar uma gama de políticas

---

<sup>2</sup> Os resultados podem ser tipificados em produtos, efeitos e impactos. Produtos: produtos tangíveis, incluindo serviços, gerados pela finalização de atividades, necessários ao alcance dos objetivos; Efeitos: mudanças efetivas ou desejadas, mais imediatas ou em médio prazo, nas condições enfrentadas pela intervenção, entre os momentos de geração dos produtos e resultados de mais longo prazo, os impactos; Impactos: efeitos mais globais e de longo prazo de uma dada intervenção, identificando as mudanças ocorridas após a intervenção em dada situação (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2002 apud SANTOS; SILVA, 2013).

sociais similares (VITORINO, 2017a), dado que a intersetorialidade é um dos fundamentos orientadores da SAN (BRASIL, 2006).

Assim, monitorar e avaliar situações de risco em SAN, reconhecida a complexidade do fenômeno que envolve determinantes, necessidades e interesses que se inscrevem em várias esferas da sociedade (social, política, econômica, cultural e ética), é fundamental para a tomada de decisão em relação à necessidade de intervir, para quem, em que local e de que forma. Estas permitem a elaboração de tarefas estratégicas para colocar em evidência as situações de IA vividas pela população e para definir prioridades de intervenção (SANTOS; SAMPAIO, 2013).

Em um importante trabalho de análise documental, Oliveira et al (2020) desdobraram as ações nacionais de M&A em SAN em uma linha temporal, descritas em documentos oficiais produzidos e publicados entre 2003 e 2019, estabelecendo uma relação entre os diferentes contextos políticos deste período e os avanços e retrocessos em SAN para a garantia e a exigibilidade do DHAA, com ênfase no mérito das CNSAN, instâncias máximas de deliberação, e das duas instâncias colegiadas, CONSEA e CAISAN, na construção de mecanismos sólidos de M&A nos protocolos elaborados ao longo dessa trajetória.

A maneira como os documentos foram dispostos cronologicamente permitiu restabelecer um longo caminho de conquistas no campo do M&A em SAN e DHAA, especialmente na fase que compreende as promulgações dos já referidos instrumentos legais LOSAN (2006), que cria o SISAN, e Decreto nº 7.272/2010, que a regulamenta, dando ênfase à importância da articulação e esforços da tríade sociedade civil, movimentos sociais e determinados setores do governo para o êxito logrado (OLIVEIRA et al, 2020).

De fato, ambos os dispositivos exaltam à realização do M&A como etapas fundamentais para o aprimoramento das ações que visam a garantia da SAN, respeitando os princípios da participação social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações, atribuindo à CAISAN, além de tornar públicas as informações relativas à SAN da população brasileira, a responsabilidade de elaborar a PNSAN, os PLANSAN e os instrumentos de M&A, e ao CONSEA, até ser extinto (2019), articular, acompanhar, mobilizar e monitorar, junto aos demais organismos que compõem o SISAN, as ações propostas na política e nos planos (BRASIL, 2006, 2010a, 2010b).

Na trajetória desses dois órgãos públicos, importa destacar ações específicas tendo como foco o M&A em SAN, que visam orientar a formulação de políticas públicas, das quais aponto:

- A criação, pelo CONSEA, do Grupo Técnico Indicadores e Monitoramento (2006 – 2010), cuja atuação resultou na elaboração e publicação do importante e consistente relatório “A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais”, norteador das dimensões de monitoramento definidas e descritas no Decreto 7272/2010;
- A constituição e o lançamento, pela CAISAN, de instrumentos de mapeamento da SAN no âmbito dos estados e municípios brasileiros, os MAPASAN (2014, 2015 e 2018), como estratégia de pesquisa e monitoramento de informações sobre a gestão local da PNSAN, mediante indicadores de adesão dos entes subnacionais ao SISAN e;
- O MAPAINSAN, também desenvolvido pela CAISAN, com um perfil diferenciado, com foco na situação de SAN da população, com o objetivo de identificar indivíduos e famílias em situação de IA, utilizando dados do SISVAN, do Cadastro Único e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) (BRASIL, 2010a, 2014, 2015; OLIVEIRA et al, 2020).

Uma importante determinação do Decreto 7272/2010, à luz do M&A da SAN no Brasil, é a de publicizar os resultados da Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar (EBIA) (BRASIL, 2010). Esta escala foi desenvolvida a partir da adaptação da Escala Norte-Americana de Segurança Alimentar, elaborada na década de 1990 pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture-USDA) para mensuração da IA naquele país, sendo parametrizada e validada para a realidade brasileira (SEGALL-CORRÊA, 2007). O objetivo da EBIA foi mensurar a percepção dos moradores dos domicílios em relação à aquisição de alimentos, apontar associações entre desigualdades sociais e situações de IA, e classificar os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IA leve), insegurança alimentar moderada (IA moderada) e insegurança alimentar grave (IA grave) (IBGE, 2013).

No âmbito do governo federal, especificamente na área da ação social, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2003, M&A são abarcados à estrutura ministerial quando, no ano seguinte, é criada a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), que dá início a um processo de monitoramento e avaliação sistemáticos de projetos, políticas e programas deste Ministério. O processo de M&A deu destaque àqueles que versam sobre transferência de renda, assistência social e SAN, definindo e direcionando o plano a ser adotado, de acordo com as características de cada ação, frente à contratação de pesquisas e estudos externos (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006; OLIVEIRA et al, 2020).

Atualmente, a SAGI, categorizada pela sua metodologia de atuação como uma referência em pesquisas avaliativas, particularmente na esfera dos programas sociais, está vinculada ao Ministério da Cidadania (MC). A partir de janeiro de 2019, por meio do Decreto nº 9.674, passou a organizar a base de dados de políticas sociais para a população de baixa renda (Cadastro Único), porém tal atribuição durou até maio de 2020, quando o Governo Federal por meio do Decreto nº 10.357, revoga o anterior, aprova a nova estrutura regimental do MC e recoloca como competência da Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD) a gestão nacional do programa (JANUZZI, 2011; BRASIL, 2020).

Em 2004, em parceria celebrada entre o MDS e o IBGE, foi possível integrar a EBIA à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) daquele ano, com resultados publicados em um suplemento exclusivo no ano de 2006, experiência que foi reproduzida também em 2009 e 2013. A comparação dos resultados de 2013 com os das duas edições anteriores apresentou melhorias significativas na situação de IA em todo o território nacional, ratificando o quão relevantes são as iniciativas sistemáticas de M&A em SAN, principalmente nas áreas de maior risco e com grupos mais vulneráveis à violação do DHAA, uma vez que se complementam e produzem efeitos entre si, permitindo reavaliar caminhos e estratégias das políticas públicas de SAN e congêneres (IBGE, 2013; MONTEIRO, 2003).

Em nível internacional destacam-se os esforços da FAO, desde a década de 1950, em discutir a segurança alimentar no âmbito dos direitos humanos e que se acentuam, a partir de 1974, com a criação do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, resultante da Cúpula Mundial sobre Alimentação realizada nesse mesmo ano, com a finalidade de debater, acompanhar e

analisar as políticas mundiais dessa temática. Porém, somente a partir da década de 1990, com a realização da Conferência Internacional de Nutrição (1992) pela FAO, em conjunto com a OMS, é que a segurança alimentar vai agregando novas dimensões, mais próximas ao conceito atual de SAN (PANELLI-MARTINS, 2007).

Após as discussões durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação de 1996, período no qual a população mundial se choca com o número global de famélicos, os países participantes assinam o documento “Plano de Ação da Cúpula Mundial”, com propostas elencadas para reduzir em 50% a quantidade de pessoas (400 milhões à época) com fome no mundo até 2015. E é nesse contexto que outra importante atribuição é conferida ao Comitê de SAN Mundial: monitorar a implantação do Plano (FAO, 1996; PANELLI-MARTINS, 2007).

Durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, conhecida como a maior reunião de dirigentes mundiais (147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países) e realizada em 2000, na sede da ONU, na cidade de Nova York/EUA, são definidos e declarados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), onde líderes definiram alvos concretos, dentre os quais: reduzir para metade o percentual de pessoas que viviam na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos (ONU, 2000).

Em 2015, as lideranças mundiais voltaram a reunir-se na sede da Organização para discutir sobre os desdobramentos dos ODM pactuados em 2000. Neste mesmo encontro decidiram um “plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade”, conhecido como Agenda 2030 (ONU, 2015).

A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável traz em seu conteúdo os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são transversais e versam sobre direitos fundamentais. Por conseguinte, em nível internacional, no campo do M&A, destaca-se o relatório anual da FAO, o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, na sigla em inglês SOFI, no mapeamento global da SAN, como fundamental para o alcance dos ODS propostos, com destaque para o ODS número 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável (ONU, 2015). Outrossim, na esfera internacional, a agenda CONSEA-CAISAN propõe reflexões equiparadas aos ODS, envolvendo metas globais de alimentação e nutrição, das quais destacam-se: prevenção das doenças crônicas não transmissíveis; regulamentação de alimentos industrializados; redução de perdas e combate ao desperdício (BRASIL, 2016).

Os SOFI apresentam os progressos e retrocessos em relação à situação da fome no mundo, o quanto os esforços de cada nação, no tocante a políticas, programas, marcos legais e recursos suficientes, são fundamentais para reduzi-la e apontam os fatores que podem agir como entraves (FAO, 2014). Os relatórios publicados em 2019 e 2020 destacam a situação de IA no mundo, alertando para o aumento da fome em quase todos os continentes, após um significativo período em declínio, projeções que mostram que o mundo não está no caminho para alcançar o “Fome Zero” até 2030 e que a SAN de grupos populacionais mais vulneráveis ganhará contornos ainda mais sombrios devido aos impactos socioeconômicos e de saúde da pandemia de COVID-19 (FAO, 2019, 2020).

Em 2019, Francisco Menezes, economista, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), analista de políticas da ONG ActionAid e ex-presidente do CONSEA, ao ministrar a palestra intitulada “Relatório Luz da Agenda 2030”, realizada como parte do *workshop* internacional *SAN e os desafios para os ODS na agenda 2030*, promovido pelo Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi enfático ao trazer em sua fala o quanto a articulação e o diálogo entre os diversos setores (público, privado, sociedade civil, acadêmico e governos), assim como os mecanismos de M&A, são fundamentais para o alcance dos ODS.

Na visão do especialista, a falta de comprometimento do governo federal brasileiro com o atingimento dos ODS fica evidenciado quando o Brasil passa a não apresentar seu Relatório Nacional Voluntário (RNV) em 2019, reforçando não estar preocupado com a agenda multilateral e, muito menos, com os acordos internacionais pactuados sobre direitos humanos e sustentabilidade.

Tal atitude reflete os novos arranjos das políticas públicas e o descompromisso aos já consagrados mecanismos de M&A, com efeitos diretos na situação de insegurança alimentar do país. Em setembro de 2020 o IBGE divulgou dados, referentes aos anos de 2017 e 2018, que apontaram que 5% da população brasileira já vivenciavam uma situação de IA grave, mesmo antes da pandemia provocada pelo novo coronavírus (IBGE, 2020).

O reaparecimento da fome com tamanha intensidade no cenário brasileiro, ameaça os direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a partir dos dados divulgados pelas entidades responsáveis por monitorar o cumprimento da Agenda 2030

(CEPAL, 2019), uma vez que esta reconhece a alimentação e a nutrição como requisitos básicos para o desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania (ONU, 2015).

Convém ressaltar que, no Brasil, a avaliação, como uma etapa de qualquer cadeia de ações, apesar de sua reconhecida importância, não é prática totalmente incorporada e/ou contínuas em nossas atividades e que avaliar e monitorar é parte essencial do nosso processo de trabalho se desejamos alcançar objetivos pactuados, qualificar nossas decisões e prover à população ações que garantam os direitos humanos à saúde e à alimentação (SANTOS, 2013).

Frente às exposições mencionadas, em âmbitos nacional e global, ficou evidente a distinção do processo de M&A em SAN em duas importantes e grandiosas finalidades: M&A de situações de risco em SAN e M&A de intervenções em SAN que, como já abordado, são complementares.

Partindo-se do que foi descrito até então, incentivar a avaliação dos processos e resultados referentes à atuação do Programa MBS para a promoção da SAN, enquanto rede de bancos de alimentos e cujo papel, além do combate à fome e ao desperdício, é promover o acesso a alimentos seguros e de qualidade, estimular um comportamento alimentar saudável e proporcionar espaços de diálogo e articulação em favor das redes de proteção social, apresenta-se como importante e valiosa estratégia de (re)posicionamento e (re)direcionamento na busca contínua e sistemática pela garantia desses direitos.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção, os métodos e técnicas utilizados para a realização da presente pesquisa são apresentados, assim como os conteúdos analisados em documentos para a elaboração do modelo lógico-teórico, as fases para a validação do modelo lógico-operacional, incluindo o perfil dos participantes, os instrumentos, ferramentas e procedimentos para a coleta de dados e posterior análise, culminando na construção e diagramação das versões finais de ambos os documentos.

#### **3.1 Análise de documentos e elaboração do Modelo Lógico-Teórico do MBS**

Entende-se como modelo lógico-teórico um esquema visual que apresenta como um programa idealmente funciona, incluindo, portanto, especificações sobre o problema ou comportamento visado, a população alvo, as condições do contexto, seu conteúdo e os atributos necessários e suficientes para produzirem, isolada ou integradamente, os efeitos esperados, explicitando que argumentações teóricas dão suporte à hipótese apresentada (HARTZ; VIEIRA-DA-SILVA, 2005).

Durante a modelização é fundamental se apropriar das possibilidades teóricas para explicitação do fenômeno (teórico), sem perder de vista a interação com a experiência dos atores envolvidos (tácito), cujas práticas têm influência direta nas intervenções (BROUSSELLE et al, 2011).

Medina et al (2005) discutem o papel da teoria na avaliação e apresentam que a pesquisa avaliativa opera um recorte do real, no sentido de objeto construído por componentes teóricos e empíricos, “modelizado” ou representado por referência a uma teoria.

Nesse sentido, entende-se que elaborar um modelo lógico-teórico é o primeiro passo para a avaliação de quaisquer atividades ou programas, uma vez que além de explicitar seus componentes e inter-relações, envolve os fatores relevantes do contexto no qual se desenvolve, descrevendo potenciais influências sobre os resultados esperados (HARTZ; VIEIRA-DA-SILVA, 2005).

Portanto, para iniciar a elaboração do modelo lógico-teórico do Mesa Brasil Sesc, devido à natureza de sua atuação, além da experiência vivenciada enquanto integrante da equipe nacional do Programa MBS, foi fundamental realizar, como ponto de partida, uma análise dos documentos de gestão: Plano Estratégico MBS 2012-2015 (SESC, 2012) e Guia do Programa MBS (SESC, 2017). Nestes documentos são apresentados missão, visão, valores, objetivos, componentes, metas e resultados esperados, assim como indicadores, principalmente os relacionados diretamente à promoção da SAN.

O Plano Estratégico MBS 2012-2015 foi construído coletivamente (Departamento Nacional e Departamentos Regionais do Sesc) a fim de traçar objetivos, metas e indicadores que pudessem estabelecer estratégias para a sustentabilidade da rede MBS no longo prazo (SESC, 2012). O Guia do Programa MBS, publicado em 2017 e também elaborado coletivamente, constitui-se em um importante documento orientador no trabalho diário das equipes, uma vez que tem a intenção de apresentar a fundamentação teórica e o aparato metodológico-operacional necessários ao planejamento, gestão e operacionalização das ações do Programa (SESC, 2017).

A leitura do material supracitado, que apresenta ferramentas de gestão valiosas para a orientação estratégica do MBS, além de contribuir significativamente para a descrição dos processos existentes, foi cotejada com a legislação vigente em SAN, mais especificamente com as proposições do Decreto nº 7272/2010 (BRASIL, 2010b), e com a teoria que embasa as atividades de Monitoramento e Avaliação (M&A) das políticas públicas de saúde (SANTOS, 2013; SANTOS; SILVA, 2013), a fim de considerar a participação social e a intersetorialidade nas atividades, produtos e resultados esperados da atuação do Programa.

Sendo assim, considerando todos os conceitos e conteúdos identificados nessa etapa analítica, o diálogo com o campo da SAN e de M&A de programas de saúde, e com base na estrutura previamente proposta por McLaughlin e Jordan (1999) e W. K. Kellogg Foundation (2001), foi desenvolvido o modelo lógico-teórico do MBS, cujos elementos desse caminho são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Descrição dos elementos do modelo lógico-teórico MBS.

Contexto interno	Apresenta o MBS e sua relação hierárquica, uma vez que é um programa do Sesc e que faz parte das atividades da Gerência de Assistência, a qual está sob o “guarda-chuva” de uma Diretoria de Programas Sociais, conforme organograma da empresa
Componentes	São as palavras-chaves, conceitos inerentes à atuação do MBS, ou seja, o que podemos agregar às ações programáticas e/ou o que não podemos deixar de considerar para melhor contribuir com o desenvolvimento das ESA
Recursos/ Insumos	Todos os recursos necessários para a operacionalização do Programa MBS
Atividades	Com os recursos, as atividades planejadas são desenvolvidas pelo Programa MBS, sendo estas associadas às diferentes dimensões de SAN
Produtos	Consequência direta das atividades planejadas e executadas pelo Programa MBS
Público-alvo	Grupos populacionais mais vulneráveis que são atendidos nas entidades sociais assistidas pelo Programa MBS
Resultados	Evidenciam interferências nas causas da IA e do desperdício e, por sua vez, estão relacionados aos objetivos do Programa
Objetivos	Contribuir para a SAN de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e atuar na redução do desperdício, mediante a distribuição de alimentos doados por parceiros, o desenvolvimento de ações educativas e a promoção da solidariedade social
Dimensões de SAN	Permeiam e direcionam todas as atividades desenvolvidas pelo Programa MBS dentro do que propõe sua missão e a do próprio Sesc, dialogando com a legislação vigente
Contexto externo	São fatores sociais, políticos e econômicos que podem influenciar o desenvolvimento do Programa MBS e seus resultados

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

### 3.2 Validação do Modelo Lógico-Operacional do MBS

O processo de validação do modelo lógico-operacional envolveu a escuta de atores-chave por meio de técnica de construção de consenso – Delphi, que se baseia no princípio de que as previsões por um grupo estruturado de especialistas, onde cada elemento é isolado da influência dos demais, são mais precisas se comparadas às previsões geradas por grupos não estruturados ou previsões individuais (MINAYO, 2005; UCHOA et al, 2008).

Segundo Wright e Giovinazzo (2000 apud VITORINO; CRUZ; BARROS, 2017, p. 3) a técnica Delphi “é um processo iterativo e interativo, em que um grupo de especialistas é convidado a emitir sua opinião sobre um tema, de forma individual e anônima”. Esta técnica também tem sido introduzida de maneira profusa para alcançar o consenso acerca de um tema previamente estabelecido, em quaisquer áreas de conhecimento, oportunizando que especialistas, pesquisadores, gestores e demais atores envolvidos com o assunto se envolvam e participem de processos construtivos e de tomada de decisão (VITORINO; CRUZ; BARROS, 2017).

Além da precisão das análises por um grupo estruturado, tal escolha metodológica foi orientada por mais dois fatores preponderantes: o primeiro, intrínseco à técnica, consistiu em não haver necessidade da presença física dos atores-chave em reuniões, o que possibilitou a participação de elementos do grupo que se encontram bem distantes geograficamente; o segundo, de caráter excepcional, está relacionado diretamente à pandemia global causada pela COVID-19, que adotou o distanciamento social como estratégia principal para evitar a contaminação e a propagação do novo coronavírus.

Adotando como critérios os conhecimentos técnicos e empíricos relacionados ao Programa MBS, e/ou atuação em SAN, foram selecionados e convidados como participantes do grupo especialista: 01 (um) integrante do MBS/DN, 01 (um) ex-integrante da equipe técnica do MBS no Rio de Janeiro e 03 (três) representantes de cada macrorregião brasileira, sendo 01 (um) coordenador(a) do MBS, 01 (um) gestor(a) de ESA e 01 (um) representante de espaço de controle social.

Cabe destacar a intenção de contemplar todas as regiões geográficas do país, haja vista se tratar de uma rede de bancos de alimentos de abrangência nacional. O convite à participação nesta pesquisa foi realizado por meio de correio eletrônico (*e-mail*), cujo conteúdo encontra-se no Apêndice A, acompanhado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que seguiu anexo (APÊNDICE B).

O pesquisador, devido à natureza de seu trabalho, possuía em sua lista de contatos os endereços eletrônicos (*e-mails*) de todos os representantes das coordenações regionais do Programa MBS. Sendo assim, esses representantes das coordenações regionais convidados

forneceram os e-mails dos gestores de Entidades Sociais Atendidas (ESA) e dos representantes de Espaços de Controle Social, nessas localidades, indicados à participação.

De acordo com Vitorino, Cruz e Barros (2017), o modelo lógico-operacional não terá a pretensão de ser “uma verdade universalmente aplicável”, a julgar pelas especificidades de cada região e territórios nacionais, marcados pela nossa diversidade econômica, cultural e social. E é daí, portanto, que surge a necessidade de trazer novas informações, experiências, conhecimentos adquiridos com a vivência e diferentes olhares em relação a concepções pré-formuladas, consultando especialistas envolvidos com a temática.

Assim, motivado pelas autoras, o processo de validação foi proposto em duas fases, com a finalidade de dar amplitude à validade do constructo e favorecer sua divulgação e replicação após formalizado. Ressalta-se que somente após o recebimento das respostas dos potenciais participantes e dos TCLE preenchidos, com os aceites devidamente registrados, deu-se início à coleta de dados, realizada exclusivamente pelo pesquisador, e, portanto, da etapa de validação que compreendeu às já mencionadas fases, que serão descritas a seguir:

### 3.2.1 Fase 1 – Contextualização da pesquisa, perfil dos participantes e primeiras análises e considerações dos participantes acerca do modelo lógico-operacional MBS

Foram encaminhados convites por *e-mail* ao grupo de especialistas, cujo conteúdo encontra-se no Apêndice C, com orientações ao ingresso na plataforma virtual *GoogleForms*, por meio do *link* <https://forms.gle/AJ8g1pEQCycDTpsq6>, para o preenchimento das perguntas da Fase 1, ou seja, referentes ao perfil do respondente e ao questionário semiestruturado, denominado “questionário da fase 1”, cujo conteúdo é apresentado no Apêndice D.

Um vídeo gravado pelo pesquisador contendo sua apresentação pessoal, breve relato da atuação do MBS, além da explicação do que deveria ser realizado nessa fase do estudo em questão, foi inserido ao questionário, conforme roteiro apresentado no Apêndice E. A estratégia audiovisual foi adotada pensando em tornar mais próxima a relação dos participantes da pesquisa com o projeto.

A Fase 1 visou demonstrar o perfil dos participantes, mantendo o anonimato e a independência dos mesmos, recebendo codificações numerais de 1 a 12 conforme a ordem de

chegada das respostas, além de conhecer a percepção de cada integrante acerca dos seis (6) componentes técnicos do MBS inseridos no modelo lógico-operacional (MLO) e, de acordo com suas experiências, quais seriam os resultados esperados nos médio e longo prazos, assim como a proposição das atividades e produtos necessários para que estes sejam alcançados.

Após o recebimento de todos os questionários preenchidos dentro do prazo estipulado de 30 (trinta) dias, a contar da data de envio do *e-mail*, as respostas foram analisadas com o auxílio do próprio *googleforms* e da ferramenta Iramutec, um software estatístico, de uso gratuito, utilizado para a análise de conteúdo de textos e questionários.

Convém esclarecer que em toda pesquisa que envolve seres humanos há a possibilidade de riscos de diversas gradações e domínios. Portanto, o participante que considerou que determinadas perguntas trouxeram algum tipo de incômodo, por versarem sobre suas experiências pessoais ou sobre como as atividades do MBS deveriam ocorrer para o alcance de resultados exitosos, pôde escolher não as responder e, mesmo assim, continuar avançando nas demais perguntas, uma vez que nenhuma pergunta deste questionário era “obrigatória”.

Ressalta-se que os princípios da Teoria da Mudança foram utilizados para conduzir a elaboração dos questionários propostos, com perguntas formuladas a partir do encadeamento de ideias e na relação causal, e a própria aplicação da técnica Delphi. Tal teoria é originária de debates promovidos pelo *Aspen Institute*, com sede nos EUA, que deram origem, na década de 1990, ao chamado *Roundtable on Community Change* (RCC), do qual Carol Weiss, uma das mais importantes formuladoras do conceito, era membro do comitê diretor de avaliação. O trabalho da autora levou à publicação, em 1995, do livro intitulado “Novas abordagens para avaliação de iniciativas comunitárias abrangentes”.

Para Weiss e Connell (1995 apud Aspen Institute),

A falta de clareza sobre as ‘minietapas’ que devem ser tomadas para alcançar um resultado a longo prazo não apenas torna desafiadora a tarefa de avaliar uma iniciativa complexa, mas reduz a probabilidade de que todos os fatores importantes relacionados ao objetivo de longo prazo sejam abordados.

O conselho consultivo da organização *Center for Theory of Change* (CENTER FOR THEORY OF CHANGE, 2020), formado por pesquisadores(as) de diferentes nacionalidades, apresenta que a Teoria é essencialmente uma descrição abrangente de como e por que uma

mudança desejada deve ocorrer em um contexto específico. Isso é feito primeiro mapeando as atividades ou intervenções de um Programa, os objetivos de longo prazo desejados e como os resultados de curto e médio prazos se relacionam casualmente para que as metas almejadas sejam alcançadas.

Nessa linha, para cada componente técnico foi elaborado um quadro com o encadeamento lógico das etapas (atividades, produtos, resultados e impactos ) e inseridas as contribuições dos participantes. A distribuição nos quadros facilitou não apenas a visualização dos fluxos como também a sintetização e a análise de consistência de todas as sugestões apresentadas.

Assim, as respostas analisadas e consolidadas apresentaram a visão geral do grupo sobre os potenciais de transformação presentes na atuação do Programa MBS, nos médio e longo prazos, com as respectivas atividades e produtos necessários, e serviram de base para a elaboração do questionário da fase seguinte.

### 3.2.2 Fase 2 – Análises da pertinência e da relevância dos elementos e conteúdo do modelo lógico-operacional MBS

Após a sistematização das respostas da Fase 1, os mesmos participantes receberam, também por *e-mail* (APÊNDICE F), um novo *link* de acesso à plataforma virtual *Google Forms* (<https://forms.gle/Z9HAsZA7H6SdRxaFA>) para o preenchimento das perguntas da Fase 2, ou seja, referentes ao questionário estruturado, denominado “questionário da fase 2”, cujo conteúdo é apresentado no Apêndice G. Nesta segunda fase todas as respostas do instrumento foram obrigatórias e os especialistas tiveram 10 dias para respondê-lo.

O questionário foi organizado a partir de cada item modificado, inserido, excluído ou realocado na fase anterior, a partir das contribuições trazidas pelos participantes. Para facilitar a visualização e análise dos itens pelos respondentes, os quadros elaborados para cada componente, com o encadeamento lógico das etapas, receberam a inclusão dos recursos/insumos MBS e foram anexados em cada seção.

Os participantes puderam analisar item por item, de acordo com os componentes estruturais (atividades, produtos, resultados e impactos) de cada um dos seis componentes técnicos da intervenção, e classificá-los quanto a sua pertinência e relevância. Para tanto, os

respondentes assinalaram, à cada sentença apresentada, uma das seguintes opções: não incluir (0); incluir com prioridade baixa (1); incluir com prioridade média (2); ou incluir com prioridade alta (3).

Ao final de cada seção, foi inserido um espaço em branco para que a/o participante expressasse livremente quaisquer opiniões, justificativas ou comentários, que julgasse necessários, acerca do que havia sido apresentado naquele componente técnico.

A pontuação final dos itens foi calculada multiplicando-se o número total de respondentes que considerou que o item deveria ser incluído, ou seja, que ele é pertinente, pelo valor dos pontos recebidos. Foram considerados pertinentes os itens que receberam, no mínimo, 70% da pontuação disponível, a partir da análise da mediana e do intervalo interquartilício (entre o primeiro e o terceiro quartis).

A análise de relevância foi proposta em uma escala de pontuação (1, 2 e 3) e definiu a intensidade da pertinência. Assim, considerou-se que <70% não era pertinente nem relevante; 70%-74,9% pertinente, mas pouco relevante (mediana 1-2); 75%-84,9% pertinente, mas de relevância intermediária (mediana 2-3); >85% pertinente e muito relevante (mediana 3).

A atribuição da intensidade da relevância procura definir o nível de importância atribuída pelos participantes aos itens de cada componente, ou seja, do valor de cada um para a promoção da SAN e o alcance de resultados exitosos e, portanto, sua permanência, reformulação ou desconsideração no instrumento.

As respostas foram consolidadas e os itens considerados pertinentes e muito relevantes, estatisticamente definidos pela mediana (3) e intervalo interquartilício intervalo (< 1), por, pelo menos, 85% dos participantes, foram os itens que compuseram o modelo lógico validado. Estes itens permitirão, a partir da discussão do que poderemos transformar em indicadores de M&A, propor um instrumento de avaliação do MBS, tanto de processos quanto de resultados, para a promoção da SAN.

Cabe considerar que todos os questionários foram numerados conforme ordem de chegada e ficaram armazenados na conta Gmail/Google Drive do pesquisador para análise e consolidação dos dados. Não foram utilizados nomes, nem cargos, mantendo o anonimato dos

participantes. Os dados ficarão armazenados até 5 (cinco) anos após a conclusão do estudo e defesa da dissertação. Após esse período serão excluídos em definitivo da plataforma (envio para lixeira eletrônica – esvaziamento da lixeira eletrônica).

Também existiu a possibilidade do(a) participante se sentir cansado(a) ao responder os questionários, considerando a estimativa de 1 hora, em média, para responder completamente cada um. Nesse caso, por se tratar de questionários *on-line*, o(a) participante pôde salvar suas respostas, sair do *link*/questionários e completá-los em momento posterior, de acordo com suas possibilidades.

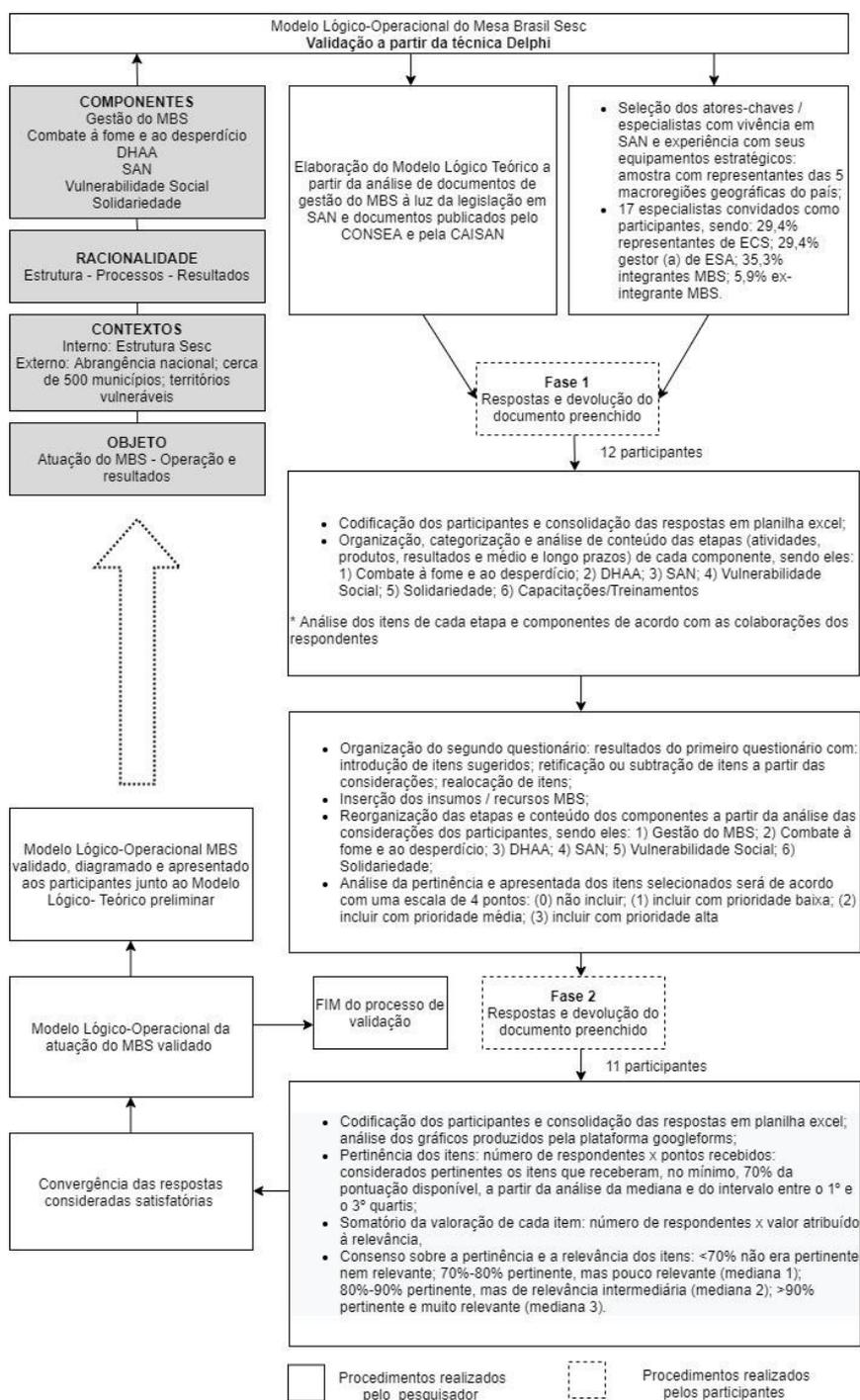
Por outro lado, fez-se necessário demonstrar ao participante que sua atuação no processo traria a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre a missão do Mesa Brasil Sesc, sua estratégia de atuação e a contribuição de uma rede de bancos de alimentos para a promoção da SAN. Assim, uma reflexão sobre a importância do olhar mais apurado das demandas locais e de que essa visão mais ampliada e completa da situação apresentada permitiria a adoção de estratégias de intervenção mais eficientes, foram vistas como benefícios à participação no estudo.

A presente pesquisa não teve orçamento, uma vez que para o seu desenvolvimento não houve necessidade de recursos monetários, e eventuais custos, em quaisquer das etapas do estudo, ficaram sob a responsabilidade do pesquisador.

Para a realização das atividades propostas, foi obtido, além dos TCLE, o Termo de Anuência da Gerência de Assistência/Diretoria de Programas Sociais do Sesc-DN (APÊNDICE H) e, em observância aos princípios éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016, a qual orienta condutas éticas para pesquisas com seres humanos (BRASIL, 2016), o projeto foi registrado na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob o número CAAE: 32982820.1.0000.5285 e número de parecer 4.343.054.

Por fim, a Figura 10 traz todo o caminho percorrido para a validação do MLO conforme a técnica aplicada (Delphi), com a adoção de uma metodologia quali-quantitativa que permitiu múltiplos olhares frente ao entendimento da atuação do Programa MBS e sua complexidade de manifestações no campo da SAN.

Figura 10 - Fluxograma do processo de validação do Modelo Lógico-Operacional MBS.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no fluxograma apresentado por VITORINO; CRUZ; BARROS, 2017.

### **3.3 Plano de disseminação dos Modelos Lógico-Teórico e Lógico-Operacional MBS**

Os modelos lógico-teórico elaborado e lógico-operacional validado do MBS, já diagramados, serão apresentados a todas as coordenações regionais do MBS durante o XVI Encontro Nacional de Coordenadores do Programa Mesa Brasil Sesc, previsto para ser realizado no primeiro semestre de 2023.

A intenção é que ambos os instrumentos sejam levados à discussão para as considerações dos(as) coordenadores(as) e, porventura, alguns técnicos do Programa. Esta estratégia permitirá que o pesquisador possa iniciar o processo de divulgação técnica, junto aos seus pares, para implementação posterior em toda a rede MBS como base para a elaboração de processos de monitoramento e avaliação dos procedimentos e contribuições do Programa.

A divulgação aos públicos acadêmico e não acadêmico dar-se-á por meio de publicação de artigo científico, em periódico avaliado pelo Qualis/CAPES, a fim de que seja potencializado o acesso à produção intelectual para além do repositório da UNIRIO.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Análise de documentos e Modelo Lógico-Teórico MBS elaborado**

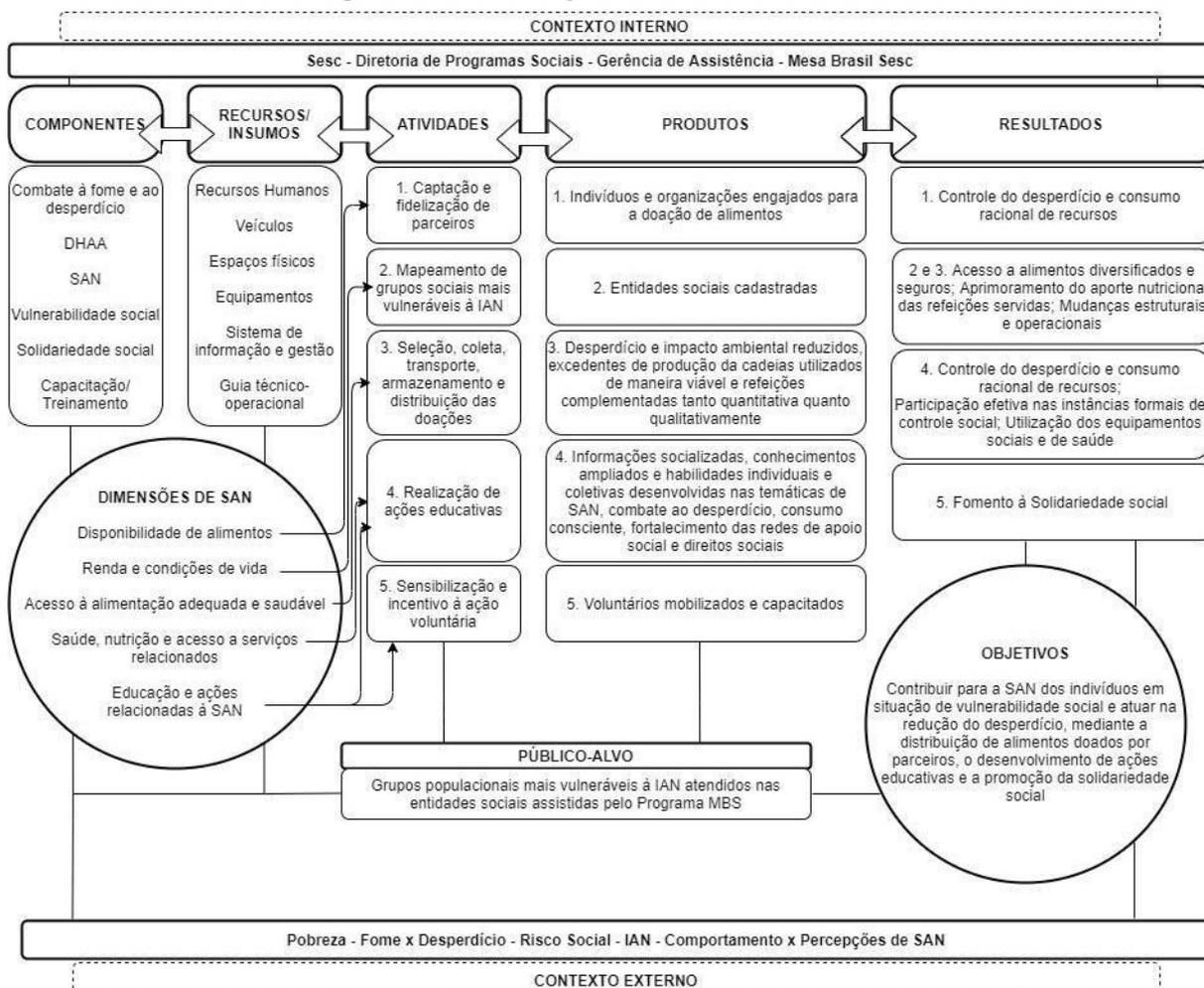
A partir do processo de análise de documentos de gestão do Programa MBS e do alinhamento com as dimensões de SAN descritas no Decreto 7272/2010, a saber: I - produção de alimentos; II - disponibilidade de alimentos; III - renda e condições de vida; IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; VI – educação e VII - programas e ações relacionadas à SAN (BRASIL, 2010b), sob o suporte teórico do monitoramento e da avaliação das políticas de saúde, foi elaborado e diagramado o primeiro produto deste estudo, o Modelo Lógico-Teórico MBS, apresentado na figura 11.

Essas dimensões de SAN, associadas aos objetivos da intervenção, resultaram na organização do MBS segundo 6 (seis) Componentes Técnicos: 1. Combate à fome e ao desperdício; 2. Direito Humano à Alimentação Adequada; 3. Segurança Alimentar e Nutricional; 4. Vulnerabilidade Social; 5. Solidariedade; 6. Capacitações e Treinamentos, que serão detalhados adiante, quando da descrição do MLO.

Como público-alvo foram considerados os grupos populacionais mais vulneráveis à IA, atendidos pelas ESA cadastradas no MBS, considerando como contextos interno e externo, respectivamente, a alocação do Programa na GEA/DPS de acordo com o organograma Sesc/DN (ANEXO A) e o comportamento e as percepções de SAN frente ao cenário de risco social, pobreza, IA, fome e desperdício de alimentos.

A elaboração deste modelo proporcionou que os pressupostos que sustentam o funcionamento e que norteiam o Programa MBS, conforme as diretrizes do Sesc e da SAN, fossem encadeados na perspectiva das políticas de saúde, sobretudo com a teoria de M&A das intervenções nessa área, frente aos contextos internos e externos que podem influenciar, tanto positiva quanto negativamente, o desenvolvimento dos processos do Programa e seus resultados esperados.

**Figura 11** – Modelo lógico-teórico do MBS elaborado.



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor, baseado em McLaughlin e Jordan (1999) e W. K. Kellogg Foundation (2001).

O processo de construção trouxe à tona importantes reflexões sobre o MBS, que extrapolam o senso comum sobre a atuação dos bancos de alimentos, bastante identificado com o combate à fome e ao desperdício e, portanto, à dimensão de acesso à alimentação.

Ao analisar todos os aspectos envolvidos com o Programa e seu desenho, o modelo permitiu identificar que as demais dimensões de SAN, descritas no Decreto 7272/2010 (BRASIL, 2010b), também estão fortemente expressas em suas ações, o que o diferencia das demais experiências de bancos de alimentos, uma vez que vão além da importante, porém não exclusiva, função mediadora ou de entreposto entre doadores e receptores de alimentos, com destaque às ações junto aos atores envolvidos em sua cadeia e o fortalecimento do consumo consciente e da solidariedade social.

Deste modo, ao dialogar com o que é demonstrado por Hartz e Viera da Silva (2005), sendo o modelo lógico-teórico MBS o ponto de partida para a percepção ampliada do que o Programa busca alcançar, onde quer chegar e, portanto, possibilitar a discussão de como aprimorar constantemente suas práticas, sendo a base para a construção e, posterior validação, do modelo lógico-operacional.

#### **4.2 Perfil dos participantes**

Dos 17 convites à participação na pesquisa, e respectivos TCLE encaminhados, 12 foram respondidos positivamente, com a sinalização da concordância em fazer parte do estudo, e 5 não foram respondidos, o que representa uma adesão (taxa de resposta) de 70,6% dos atores-chaves convidados.

A análise do perfil desses atores-chaves, participantes da pesquisa, configurou um grupo heterogêneo, bastante experiente, com diversificada atuação em SAN e, conseqüentemente, com muitas vivências a serem compartilhadas. A maior parte dos respondentes foi de nutricionistas (8), mas a pesquisa também contou com assistentes sociais (2), docente do magistério superior (1) e administrador (1), sendo 10 mulheres e 2 homens. O local de atuação profissional teve maioria na região sudeste (7 – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), mas com representação de todas as macrorregiões brasileiras, distribuídas em nordeste (2 - Bahia e Paraíba), norte (1 – Amazonas), centro-oeste (1 – Goiás) e sul (1 – Rio Grande do Sul). A maioria dos participantes está concentrada na faixa etária de 30 a 50 anos (7), tempo de atuação em SAN de 11 a 19 anos (9), com destaque para 2 respondentes com mais de 20 anos de atuação na área. Todos os participantes possuíam formação superior, sendo que a metade com pós-graduação lato sensu (6) e 3 stricto sensu (APÊNDICES I e J).

Ressalta-se que a menor taxa de adesão (20%) entre os convidados à participação na pesquisa aconteceu com gestores(as) de Entidades Sociais Atendidas (ESA) pelo MBS. Algumas dificuldades comumente apontadas por esse público, segundo informações coletadas em reuniões técnicas remotas com as equipes do Programa nos estados, intensificaram-se em 2020 ao longo da pandemia do novo coronavírus.

Representantes de ESA, de norte a sul do país, relatavam constantemente às equipes MBS, e ainda relatam, os obstáculos enfrentados diariamente, onde pudemos perceber

manifestações semelhantes desses atores que, muitas vezes, além de trabalharem, residem nesses territórios de maior vulnerabilidade social. Dentre os contratemplos mais relatados, destacam-se: problemas de acesso a computadores e conexão com a internet; esgotamento físico e emocional; sobrecarga de trabalho; pouca familiaridade com plataformas *online* e seus recursos.

Considera-se que as perdas relatadas dos integrantes desse grupo específico não tenham comprometido a consistência do processo de validação realizado, consoante à representatividade dos demais grupos envolvidos.

### **4.3 Fase 1 da validação do Modelo Lógico-Operacional MBS**

O questionário da Fase 1, por se tratar intencionalmente de uma etapa mais aberta, contou com as questões pré-elaboradas pelo pesquisador e com espaços para a livre manifestação do respondente acerca dos componentes estruturais do modelo lógico-operacional (atividades, produtos, resultados e impactos), de acordo com cada um dos seis componentes técnicos MBS apresentados, elencados de acordo com a conjuntura de atuação MBS e descritos a partir de seus argumentos principais, dos objetivos propostos.

Todas as contribuições dos participantes, inseridas em quadros elaborados para cada componente técnico com o encadeamento lógico dos componentes estruturais, facilitaram não apenas a sintetização e a análise de consistência de todas as sugestões apresentadas como também agrupamentos, rearranjos e alterações, inerentes ao fluxo, apresentados a seguir:

#### **4.3.1 Componente 1 – Combate à fome e ao desperdício**

O componente técnico 1 apresentou como objetivo: contribuir para o combate à fome e ao desperdício de alimentos, por meio da racionalização do consumo de recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção de alimentos, cujo descarte tem impactos significativos nas 3 dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica).

Considerando os resultados de longo prazo os participantes sugeriram a inclusão de “Redução da prevalência de carências nutricionais”, “Redução da mortalidade infantil”, “Ampliação da cidadania”, “Redução do desperdício de alimentos” e “Aumento da acessibilidade aos alimentos”.

Coerente com a evolução de abordagem de alimentação e nutrição no campo da SAN e entendendo a amplitude do conceito de IA que engloba, além das carências nutricionais e da desnutrição energético-proteica, o sobrepeso e a obesidade (SEGALL-CORRÊA, 2007), o pesquisador renomeou o item “Redução da prevalência de carências nutricionais” para “Redução da prevalência de IA”, incorporando cada uma dessas manifestações (carências nutricionais, desnutrição energético-proteica, sobrepeso e obesidade)”.

“Redução da mortalidade infantil” e “Ampliação da cidadania” foram inseridos. Porém, o segundo item recebeu uma nova redação, uma vez que se entende que a intenção é fomentar o acesso à cidadania por meio do fortalecimento da rede de apoio social, e se tornou “Aumento da promoção da cidadania”. Já “Redução do desperdício de alimentos” e “Aumento da acessibilidade aos alimentos”, entendidos como resultados de médio prazo, foram realocados.

Quanto aos resultados de médio prazo, como contribuição os participantes sugeriram a inclusão de “Redução do desperdício de alimentos na cadeia de produção”. O pesquisador considerou que o item sugerido já estaria contemplado no item que foi ampliado com a sua nova redação “Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)”, entendendo que a produção se relaciona com doadores, produtores rurais e indústrias alimentícias, a distribuição com os doadores das redes atacadista e varejista e centrais de abastecimento e o consumo com todos os demais atores envolvidos com o MBS (equipes MBS, ESA e doadores; voluntariado; público assistido e famílias).

Em relação aos produtos, como contribuições os participantes sugeriram a inclusão de “Regularidade nas ações que estimulem o consumo consciente”, “Regularidade nas ações, com o público atendido, que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social”, em consonância com o que é apresentado por Burlandy e colaboradores (2010) quando apresentam estas temáticas como valiosas ferramentas no combate à fome e ao desperdício, “Número de parcerias estratégicas ampliado (logística, mídia, recursos financeiros, demais serviços)” e “Número de voluntários(as) ampliado”.

Todos os itens do componente estrutural produto foram contemplados no questionário da fase 2. Porém, conforme o conceito de ações educativas participativas e dialógicas, o primeiro e o segundo itens apresentados acima receberam novas redações e se tornaram, respectivamente, “Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos” e “Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que abordem os mecanismos da fome e da exclusão social”. O terceiro e quarto itens, entendidos como produtos de atividades que envolvem a governança do MBS, foram realocados para outro componente técnico criado (Gestão do MBS), o qual será abordado mais para frente.

As sugestões observadas são compatíveis e suportam os conceitos multifacetados e ampliados da fome (CASTRO, 1984; MONTEIRO, 2003) e das perdas e desperdício de alimentos (BELIK, COSTA e CUNHA, 2012), assim como das principais estratégias para combatê-los. Caminhos e efeitos similares envolvendo ambas as temáticas, com os bancos de alimentos como importantes equipamentos de acesso aos alimentos e potenciais espaços para discussões acerca da utilização racional de recursos e consumo consciente, foram apresentados por Tenuta e Teixeira (2017) e Belik (2018).

Nas atividades, os participantes sugeriram a inclusão de “Investimento na frota MBS”, “Investimento na equipe MBS” e “Divulgação do MBS, e de suas ações, nas mídias sociais”. Todos os itens foram contemplados no questionário da Fase 2, porém, entendidos como atividades que envolvem a governança do MBS, foram realocados para outro componente técnico criado (Gestão do MBS), o qual será abordado mais para frente.

#### 4.3.2 Componente 2 – Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

O componente técnico 2 trouxe como objetivo: atuar para respeitar, proteger e cumprir o DHAA, que é realizado quando “cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção” (FAO, 1999).

Neste componente é possível observar o alinhamento das sugestões com os conceitos trazidos por Burity et al (2010) quando abordam o DHAA no contexto ampliado de SAN,

ênfatizando a garantia de um acesso permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, como direito fundamental à vida.

Quanto aos resultados de longo prazo, os participantes sugeriram a inclusão de “Redução da prevalência de carências nutricionais”, “Redução da prevalência de excesso de peso”, “Ampliação do acesso à alimentação nutricionalmente, culturalmente e ambientalmente adequada”, “Aumento da percepção da população vulnerável sobre seus direitos sociais” e “Ampliação da cidadania”.

Semelhante ao componente anterior, o pesquisador considerou que o primeiro e segundo itens sugeridos já se englobavam como manifestações de IA no item ampliado “Redução da prevalência de IA (carências nutricionais, desnutrição energético-proteica, sobrepeso e obesidade)”, assim como “Ampliação da cidadania” que já havia se tornado “Aumento da promoção da cidadania”.

Seguindo os conceitos de SAN para a garantia do DHAA (ABRANDH, 2013), o item “Ampliação do acesso à alimentação nutricional, cultural e ambientalmente adequada” foi inserido integralmente. Já o item “Aumento da percepção da população vulnerável sobre seus direitos sociais”, entendido como resultado de médio prazo, foi realocado.

Nos resultados de médio prazo, como contribuições os participantes sugeriram a inclusão de “Aumento do consumo apropriado de padrões alimentares” e “Aumento da estabilidade ao acesso aos alimentos”.

De acordo com as dimensões alimentar e nutricional do DHAA (ABRANDH, 2013), o primeiro item foi contemplado como “Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)” e o segundo como “Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de qualidade, de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais”.

Considerando os produtos, como contribuições os participantes sugeriram a inclusão de “Atividades educativas realizadas com as entidades sociais sobre alimentação e nutrição”, dialogando com o Marco de Referência de EAN (BRASIL, 2012), e “Articulação com o poder

público realizada visando a construção/aprimoramento de uma política pública de SAN”. As duas proposições foram compreendidas como atividades e foram realocadas, sendo que a primeira teve a redação modificada para “Realização de atividades educativas com as entidades sociais sobre alimentação e nutrição”.

Já nas atividades, os participantes sugeriram a inclusão de “Reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas” que, após adaptações na redação, entendendo o fortalecimento em rede essencial, foi inserida como “Realização de reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto”.

#### 4.3.3 Componente 3 – Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O componente técnico 3 apresentou como objetivo: contribuir para a SAN de indivíduos em situação de vulnerabilidade em nosso país, com atenção permanente aos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos.

Da mesma maneira dos dois componentes anteriores, há uma convergência das colaborações dos participantes com o que é trazido na literatura e nos dispositivos legais. Maluf e Reis (2013) demonstram que a trajetória da construção dos princípios e do conceito ampliado de SAN considerou significativamente a intersectorialidade e a pluralidade de atores, o que corrobora com as sugestões apresentadas a seguir.

Nos resultados de longo prazo a contribuição “Redução da prevalência de carências nutricionais”, como uma das manifestações de IA, foi contemplada no item ampliado “Redução da prevalência de IA (carências nutricionais, desnutrição energético-proteica, sobrepeso e obesidade)”.

A contribuição “Redução da prevalência de doenças associadas à má alimentação” teve sua redação adaptada e foi inserida como “Redução das doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada”, haja vista a necessidade de ajuste de conceitos e não haver a intenção de criar juízo de valor aos diferentes aspectos alimentares, mas sim de que fomentar práticas alimentares adequadas aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos

propiciam melhores condições de saúde e bem-estar, conforme preconizado no Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014).

Nos resultados de médio prazo, os participantes sugeriram a inclusão de “Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros”, “Garantia de ações ininterruptas e permanentes de captação e distribuição de alimentos” e “Aprimoramento das ações educativas planejadas para além da educação alimentar e nutricional, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas”.

Os dois primeiros itens, frente ao conceito ampliado de SAN, trazido na LOSAN (BRASIL, 2006), foram adaptados e inseridos com as respectivas redações: “Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros de maneira ininterrupta e permanente” e “Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos captados/coletados”. O terceiro item, considerando a intersetorialidade das políticas de SAN (BRASIL, 2010 – PNSAN), teve sua redação adaptada para “Realização de ações educativas, com enfoque em SAN, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas” e, entendido como uma atividade, foi realocado.

Em relação aos produtos, não houve contribuições dos participantes nessa etapa, pois se sentiram contemplados com os itens pré-elaborados pelo pesquisador. Porém, as contribuições nas etapas anteriores permitiram análises e reformulações importantes, com destaque para a alteração do item “Reuniões estratégicas realizadas com coletivos de SAN”, que ficou com a redação “Reuniões estratégicas realizadas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social”, entendendo ser fundamental a participação social para o êxito de políticas públicas nessa área (FBSSAN, 2015).

Quanto às atividades, como contribuições os participantes sugeriram a inclusão de “Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas” que, apenas para alinhamento com as demais atividades, teve sua redação alterada para “Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas”, dialogando com a PNSAN (BRASIL, 2010). Cabe destacar que tal contribuição, entendida como fundamental para o aprimoramento das ações educativas realizadas pelo MBS, foi inserida nessa mesma etapa dos demais componentes.

#### 4.3.4 Componente 4 – Vulnerabilidade Social

O componente técnico 4 apresentou como objetivo: realizar ações que promovam o bem-estar e que mitiguem os riscos produzidos pelo contexto econômico-social a determinados indivíduos e grupos.

As sugestões observadas neste componente são convenientes com o que é demonstrado por Castro (2001) e ratificado por Freitas (2003) e Monteiro (2003), onde é necessário atentar para o ciclo vicioso pobreza-fome-pobreza e suas principais causas para que possamos discutir melhores estratégias de participação e controle social no combate às desigualdades. Barbosa, Souza e Soares (2020) demonstram, em seu estudo, efeitos similares da distribuição de renda e da falta de acesso a informações sobre direitos e a influência na vulnerabilidade social.

Como contribuições nos resultados de longo prazo, os participantes sugeriram a inclusão de “Redução da prevalência de carências nutricionais”, “Aumento da garantia de direitos sociais” e “Aumento da utilização dos equipamentos sociais e de saúde”.

Da mesma maneira dos componentes anteriores, a contribuição “Redução da prevalência de carências nutricionais”, como uma das manifestações de IA, foi contemplada no item ampliado “Redução da prevalência de IA (carências nutricionais, desnutrição energético-proteica, sobrepeso e obesidade)”.

O item “Aumento da garantia de direitos sociais”, entendendo equipamentos de SAN como espaços mediadores para a garantia de direitos (BRASIL, 2006), foi inserido integralmente e o item “Aumento da utilização dos equipamentos sociais e de saúde”, entendido como resultado de médio prazo, foi realocado.

Nos resultados de médio prazo, os participantes sugeriram a inclusão de “Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão” e “Aumento da participação efetiva nas instâncias formais de controle social”. Entendendo a participação social como fundamental para o êxito das propostas em SAN (BRASIL, 2010a, 2010b), as contribuições foram aglutinadas e contempladas com a redação “Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão e participação efetiva nas instâncias formais de controle social”.

Quanto aos produtos, não houve contribuições dos participantes nessa etapa, pois se sentiram contemplados com os itens pré-elaborados pelo pesquisador. Porém, as contribuições nas etapas anteriores permitiram análises e reformulações importantes, com destaque para os itens “Ações educativas realizadas a fim de discutir e esclarecer quanto ao efetivo exercício de direitos sociais e a utilização de equipamentos sociais e de saúde” e “Reuniões/palestras/atividades/grupos operativos realizados com Conselhos de direitos e com gestores de das políticas públicas de assistência social”.

Nas atividades, os participantes sugeriram a inclusão de “Realização de reuniões/palestras/atividades/grupos operativos com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social”, “Realização sistemática de ações educativas, com diferentes abordagens, com ênfase na dialógica, popular e freiriana, buscando envolver todos os participantes do programa para que eles se tornem sujeitos da ação”, dialogando com o que é apresentado por Valente (1986).

Entendendo o fortalecimento das redes de apoio social e o conceito de ações educativas participativas e dialógicas como fundamentais para o alcance de resultados almejados (BRASIL, 2012), ambas as contribuições foram inseridas na íntegra, ao passo que o item “Realização de reuniões/palestras, em associação com a abordagem dos demais componentes, com as entidades sociais”, por não ter uma redação esclarecedora, foi excluído.

#### 4.3.5 Componente 5 – Solidariedade

O componente técnico 5 apresentou como objetivo: incentivar e promover o engajamento efetivo de indivíduos e organizações (privadas/públicas/sociedade civil) no combate à fome e ao desperdício como meio de desenvolvimento da sociedade

As sugestões trazidas pelos participantes neste componente se mostraram alinhadas com a importância da mobilização e do engajamento da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público nas discussões e promoção de estratégias que permitam a garantia da SAN e do DHAA, como já demonstrado por Burlandy (2011).

Nos resultados de longo prazo não houve contribuições dos participantes, pois se sentiram contemplados com os itens pré-elaborados pelo pesquisador. Porém, as contribuições

nas etapas anteriores permitiram análises e reformulações importantes, com destaque para o item “Aumento do consumo consciente” que, entendido como resultado de médio prazo, foi realocado, assim como a inclusão dos itens “Aumento da garantia de direitos sociais” e “Ampliação da responsabilidade social”.

Houve o aprimoramento do item “Redução dos danos ambientais” que, para ser mais elucidativo, abrangente e alinhado aos conceitos ampliados de PDA e sustentabilidade trazidos por Belik (2018), passou a ter a redação “Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)”.

Quanto aos resultados de médio prazo, os participantes sugeriram a inclusão de “Aumento do investimento financeiro, por parte da instituição, para incentivo à agricultura familiar”. Entendendo que investimentos nesse nível de atuação não se enquadram no escopo de atuação do MBS, mas que o incentivo à agricultura familiar é essencial para a promoção da SAN, conforme preconizado na PNSAN (BRASIL, 2010b), o item foi revisado, adaptado e incluído com a redação “Aumento da proporção de alimentos oriundos da agricultura familiar”, haja vista a demanda por investimentos se enquadrar em atividade.

Considerando os produtos, os participantes sugeriram a inclusão de “Número de ações monitoradas e avaliadas para mensurar sua implantação e efetividade”. Esse item foi revisado, teve sua redação adaptada para “Plano de monitoramento e avaliação das ações executado”. Entendendo as atividades de M&A como fundamentais e transversais para se lograr êxito em quaisquer intervenções, conforme demonstrado por Vitorino, Cruz e Barros (2017), este item foi incluído neste e em todos os demais componentes.

A partir das colaborações em etapas anteriores foi incluído o item “Projetos de incentivo à agricultura familiar realizados” e dois itens foram readaptados e incluídos, com as respectivas redações: “Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome” e “Número de ações realizadas em conjunto com o poder público para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome”.

Nas atividades, os participantes sugeriram a inclusão de “Articulação com o poder público para engajamento à causa”, “Realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates para sensibilização da sociedade e poder público, sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome”, “Realização do monitoramento de cada ação” e “Realização da avaliação de efetividade das ações”.

Após análises e adaptações, entendendo a intersetorialidade, o fortalecimento de rede, a participação social e a multifatorialidade da situação de fome (BRASIL, 2010a; MONTEIRO, 2003), todos os itens mencionados acima foram incluídos com as seguintes redações: “Articulação com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome”, “Articulação com o poder público para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome”.

A partir das colaborações em etapas anteriores foram incluídos os itens “Diversificação de parcerias do Programa MBS para incentivo a projetos com a agricultura familiar” e “Execução do Plano de Monitoramento e Avaliação”. Este último incluído também em todos os demais componentes.

#### 4.3.6 Componente 6 – Capacitações e Treinamentos

O componente técnico 6 trouxe como objetivo: desenvolver habilidades individuais e coletivas para o aprimoramento de capacidades em SAN e fortalecimento das redes de apoio social.

Ao analisar este componente e as contribuições dos participantes houve a percepção de que as capacitações e treinamentos, assim como quaisquer ações educativas desenvolvidas, aplicadas e praticadas pelos atores envolvidos com o MBS, são, além de transversais aos demais componentes técnicos, inerentes ao processo de gestão do Programa, uma situação interna, ou seja, situações “meio” para que sejam alcançados os “fins” propostos, corroborando com o que preconiza o Guia do Programa (SESC, 2017) e também expresso no Plano Estratégico MBS 2012-2015 (SESC, 2012).

Assim, o “componente 6” foi remodelado e renomeado como “componente 1 – Gestão do Programa MBS”, acrescido das contribuições dos participantes, que envolviam a governança e suas implicações nos resultados, sendo suas etapas apresentadas a seguir:

Nos resultados de longo prazo, foram incluídos os itens “Redução das perdas e desperdício de alimentos na produção”, “Redução das perdas e desperdício de alimentos na distribuição” e “Maior eficiência dos processos de gestão do MBS”.

Os resultados de médio prazo foram contemplados com os itens “Proporção de novas parcerias captadas e proporção de parcerias fidelizadas”, “Ampliação e diversificação das doações coletadas e distribuídas”, “Aprimoramento das ações educativas realizadas”, “Aumento do acesso a informações quanto à SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano”, “Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas” e “Maior efetividade dos processos de gestão”.

Quanto aos produtos, houve a inserção dos itens “Ações de captação e fidelização de parcerias planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos”, “Ações de coleta e distribuição de doações planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos”, “Ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas (público assistido, gestores(as), equipes de trabalho, voluntariado), planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano”, “Ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade”, “Ampliação da equipe MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto”, “Ampliação e/ou revitalização da frota MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto” e “Ampliação do número de Unidades MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto e “Plano de monitoramento e avaliação das ações do MBS elaborado”.

Por fim, nas atividades, foram inseridos os itens “Planejamento das ações de captação e fidelização de parcerias com cronograma e orçamento previstos”, “Planejamento das ações

de coleta e distribuição de doações com cronograma e orçamento previstos”, “Planejamento das ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano”, “Planejamento das ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às seguintes temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade”, “Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para ampliação da equipe MBS”, “Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para revitalização e/ou ampliação da frota MBS”, “Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para implantação de Unidades MBS” e “Elaboração de um plano de monitoramento e avaliação das ações”.

A dinâmica desse momento analítico da fase I proporcionou o enriquecimento da cadeia como um todo, pois cada elemento trazido, em qualquer etapa, fez repercutir nas demais etapas. A título de exemplo, quando um participante sugeriu determinado resultado de médio ou longo prazos, o passo seguinte foi realizar o caminho inverso para a definição de atividades e produtos que pudessem levar àqueles resultados previstos. Os quadros elaborados, a partir da reestruturação dos componentes técnicos, podem ser observados nos Apêndices K, L e M.

Cabe destaque para alguns comentários dos participantes, dentre os quais: i. “Para combater a fome e o desperdício é necessário passar pelo processo educativo. Só assim empresários da área de alimentação e consumidores aprenderão a diminuir os excedentes de comercialização e industrialização e consumir de forma consciente, respectivamente”; ii. “Os objetivos do Programa só serão atingidos de forma duradoura, e não apenas imediata, se as ações do MBS, que envolvam processos educativos (não somente de educação alimentar), abordarem temas como renda, emprego, direitos sociais e diminuição das desigualdades”; iii. “Tem que haver incentivos a mobilizações populares que possam pressionar o poder público, as diferentes esferas governamentais, para as questões referentes à alimentação e nutrição”; iv. “Faz-se necessário o resgate do debate sobre a Reforma agrária como forma de democratização da produção e do acesso”.

Em síntese, como percepções gerais, as contribuições da Fase 1 trouxeram reflexões e um olhar ampliado do funcionamento e da atuação do MBS para a questão de direitos, a relação com políticas públicas intersetoriais e incorporaram um olhar mais complexo frente às dimensões alimentação e nutrição, bastante compatíveis com os debates sobre SAN e harmônicas com a ideia de percurso lógico proposto pelo pesquisador.

#### **4.4 Fase 2 da validação do Modelo Lógico-Operacional MBS – Pertinência e relevância**

Esse segundo momento contou com a participação de 11 respondentes, o que correspondeu à perda de 8,3% na adesão de uma fase para outra. As respostas ao questionário foram inseridas em planilha do Microsoft Excel e, na sequência, foram realizados o somatório referente à valoração de cada item, além de calculadas a mediana e o intervalo entre o primeiro e terceiro quartis.

Ao considerar o máximo de 11 respondentes, todos os itens que alcançaram pontuação igual ou superior a 26,4 pontos, mediana igual a 3 e intervalo interquartil inferior a 1 foram classificados como muito relevantes. Tais itens compuseram o modelo lógico-operacional validado.

As tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7 apresentam, respectivamente, os itens analisados, organizados por componentes estruturais da intervenção (atividades, produtos, resultados e impactos), do primeiro ao sexto componentes técnicos do MBS, acompanhados da pontuação total alcançada, valores da mediana e do intervalo interquartil.

Para facilitar a visualização, ao final de cada tabela mencionada estão representados, nas figuras 12, 13, 14, 15, 16 e 17, os fluxos desses componentes estruturais (atividades – produtos – resultados médio prazo – resultados longo prazo) de cada componente técnico MBS.

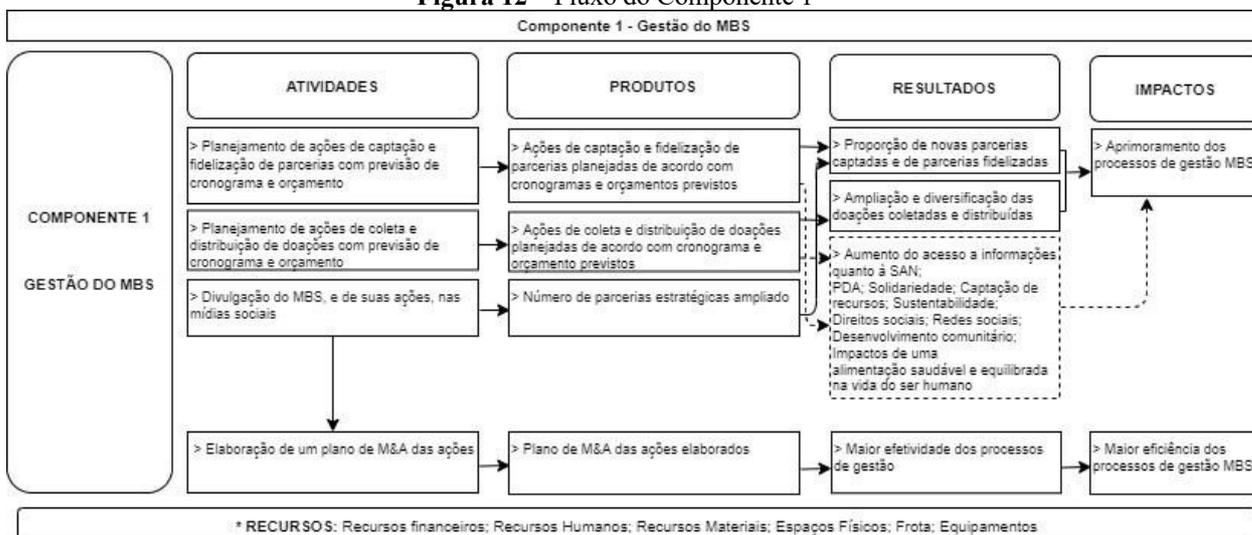
**Tabela 2** – Total de pontos, mediana e intervalo interquartilico dos itens relacionados às etapas do componente 1 – Gestão do Programa MBS.

<b>COMPONENTE 1 – GESTÃO DO PROGRAMA MBS</b>				
<b>Etapas</b>	<b>Itens</b>	<b>Total de pontos</b>	<b>Mediana</b>	<b>Intervalo interquartilico</b>
<b>Atividades</b>	Planejamento das ações de captação e fidelização de parcerias com previsão de cronograma e orçamento	32	3	0
	Planejamento das ações de coleta e distribuição de doações com previsão de cronograma e orçamento	32	3	0
	Planejamento das ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	28	3	1
	Planejamento das ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, com previsão de cronograma, orçamento e conteúdos adequados às seguintes temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.	27	3	1
	Planejamento, com cronograma e previsão orçamentária, para ampliação da equipe MBS	22	2	0,5
	Planejamento, com cronograma e previsão orçamentária, para revitalização e/ou ampliação da frota MBS	24	2	1
	Planejamento, com cronograma e previsão orçamentária, para implantação de novas Unidades MBS	17	2	1
	Divulgação do MBS, e de suas ações, nas mídias sociais	28	3	0,5
	Elaboração de um plano de monitoramento e avaliação das ações	33	3	0
	<b>Produtos</b>	Ações de captação e fidelização de parcerias planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	32	3
Ações de coleta e distribuição de doações planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos		32	3	0
Ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas (público assistido, gestores(as), equipes de trabalho, voluntariado), planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano		28	3	1
Ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.		28	3	1
Ampliação da equipe MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto		25	2	1

	Ampliação e/ou revitalização da frota MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	25	2	1	
	Ampliação do número de Unidades MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	21	2	1	
	Número de parcerias estratégicas ampliado (logística, mídia, recursos financeiros, demais serviços)	30	3	0	
	Número de voluntários(as) ampliado	25	2	1	
	Plano de monitoramento e avaliação das ações do MBS elaborado	31	3	0	
	Resultados	Proporção de novas parcerias captadas e proporção de parcerias fidelizadas	30	3	0
		Ampliação e diversificação das doações coletadas e distribuídas	28	3	0,5
		Aprimoramento das ações educativas realizadas	27	2	1
		Aumento do acesso a informações quanto à SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	30	3	0,5
		Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	29	3	1
Maior efetividade dos processos de gestão		30	3	0,5	
Impactos	Redução das perdas e desperdício de alimentos na produção	27	3	1	
	Redução das perdas e desperdício de alimentos na distribuição	28	3	1	
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0	
	Maior eficiência dos processos de gestão do MBS	31	3	0	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 12 – Fluxo do Componente 1



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Tabela 3** – Total de pontos, mediana e intervalo interquartilico dos itens relacionados às etapas do componente 2 – Combate à fome e ao desperdício.

<b>COMPONENTE 2 – COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO</b>				
<b>Etapas</b>	<b>Itens</b>	<b>Total de pontos</b>	<b>Mediana</b>	<b>Intervalo interquartilico</b>
	Captação de novos doadores	33	3	0
	Fidelização/valorização de doadores	33	3	0
	Coleta e distribuição de alimentos	32	3	0
	Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	27	3	1
<b>Atividades</b>	Realização de ações educativas, com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	30	3	0,5
	Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social	29	3	1
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos	29	3	1
<b>Produtos</b>	Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações	32	3	0
	Número de doadores ampliado	32	3	0
	Trabalho aprimorado com os doadores já existentes	33	3	0
	Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação	33	3	0
	Número de entidades sociais atendidas ampliado	29	3	1
	Trabalho aprimorado com as entidades sociais atendidas	32	3	0
	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	30	3	0,5
	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que abordem os mecanismos da fome e da exclusão social	29	3	1
	Autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos realizados	30	3	0,5
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	32	3	0
<b>Resultados</b>	Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)	31	3	0
	Aumento do consumo consciente - alimentos/recursos	30	3	0
	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	32	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	32	3	0
<b>Impactos</b>	Redução da situação de pobreza e fome	32	3	0
	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	32	3	0
	Redução da mortalidade infantil	28	3	1
	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)	31	3	0
	Aumento da garantia de direitos sociais	31	3	0
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Figura 13 – Fluxo do Componente 2



Fonte: Elaborado pelo autor.

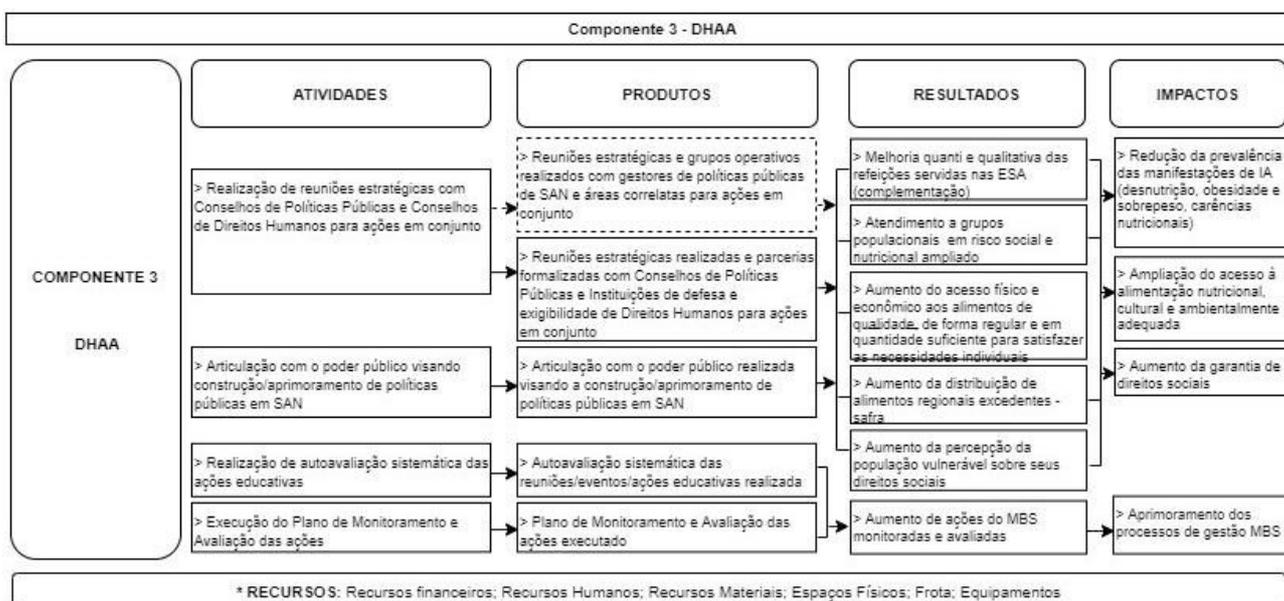
Tabela 4 – Total de pontos, mediana e intervalo interquartilico dos itens relacionados às etapas do componente 3 – DHAA.

COMPONENTE 3 – DHAA				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartilico
Atividades	Realização de reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	29	3	1
	Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos Humanos para ações em conjunto	30	3	0,5
	Elaboração de projetos em parceria com organismos de assistência técnica agrícola	27	3	1
	Realização de reuniões/eventos/ações educativas com as entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	28	3	1
	Articulação com o poder público visando a construção/aprimoramento de políticas públicas de SAN	31	3	0
	Realização de autoavaliação sistemática das reuniões/eventos/ações educativas	30	3	0,5
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	30	3	0,5
Produtos	Reuniões estratégicas realizadas e parcerias formalizadas com Instituições de defesa e exigibilidade dos Direitos Humanos – Conselhos e Conselhos de Políticas Públicas para ações em conjunto	30	3	0,5
	Reuniões estratégicas e grupos operativos realizados com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	32	3	0
	Projetos elaborados em parceria com organismos de assistência técnica agrícola	28	3	1

Resultados	Eventos/reuniões/ações educativas realizadas com entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	29	3	1
	Articulação com o poder público realizada visando a construção/aprimoramento de políticas públicas de SAN	31	3	0
	Autoavaliação sistemática das reuniões/eventos/ações educativas realizadas	30	3	0,5
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	31	3	0
	Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)	31	3	0
	Atendimento a populações em risco social e nutricional (famílias, desabrigados, desalojados) ampliado	33	3	0
	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de qualidade, de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	33	3	0
	Aumento da distribuição de alimentos regionais excedentes – safra	32	3	0
	Aumento da percepção da população vulnerável sobre seus direitos sociais	30	3	0,5
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	32	3	0
Impactos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	32	3	0
	Ampliação do acesso à alimentação nutricional, cultural e ambientalmente adequada	32	3	0
	Aumento da garantia de direitos sociais	31	3	0
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	32	3	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 14 – Fluxo do Componente 3



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Tabela 5** - Total de pontos, mediana e intervalo interquartilico dos itens relacionados às etapas do componente 4 - SAN

<b>COMPONENTE 4 – SAN</b>				
<b>Etapas</b>	<b>Itens</b>	<b>Total de pontos</b>	<b>Mediana</b>	<b>Intervalo interquartilico</b>
<b>Atividades</b>	Definição de mecanismos de monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	32	3	0
	Realização de visitas de monitoramento às entidades sociais atendidas	31	3	0
	Articulação de parcerias com outros equipamentos de SAN para garantia da regularidade do fornecimento de alimentos	31	3	0
	Realização de reuniões estratégicas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	27	3	1
	Realização de ações educativas com enfoque em SAN abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	32	3	0
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	30	3	0,5
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	32	3	0
<b>Produtos</b>	Mecanismos definidos para o monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	32	3	0
	Visitas de monitoramento realizadas	29	3	1
	Parcerias articuladas com outros equipamentos de SAN	30	3	0,5
	Reuniões estratégicas sobre SAN realizadas com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	30	3	0,5
	Ações educativas realizadas com enfoque em SAN, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	32	3	0
	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	31	3	0
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	33	3	0
<b>Resultados</b>	Aprimoramento da análise da situação local e nacional de SAN	31	3	0
	Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos captados/coletados	32	3	0
	Aumento da percepção da população vulnerável sobre SAN	30	3	0,5
	Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros de maneira ininterrupta e permanente	32	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	29	3	0,5
<b>Impactos</b>	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	31	3	0
	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada	29	3	1
	Maior efetividade das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional	30	3	0,5
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Figura 15 – Fluxo do Componente 4



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 6 – Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas do componente 5 – Vulnerabilidade social.

COMPONENTE 5 – VULNERABILIDADE SOCIAL				
Etapas	Itens	Total		Intervalo
		de pontos	Mediana	interquartilico
Atividades	Realização de eventos em rede, promovidos pelas próprias entidades sociais, com apoio do MBS (relatos de casos/trocas de experiências)	29	3	1
	Realização sistemática de ações educativas, com diferentes abordagens, com ênfase na dialógica, popular e freiriana, buscando envolver todos os participantes do programa para que eles se tornem sujeitos da ação	28	3	0,5
	Realização de reuniões/palestras/atividades/grupos operativos com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	27	3	1
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	28	3	0,5
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	29	3	0
Produtos	Ações em rede realizadas pelas entidades sociais a fim de socializar informações e compartilhar experiências	30	3	0,5
	Ações educativas realizadas a fim de discutir e esclarecer quanto ao efetivo exercício de direitos sociais e a utilização de equipamentos sociais e de saúde	28	3	1
	Reuniões/palestras/atividades/grupos operativos realizados com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	28	3	1
	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	31	3	0
Resultados	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	32	3	0
	Aumento do acesso a oportunidades (educação, formação continuada e trabalho/emprego) para o desenvolvimento enquanto cidadã(o)	31	3	0
Resultados	Aumento da capacidade de acesso aos meios de subsistência suficientes às necessidades essenciais (alimentação, moradia digna e cuidados de saúde e higiene)	29	3	1

	Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão e participação efetiva nas instâncias formais de controle social	29	3	1
	Aumento da utilização dos equipamentos sociais e de saúde	31	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	32	3	0
<b>Impactos</b>	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	31	3	0
	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada	30	3	0,5
	Aumento da garantia de direitos sociais	30	3	0,5
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 16 – Fluxo do Componente 5



Fonte: Elaborado pelo autor.

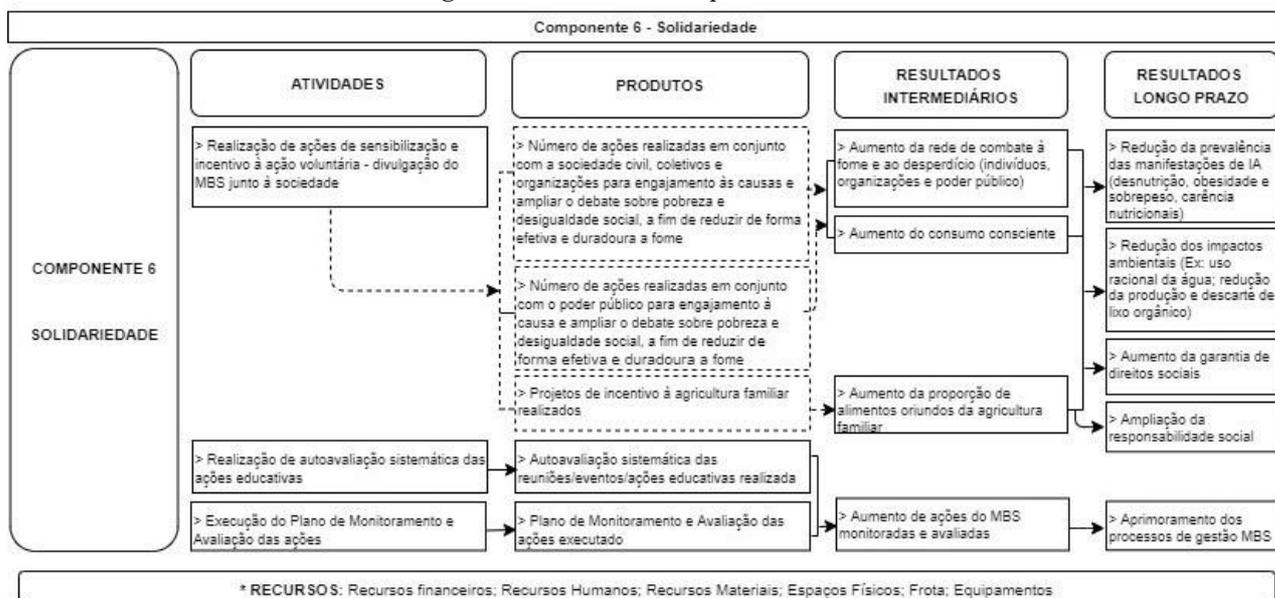
Tabela 7 – Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas do componente 6 – Solidariedade.

COMPONENTE 6 – SOLIDARIEDADE				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
<b>Atividades</b>	Realização de ações de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do MBS junto à sociedade)	30	3	0,5
	Realização de reuniões, palestras, etc, sobre a importância do voluntariado no combate à fome e ao desperdício	26	3	1,5
	Articulação com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	28	3	1
	Articulação com o poder público para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates para sensibilização da sociedade civil e organizações, sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	27	3	1
	Diversificação de parcerias do Programa MBS para incentivo a projetos com a agricultura familiar	29	3	1
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	31	3	0
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	32	3	0

<b>Produtos</b>	Número de ações exercidas por voluntários(as) no MBS	28	3	1
	Número de ações voluntárias realizadas por colaboradores(as) das organizações	27	3	1
	Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	30	3	0
	Número de ações realizadas em conjunto com o poder público para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	29	3	0,5
	Projetos de incentivo à agricultura familiar realizados	31	3	0
	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	30	3	0
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	32	3	0
<b>Resultados</b>	Aumento da rede de combate à fome e ao desperdício (indivíduos, organizações e poder público)	32	3	0
	Ampliação do número de voluntários individuais e corporativos	28	3	1
	Aumento do consumo consciente	30	3	0,5
	Aumento da proporção de alimentos oriundos da agricultura familiar	31	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	31	3	0
<b>Impactos</b>	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	31	3	0
	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)	30	3	1
	Aumento da garantia de direitos sociais	30	3	0,5
	Ampliação da responsabilidade social	30	3	0,5
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 17 – Fluxo do Componente 6



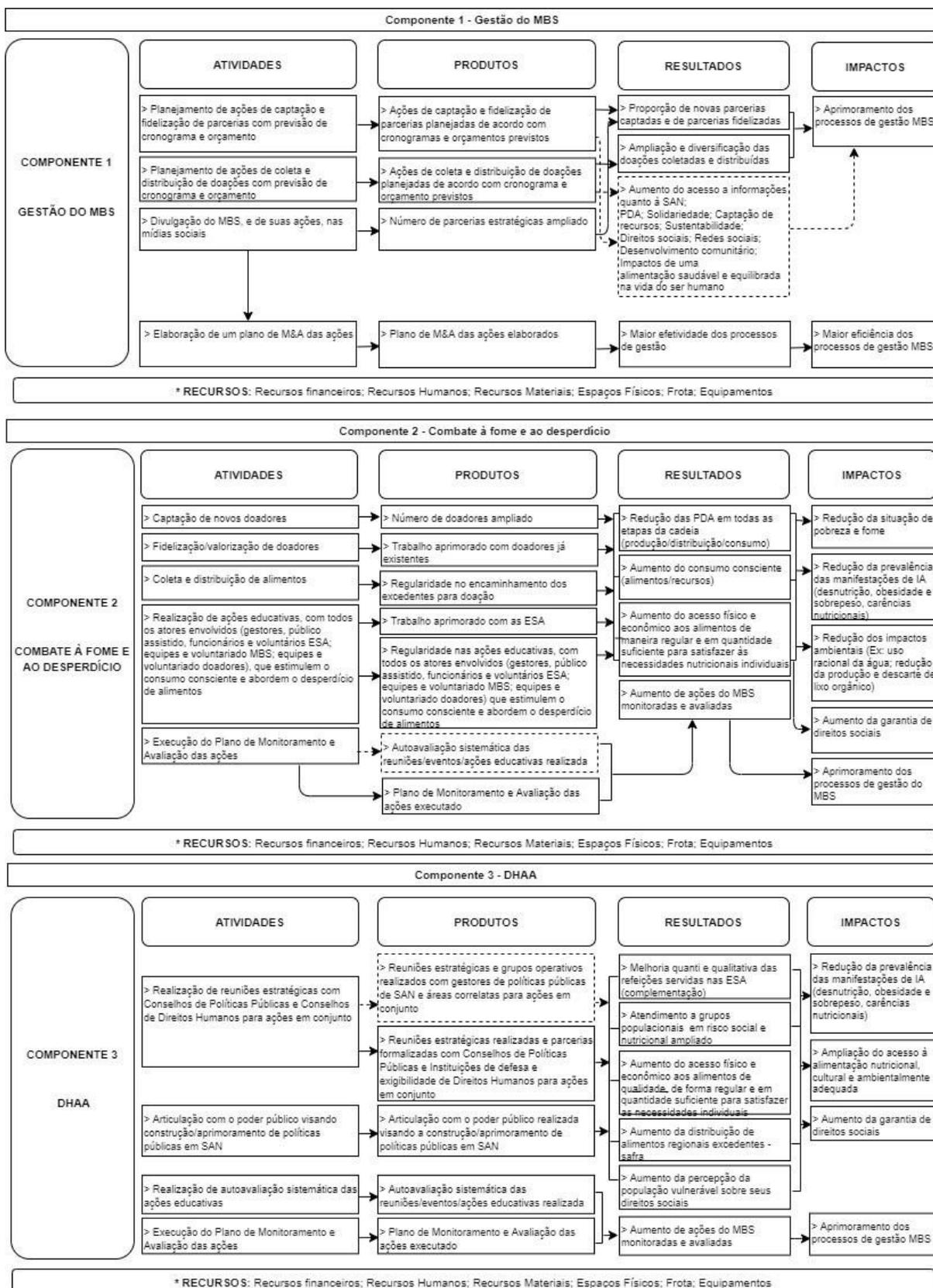
Fonte: Elaborado pelo autor.

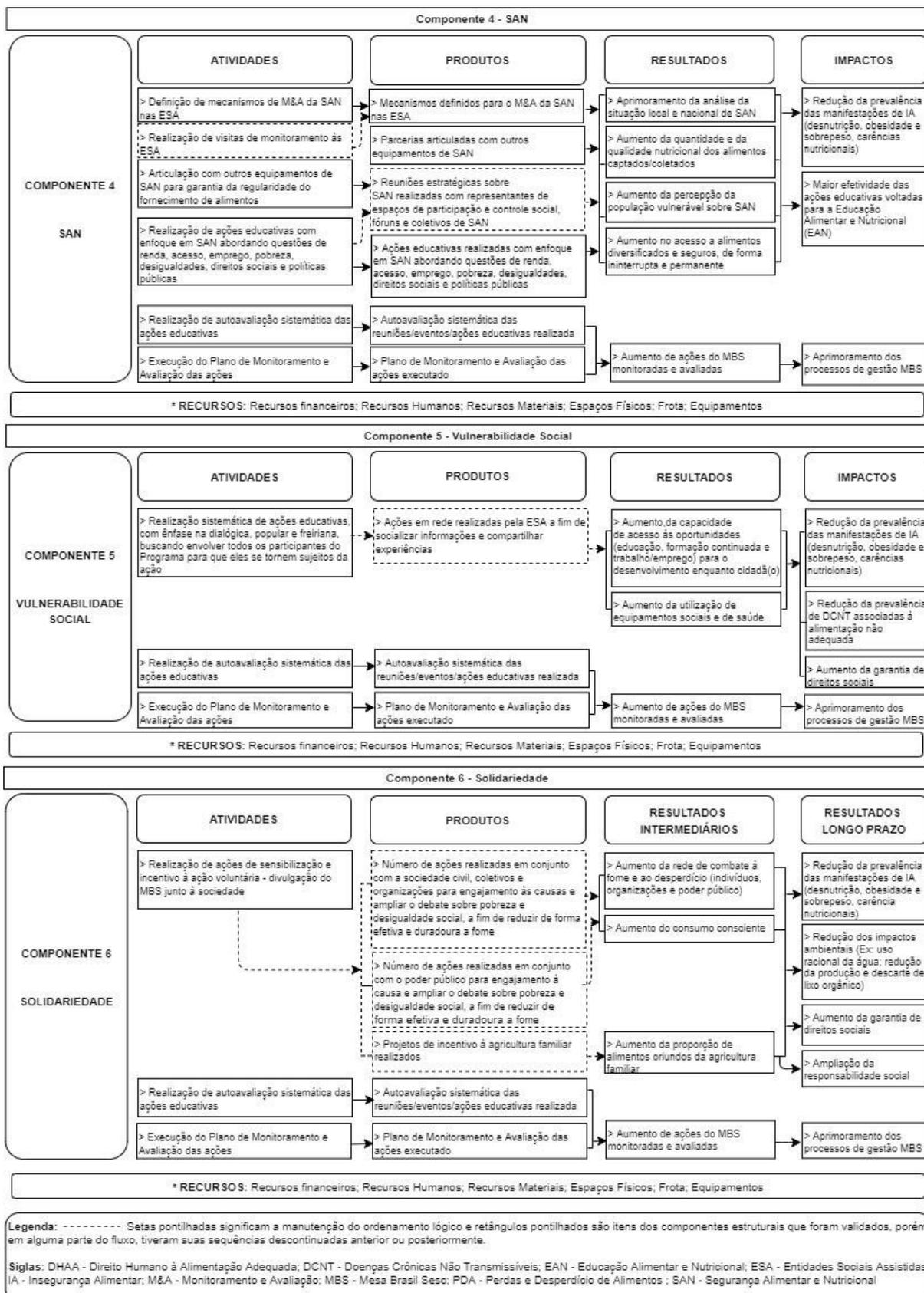
As linhas destacadas com a coloração cinza nas tabelas apresentadas correspondem aos itens considerados nem pertinentes nem relevantes pelos participantes (aqueles que alcançaram menos de 23,1 pontos), pertinentes mas de baixa relevância (abaixo de 24,75 pontos) ou aqueles que, mesmo alcançando a pontuação acima de 26,4, apresentaram mediana inferior a 3 e/ou intervalo interquartilico igual ou superior a 1.

Ressalta-se que na Fase 2, em todos os componentes técnicos, houve momentos nos quais os componentes estruturais não foram consensuados como muito relevantes, trazendo rupturas ao encadeamento lógico operacional proposto. Com isso, setas pontilhadas significaram a manutenção do ordenamento lógico e retângulos pontilhados os itens de componentes estruturais de componentes validados, mas que em alguma parte do fluxo tiveram suas sequências descontinuadas anterior ou posteriormente. O componente “Gestão”, que foi acrescentado, foi o que apresentou mais interrupções de continuidade.

Os itens validados nesta segunda etapa serviram de base para a diagramação do modelo lógico-operacional do MBS. Assim, a figura 18 apresenta o MLO do MBS, validado após consenso, consolidado segundo os seis componentes técnicos que norteiam sua atuação (Gestão do MBS; Combate à fome e ao desperdício; DHAA; SAN; Vulnerabilidade Social; Solidariedade), baseado no caminho lógico processo/resultado permeado pelos objetivos do Programa.

Figura 18– Modelo Lógico-Operacional do MBS validado.





Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta validação, observou-se perda de 25% de participação na primeira fase e 8,3% na segunda, abaixo da abstenção esperada nesse tipo de pesquisa que é, respectivamente, de 30 a 50% e de 20 a 30% para esses dois momentos (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000 apud VITORINO; CRUZ; BARROS, 2017).

Importante ressaltar que este processo permitiu observar diferentes percepções sobre a temática de SAN e a proposta de trabalho do Programa MBS, enquanto rede de bancos de alimentos, entre pessoas com experiências e atuações diferenciadas na área, distantes geograficamente e com realidades e trajetórias distintas, o que garantiu maior confiabilidade à pesquisa (ESHER et al, 2012).

Esta diversidade de percepções é marca relevante do campo da SAN. Registra-se que os significados atribuídos à SAN podem variar por diferentes motivos: pelo maior ou menor tempo de contato com o debate, de acordo com o tipo de engajamento e experiência vivenciados assim como pelo grau de incorporação de suas diversas perspectivas – biomédica, social, política, cultural, entre outras (ALIAGA; SANTOS; TRAD, 2020; COSTA; BÓGUS, 2012).

Assim, a percepção de que houve uma ampliação das dimensões de SAN incorporadas a partir da participação dos especialistas envolvidos permite supor que suas diferentes trajetórias e aproximações com o tema contribuíram para atualizar a maneira de enxergar as ações e resultados do MBS.

As respostas dos participantes foram coerentes ao longo das fases da pesquisa, assim como com a evolução do conceito de SAN no Brasil. Foram reafirmados princípios importantes do programa MBS como a sua premissa de atuação na redução das carências nutricionais e do desperdício.

Incluíram, contudo, a preocupação com o aumento da prevalência do excesso de peso na população assim como de doenças crônicas não transmissíveis e outras doenças associadas à má nutrição. Ao mesmo tempo, atualizam algumas perspectivas ao incluírem dimensões inerentes ao conceito de DHAA, como na ênfase em questões como acesso, regularidade de ações, estabilidade, ampliação de informações relacionadas a direitos e promoção da cidadania (BURITY et al, 2010).

Percebe-se o desejo de intensificar a atuação articulada junto ao poder público, a participação em conselhos e em instâncias de controle social e defesa de políticas públicas de Saúde, Assistência Social e SAN, caracterizando-se como amplamente relevante e coerente com o contexto atual de descontinuidades de políticas públicas de SAN (CAMPELLO, 2021).

Ainda neste sentido e, provavelmente por força do atual contexto de crise vivenciado no Brasil, palavras e expressões como fome, pobreza, exclusão social, desigualdade e vulnerabilidade apareceram recorrentemente nas contribuições da Fase 1.

Já na Fase 2, observando-se os Componentes 2 (Combate à fome) e 3 (DHAA) a maioria das atividades foi considerada pertinente e com consenso, intensificando o aspecto emblemático da SAN no Brasil onde a incorporação das premissas do DHAA tiveram papel fundamental na construção tanto do conceito quanto das ações deste campo. Nesta direção, agrupam-se historicamente no país os temas relacionados à “luta contra a fome, a má-nutrição e pela garantia da alimentação adequada para todos” (ALBUQUERQUE, 2009).

As ações de EAN, capacitação e treinamento têm papel relevante no histórico das ações do MBS. Coerentes a esta premissa os participantes manifestaram-se significativamente sobre contribuições a esse tema. Destaca-se o alinhamento com as orientações do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Assim, foram apontadas a necessidade de planejamento, realização de autoavaliação sistemática dessas ações, e a incorporação de metodologias críticas (VALENTE, 1986).

Ainda que o componente da gestão do MBS tenha apresentado muitos itens suprimidos, foi possível perceber a valorização ao longo dos demais componentes das ações de planejamento, M&A. Sugere-se assim que, na avaliação conjunta das duas Fases, houve valorização de temas da gestão, o que encontra coerência com o atual contexto das ações no campo da SAN, uma vez que se amplia o reconhecimento da necessidade de incorporar diferentes racionalidades e estratégias a fim de adequar-se à complexidade e amplitude do conceito de SAN que exige cada vez mais uma atuação intersetorial e que dialogue com realidades locais.

Os participantes manifestaram cuidado em relação às questões inerentes ao funcionamento e continuidade do Programa, declarado na preocupação com investimentos na frota, equipe e estratégias de mídia e divulgação.

No componente 6, solidariedade, chamou atenção a inclusão das ações de apoio e promoção à agricultura familiar, declaradas por dois participantes. Salienta-se que, por diferentes iniciativas governamentais, foi ampliado o fomento da agricultura familiar no eixo da construção da PNSAN. Ampliar a estrutura para transporte, armazenamento e processamento destes alimentos tem representado desafio importante (GRISA; PORTO, 2015) e os bancos de alimentos foram ao longo dos anos apresentando-se como importante estratégia de apoio (BURLANDY et al, 2010).

Apesar do baixo custo de todo o processo de validação, por ser realizado remotamente, com disponibilização de *links* de acesso aos questionários enviados por *e-mail* (SILVA et al, 2009), cabe destacar, como fator limitante, a extrapolação dos prazos estipulados para a finalização das duas fases propostas para a definição do consenso. Este fato evidencia o quanto o estudo dependia do engajamento dos respondentes para a produção de um instrumento de qualidade e o quanto fatores externos (KAYO; SECURATO, 1997; WRIGT; GIOVINAZZO, 2000), nesse caso específico a pandemia de Covid-19 e suas consequências, podem interferir nesse engajamento.

Outros fatores, também considerados limitantes, podem ter contribuído para a falta de consenso na estruturação de alguns elementos dos componentes técnicos apresentados, com rupturas no encadeamento lógico proposto, dentre eles: as dimensões do MBS e suas atividades, o tamanho dos questionários e a própria racionalidade para a construção dos instrumentos, a Teoria da Mudança, haja vista a maioria dos respondentes não ter como principal formação ou atuação a área de gestão organizacional.

Conforme já demonstrado no Plano de disseminação dos Modelos Lógico-Teórico e Lógico-Operacional MBS, é oportuno que o MLO seja apresentado, em 2023, no Encontro de Coordenadores MBS para que todos os elementos, consensuados e não-consensuados, sejam expostos, questionados e decididos em definitivo por um número maior de representantes da rede.

Sendo assim, o MLO validado constitui-se em um instrumento de ampla utilidade para o aprimoramento do processo de monitoramento do MBS e permitirá estratégias de avaliação periódicas na busca contínua pela excelência de atuação, enquanto equipamento de SAN, especialmente em um cenário de desconstrução de políticas nessa área.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar os documentos de gestão do Mesa Brasil Sesc (Guia do Programa MBS e Plano Estratégico MBS 2012-2015), documentos orientadores produzidos pela CAISAN e pelo CONSEA, e a legislação nacional vigente de SAN, somados à experiência vivenciada enquanto integrante do Programa Mesa Brasil Sesc/DN ao longo dos últimos 8 anos, foi fundamental para a elaboração do modelo lógico-teórico do MBS.

Esse processo de construção do MLT do MBS representou um mergulho nos seus pressupostos e foi a essência para voltar o olhar para o funcionamento do Programa, ou seja, como ele exerce ou deveria exercer suas operações para alcançá-los, o caminho lógico-operacional a ser percorrido.

O diálogo entre o MLT elaborado com todo o movimento de validação do modelo lógico-operacional MBS foi extremamente rico, com contribuições de elevada intensidade, marcadas pela livre expressão das ideias de todos os partícipes. Deste modo, foi conferido à dinâmica importante característica democrática, ou seja, um processo de aprendizado em si, que, a todo momento, estimulou a observação e trouxe reflexões, novas percepções, comportamentos e raciocínios frente aos procedimentos e possíveis resultados do Programa. O processo também possibilitou ampliar a discussão e conhecimentos pertinentes ao universo da SAN, traduzindo-se em robustos produtos acadêmicos.

O MLO validado, enquanto produto técnico, será habilitado como mais um documento de suporte, fundamental para o desenvolvimento de estratégias de M&A igualmente robustas, com a produção de indicadores mais efetivos, construídos a partir do olhar de diferentes atores e experiências, a fim de mensurar as contribuições do Programa na promoção da SAN.

A expectativa é que o MLO permita, então, o desenvolvimento desses possíveis indicadores e que sejam aplicados por meio de ferramentas ágeis, de baixo custo e fácil entendimento, que sirvam de exemplo a ser replicado em toda a rede Mesa Brasil Sesc. Mais do que isso, espera-se que a proposta provoque as equipes do Programa para a importância de um entendimento mais apurado de suas demandas locais, da situação de SAN, pois uma visão mais ampliada e completa da situação diagnosticada permitirá a adoção de estratégias de intervenção mais eficazes e oportunas.

A validação do MLO retratou, da maneira mais fidedigna possível e sob a ótica dos diferentes atores, os caminhos a serem percorridos para o aprimoramento da contribuição do MBS à promoção contínua da SAN. A sua aplicação preconiza influenciar na proposição de ações do Programa bem como no planejamento de políticas públicas mais eficientes, considerando a articulação com a sociedade civil e o poder público e que há grande demanda para o levantamento e análise de informações capazes de revelar pontos críticos que possam contribuir para o aprimoramento de processos e resultados.

Por fim, cabe enaltecer a construção compartilhada em todo o processo, a importância do coletivo, do consenso entre os atores envolvidos com a SAN. Os olhares moldados pelas realidades locais e diferentes experiências favoreceram a reflexão sobre os desafios enfrentados nas atividades desenvolvidas cotidianamente, com ênfase às fases de monitoramento e avaliação, para o alcance dos objetivos propostos neste estudo.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O Direito Humano à alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Org.: Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

ALBUQUERQUE, M.F.M. Segurança Alimentar e Nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Rev. Nutr.*, 2009. p. 897-902.

ALIAGA, M.A., SANTOS, S.M.C., TRAD, L.A.B. Segurança Alimentar e Nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 2020.

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00161320, 2020. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000805013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000805013&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 Mar. 2021. Epub Sep 02, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00161320>.

ASPEN INSTITUTE. Roundtable on Community Change. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.org/programs/business-and-society-program/about-us/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BARBOSA, J.R.; SOUZA, P.H.G.F.; SOARES, S.S.D. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**. Brasília: IPEA, 2020. (Texto para discussão, n. 2610).

BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria para las áreas urbanas. In: Belik W. (Org.). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em America Latina**. São Paulo: Hucitec; 2004. pp 375.

BELIK, W. Estratégias para a redução de perdas e desperdício de alimentos. **In: Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução**. Relator: Evair Vieira de Melo. Consultores legislativos: Rodrigo Dolabella, Marcus Peixoto e Alberto Pinheiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Série cadernos de trabalhos e debates; n. 3. pp. 33-52.

BELIK, Walter, CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida, COSTA, Luciana Assis. **Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: IPEA, jan./jun. 2012.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Estudo Técnico CAISAN: Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI)**. Brasília: CAISAN; 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025)**. Brasília: CAISAN; 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília: CONSEA; 2010a.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 16 set. 1946.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p.6, 26 ago. 2010b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p.8, 25 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 fev. 2010c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/RBBA/PORTARIA\\_N\\_17\\_14042016.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/RBBA/PORTARIA_N_17_14042016.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **MAPASAN 2014: mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: MDS; 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.346, 15 set. 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan – com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Diretrizes e normas regulamentadoras aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Brasília; 2016. [Acesso em 12 de março de 2021]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

BROUSSELLE, A., CHAMPAGNE, F., CONTANDRIOPOULOS, A.P., HARTZ, Z., organizadores. **Avaliação: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011.

BURITY, V., FRANCESCHINI, T., VALENTE, F., RECINE, E., LEÃO, M., CARVALHO, M.F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH; 2010.

BURLANDY, L., MALUF, R. S., FROZI, D., MAFRA, L. A. S., REIS, M.C., ZIMMERMANN, S. A. **Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil**. Cadernos de Estudos – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, v.14, p.35 – 64, 2010.

BURLANDY, L. **A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2011, vol.16, n.1, pp.63-72.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil**. Brasília: MDS; Caisan, abr. 2018. 42 p.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3 de 13 de março de 2017. Institui Comitê Técnico - CT 14 com a atribuição de elaborar estratégia de atuação do governo e da sociedade civil na temática de perdas e desperdício de alimentos. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 mar. 2017. Seção 2, p. 47.

CAMPELLO, T. Para a fome não voltar. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/alimentacao-entrevista---tereza-campello/>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CASTRO, J. Entrevista a Gonçalves de Araújo: Josué de Castro – Cidadão do mundo. *Visão Mundial*, Portugal, 14 de março de 1969, p. 31- 33.

\_\_\_\_\_. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

\_\_\_\_\_. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense: 2001.

CENTER FOR THEORY OF CHANGE. **O que é a Teoria da Mudança?**. Disponível em: <<https://www.theoryofchange.org/what-is-theory-of-change/>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Declaración de Organizaciones de la Sociedad Civil: Dos monólogos no hacen un diálogo.** Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible. Tercera Reunión. Santiago, 22 a 26 de abril de 2019. Disponível em: <<https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/05/declaracion-de-organizaciones-de-sociedad-civil-edit-agregados-final.pdf>>.

COSTA, C.A.; BÓGUS M.C. Significados e apropriações da noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Saúde Soc.*, 2012.

ESHER, A., SANTOS, E.M., MAGARINOS-TORRES, R., AZEREDO, T.B. **Construindo critérios de julgamento em avaliação:** especialistas e satisfação dos usuários com a dispensação do tratamento do HIV/Aids. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2012; 17:203-14.

FAO. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial de Alimentação.** Roma, 1996. Disponível em: <http://fao.org/docrep/003/W3613P/W3613P00.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. 2011. **Global Food Losses and Food Waste: Extent, Causes and Prevention.** Rome, Italy: FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/mb060e/mb060e00.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **FAO apresenta avanços no combate às perdas e desperdício de alimentos.** Roma: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1062706/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Programa de Lucha Contra El Hambre.** Roma, 2003.

\_\_\_\_\_. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil:** um retrato multidimensional. Brasília: FAO, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pérdidas e desperdício de alimentos en América Latina y Caribe:** boletín 2. Santiago del Chile: FAO, 2015. 31 P. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4655s.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **The state of Food Insecurity in the World – SOFI: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition.** Rome, 2014.

\_\_\_\_\_. **The State of Food Insecurity in the World – SOFI. Meeting the 2015 international hunger targets:** taking stock of uneven progress. Rome, 2015.

\_\_\_\_\_. **The state of food and agriculture:** Climate change, agriculture and food security. Rome, 2016.

\_\_\_\_\_. **The state of food security and nutrition in the world 2017:** building resilience for peace and food security. Rome: FAO, IFAD, Unicef, WFP, WHO, 2017. Disponível em: < [www.fao.org/3/a-I7695e.pdf](http://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2018. **The state of food security and nutrition in the world:** Promoting the climate resilience for food security and nutrition. Rome, FAO.

\_\_\_\_\_. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019:** Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, 2019.

\_\_\_\_\_. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2020. Transformando os sistemas alimentares para dietas saudáveis a preços acessíveis.** Roma, 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI:** dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREITAS, MCS. **Agonia da fome** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281 p. ISBN 85-8906-004-7. Available from SciELO Books.

GRISA, C.; PORTO, S.I. Políticas de segurança alimentar e nutricional - Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: Grisa C.; Schneider S. orgs. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GUIMARÃES, Livia Marília Barbosa; SILVA, Sidney Jard da. **I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 137, p. 74-94, Apr. 2020 .Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282020000100074&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000100074&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2021. Epub Feb 07, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.2020>.

HARTZ, Z.M.A., SILVA, L.M.V. orgs. **Avaliação em saúde:** dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, 275 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Sindemia global:** obesidade, desnutrição e mudanças climáticas: relatório da Comissão The Lancet. Disponível em: [https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the\\_lancet-sumario\\_executivo-baixa.pdf](https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf). Acesso em: 18 set. 2020)

IBGE. **Censo Demográfico:** resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de Indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 147 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica; n.37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em 16 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 120 p.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em 20 fev.2021.

\_\_\_\_\_. **Segurança Alimentar: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

JAPIASSÚ, H., MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro. 5ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

KAYO, E.K., SECURATO, J.R. **Método Delphi: Fundamentos, Críticas e Vieses**. Cad. pesqui. adm. 1997; 4:51-61.

MACHADO, K.S.O., GENTIL, P.C. Bancos de alimentos: oportunidades e desafios. **In: Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução**. Relator: Evair Vieira de Melo. Consultores legislativos: Rodrigo Dolabella, Marcus Peixoto e Alberto Pinheiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Série cadernos de trabalhos e debates; n. 3. pp. 161-179

MALUF, R.S., REIS, M.C. Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, C., BURLANDY, L. e MAGALHÃES, R. orgs. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. pp. 15-42.

MCLAUGHLIN, J.A.; JORDAN, G.B. **Logic models: a tool for telling your program's performance story**. Evaluation and Program Planning, v. 22, p. 65-72, fev. 1999.

MEDINA, M.G. et al. Uso de modelos teóricos na avaliação em saúde: aspectos conceituais e operacionais. In: HARTZ, Z.M.A., SILVA, L.M.V. orgs. **Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde** [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 41-63.

MENEZES, Francisco. **O aumento da fome no Brasil: várias faces de um mesmo problema**. Entrevista concedida ao veículo de jornalismo eletrônico Nexo Jornal. Nexo Jornal, publicação online, janeiro, 2021. Disponível em:

<<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/O-aumento-da-fome-no-Brasil-v%C3%A1rias-faces-de-um-mesmo-problema>>.

MERHY, E.E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T. B.; PERES, M.A.A. (Org.). **Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec; 2004. p. 21-45.

MINAYO, M.C.S. **Conceito de Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. MINAYO, MCS., ASSIS, SG. e SOUZA, ER. orgs. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 244 p.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, Aug. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002&lng=en&nrm=iso)>. Access on 18 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002>.

OLIVEIRA, A.S.B., CASEMIRO J.P., BRANDÃO, A.L., PINTO, A.M.S. **Monitoramento e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais**. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Dez). [Citado em 20/01/2021]. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/monitoramento-e-avaliacao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-um-olhar-sobre-as-publicacoes-oficiais/17876?id=17876>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.fao.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Fome zero e agricultura sustentável**. Brasília, DF: [s.n.], 2017. [Documentos temáticos. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 2. Disponível em: <[https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Temático-ODS-2-Fome-Zero\\_11junho2017.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Temático-ODS-2-Fome-Zero_11junho2017.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

ONU. **Declaração do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: set. 2015. Texto final da agenda 2030, aprovado na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em:<<http://www.agenda2030.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PANELLI-MARTINS, Bárbara Eduarda. **Análise de método de avaliação da segurança alimentar e nutricional: uma contribuição à política municipal de SAN**. 2007. 138 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição. Salvador, 2007.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **VigiSAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2021. 66 p. Disponível em: <<http://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>>.

RIBEIRO JUNIOR, J.R.S. Desperdício de alimentos e a fome: uma análise crítica da atuação da ONU e do Banco Mundial. In: ZAROS, M. org. **Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2018. pp. 384 – 397.

SANTOS, S. M. C. **Aspectos teóricos sobre o monitoramento e a avaliação da ação pública. Alimentação e Nutrição: Políticas e Ação.** Rio de Janeiro, EAD/ENSP, 2013.

SANTOS, S. M. C., SILVA, D. O. **Trilhas para monitorar e avaliar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Alimentação e Nutrição: Políticas e Ação.** Rio de Janeiro, EAD/ENSP, 2013.

SANTOS, S.M.C., SAMPAIO, M.F.A. Contexto do Planejamento e da Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, C., BURLANDY, L. e MAGALHÃES, R. orgs. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. pp. 147-168.

SEGALL-CORRÊA, A.M. et al. Relatório Técnico. **Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação (urbano).** Campinas: Unicamp; 2003.

SEGALL-CORRÊA, A.M. **Insegurança Alimentar medida a partir da percepção de pessoas.** Estudos Avançados, São Paulo, SP, v. 21, n.60, p. 143-154, maio/ago, 2007.

SEMINÁRIO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar. **Tema: Abastecimento Alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro, fev. 2015.

SESC. **Anais Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc: segurança alimentar e nutricional - desafios e estratégias.** 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2010. 182 p.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional. **Guia do programa Mesa Brasil Sesc.** Rio de Janeiro: Sesc, Dep. Nacional, 2017. 170 p.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico do Mesa Brasil Sesc 2012-2015.** Rio de Janeiro: Sesc, Dep. Nacional, 2012. 52 p.

SILVA, A.M, RODRIGUES, C.D.S., SILVA, S.M.R., WITT, R.R. **Utilização da técnica Delphi on-line para investigação de competências: relato de experiência.** Rev. gauch. enferm. 2009; 30(2):348-51.

SINGER, M. **A dose of drugs, a touch of violence, a case of AIDS: conceptualizing the SAVA syndemic.** Free Inq Creat Sociol. 1996; 24: 99–110.

TAKAGI, M., 2006. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios.** Campinas. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp.

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A política da segurança alimentar e nutricional do Brasil a partir do Programa Fome Zero. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. orgs. **Desenvolvimento territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária.** Campinas: Editora Alínea, 2007. pp. 159 -184.

TENUTA, N.; TEIXEIRA, R. A. **A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 53–61, 2017. DOI: 10.20396/san.v24i1.8649720. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8649720>. Acesso em: 06 out. 2019

TOMAZINI, C. G., LEITE, C. K. S. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 24, n. 58, p. 13-30, June 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200013&lng=en&nrm=iso)>. Access on 11 Mar. 2021.<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245801>.

UCHOA, A. C. et al. **Utilizando técnicas de consenso: potencialidades e limites na avaliação de informações em saúde.** In: HARTZ, Zulmira M. A.; FELISBERTO, Eronildo; VIEIRA-DASILVA, Lígia M. (orgs.). **Meta-avaliação da atenção básica à saúde: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 253-275.

VAITSMAN, J., RODRIGUES, R.W.S., PAES-SOUSA, R. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil.** Brasília: MDS; 2006.

VALENTE, F. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: VALENTE, F. **Fome e desnutrição: determinantes sociais.** São Paulo: Cortez; 1986. pp. 66 – 91.

VITORINO, Santuzza Arreguy Silva. **Avaliação da implantação da vigilância alimentar e nutricional na atenção primária em saúde: estudos de caso em municípios de pequeno porte de Minas Gerais.** 2017. 329 f. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017.

VITORINO, S. A. S; CRUZ, M. M.; BARROS, D. C. **Validação do modelo lógico teórico da vigilância alimentar e nutricional na atenção primária em saúde.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, e00014217, 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001204001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001204001&lng=en&nrm=iso)>. access on 11 Nov. 2020. Epub Dec 18, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00014217>.

Weiss, C.H. and Connell, J.P. (1995). Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-Based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families. In: **New Approaches to Evaluating Community Initiatives: Concepts, Methods,**

and Contexts. The Aspen Institute, 65-92. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.org/programs/business-and-society-program/about-us/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Countries vow to combat malnutrition through firm policies and actions**. Media Centre [Internet]. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2014/icn2-nutrition/en/>>.

WRIGHT, J.T.C., GIOVINAZZO, R.A. **Delphi**: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. Caderno de Pesquisas em Administração. 2000; 1:54-65.

W. K. KELLOGG FOUNDATION. **Using logic models to bring together planning, evaluation, & action**: Logic model development guide. Battle Creek (MI), 2001.

**APÊNDICE A** - Texto do corpo do e-mail convite encaminhado aos atores-chave para participação no projeto de pesquisa, assim como envio do TCLE

Prezado (a) Sr (a).,

Meu nome é René de Castro Lopo Neto, sou nutricionista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional – PPGSAN da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e integrante da equipe do Programa Mesa Brasil do Departamento Nacional do Sesc.

O Programa Mesa Brasil Sesc (MBS), uma rede nacional de bancos de alimentos, baseia-se não só na coleta e distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, ainda próprios ao consumo, mas também em ações educativas, que contribuem para a mobilização, a solidariedade, o desenvolvimento comunitário, a autonomia e o desenvolvimento de capacidades em SAN de indivíduos, doadores e entidades sociais.

O motivo do meu contato, considerando seu importante papel na cadeia de atuação de equipamentos de SAN, é convidá-lo(a) à participação em meu projeto de pesquisa do mestrado profissional, cujo **objetivo** é desenvolver instrumento de avaliação das contribuições do Mesa

Brasil Sesc às Entidades Sociais Assistidas para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Coletarei informações para validar o Modelo Lógico do MBS, ferramenta que servirá de base para a elaboração do instrumento de avaliação proposto e apreciaria contar com sua análise e contribuições acerca dos componentes desse modelo. Serão três etapas, com intervalo de aproximadamente um mês entre elas; será utilizado um questionário online em cada etapa, cujos links de acesso serão encaminhados por email. O primeiro será enviado a partir do seu aceite a este e-mail e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexo.

Para que possamos realizar as atividades propostas, seguindo todas as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – CEP-UNIRIO, solicito o preenchimento do TCLE. Nele também está descrito o objetivo principal do estudo em questão. Após preenchido, oriento que o documento seja devolvido ao pesquisador por e-mail.

Ressalto que a brevidade de sua resposta ao convite é fundamental para o prosseguimento das próximas etapas que, enquanto pesquisador, deverei realizar a fim de respeitar o cronograma definido pela coordenação de pós-graduação, a todos(as) os(as) mestrandos(as), para conclusão da pesquisa e defesa da tese.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, antes de informar seu consentimento, coloco-me à disposição para esclarecê-las por meio do e-mail [renecl78@yahoo.com.br](mailto:renecl78@yahoo.com.br) e/ou do telefone (21) 98830-6374.

Espero poder contar com sua valiosa participação, certo de que suas contribuições serão essenciais para a validação do modelo lógico operacional proposto e para a elaboração do instrumento de avaliação.

Cordialmente,  
René Lopo Neto.

**APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido****COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO:** DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO MESA BRASIL SESC ÀS ENTIDADES SOCIAIS ASSISTIDAS PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**OBJETIVO DO ESTUDO:** O objetivo deste projeto é desenvolver instrumento de avaliação das contribuições do Mesa Brasil Sesc às Entidades Sociais Assistidas para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

**ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO:** Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para validar o Modelo Lógico-Operacional MBS elaborado que servirá de base para a elaboração do instrumento de avaliação proposto. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

**PROCEDIMENTO DO ESTUDO:** Se você decidir integrar este estudo, você receberá em seu e-mail explicações mais detalhadas sobre a pesquisa e como se dará sua participação. Nesse mesmo e-mail estará contido um *link* para acesso à plataforma Google Forms e preenchimento de questionário eletrônico - Questionário 1, que na seção 1 abordará questões sobre seu perfil pessoal/profissional, mantendo seu anonimato e independência, e na seção 2 perguntas referentes aos componentes presentes no MBS, as atividades realizadas e suas relações com os resultados esperados no curto, médio e longo prazos. Após preenchimento e retorno ao pesquisador, em até 30 (trinta) dias, você receberá outro e-mail com orientações onde estará contido um *link* para novo acesso à plataforma Google Forms e preenchimento de questionário eletrônico - Questionário 2, que será organizado a partir de cada item modificado e/ou inserido na fase anterior, com as descrições dos impactos assinalados e citados, assim como possíveis resultados, produtos e atividades trazidos pelos participantes, e o julgamento da pertinência (SIM ou NÃO) de cada etapa técnica (insumos, atividades, produtos e resultados) para cada um dos componentes do MBS.



## COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Após preenchimento e retorno ao pesquisador, em até 30 (trinta) dias, você receberá outro e-mail com orientações onde estará contido um *link* para novo acesso à plataforma Google Forms e preenchimento do último questionário eletrônico da pesquisa - Questionário 3, que apresentará os itens considerados pertinentes por 80% dos participantes na fase anterior, para que sejam preenchidos conforme o julgamento da relevância, ou seja, da importância, do valor de cada uma dessas etapas para a promoção da SAN e o alcance de resultados exitosos nas ESA. Os preenchimentos dos questionários durarão aproximadamente 1 hora, cada, e utilizarei suas considerações para a validação de um instrumento que auxiliará no objeto de pesquisa. Cabe ressaltar que devido à metodologia adotada (questionários remotos) não haverá custos para participação na pesquisa.

**CONSOLIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ARMAZENAMENTO DOS DADOS:** Todos os questionários ficarão armazenados (“salvos”) na conta Gmail/Google Drive do pesquisador para análise e consolidação dos dados. Os questionários serão numerados conforme ordem de chegada. Não serão utilizados nomes, nem cargos, mantendo o anonimato dos participantes. Os dados ficarão armazenados até 5 (cinco) anos após a conclusão do estudo e defesa da dissertação. Após esse período serão excluídos em definitivo da plataforma (envio para lixeira eletrônica – esvaziamento da lixeira eletrônica).

**RISCOS:** Você pode achar que determinadas perguntas lhe incomodam, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais ou de como as atividades do MBS devem ou deveriam ocorrer para o alcance de resultados exitosos. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado, já que nenhuma pergunta apresenta programação de “resposta obrigatória” para avançar às demais em quaisquer dos questionários. Também existe a possibilidade de sentir cansado ao responder os questionários, uma vez que levará, em média, 1 hora para responder completamente cada um. Nesse caso, por se tratar de questionários on-line, você poderá salvar suas respostas, sair do link/questionários e completá-los em momento posterior e de acordo com suas possibilidades.

**BENEFÍCIOS:** Sua participação ajudará a validar um instrumento proposto e trará a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre a missão do Mesa Brasil Sesc, sua estratégia de atuação e a contribuição de uma rede de bancos de alimentos para a promoção da SAN, proporcionando uma reflexão sobre a importância de um olhar mais apurado das demandas locais e de que uma visão mais ampliada e completa da situação apresentada permitirá a adoção de estratégias de intervenção mais eficientes.

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Avenida Pasteur, 296 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240.  
Telefones: 21- 25427796 E-mail: [\\_cep@unirio.br](mailto:_cep@unirio.br)



## COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre a relevância desses escritos para a própria instituição em questão.

**CONFIDENCIALIDADE:** Como foi dito acima, seu nome não aparecerá em nenhum formulário a ser preenchido. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, o pesquisador não divulgará nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

**DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES:** Esta pesquisa está sendo realizada no Rio de Janeiro. Possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional – PPGSAN, sendo o aluno René de Castro Lopo Neto o pesquisador principal, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Juliana Pereira Casemiro e a coorientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Santuzza Arreguy Silva Vitorino. O investigador está disponível para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate René Lopo Neto no telefone (21) 98830-6374 ou e-mail [renecl78@yahoo.com.br](mailto:renecl78@yahoo.com.br), ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail [cep@unirio.br](mailto:cep@unirio.br). Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade.

**RETIRADA DE CONSENTIMENTO:** Você poderá retirar seu consentimento em participar do presente estudo a qualquer momento. O não envio de quaisquer dos questionários, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento deles, configurará como retirada de consentimento de participação na pesquisa. Se, mesmo após responder a todos os questionários, você desejar retirar seu consentimento, poderá solicitar ao pesquisador por meio dos *e-mails* [mto@sesc.com.br](mailto:mto@sesc.com.br)/[renecl78@yahoo.com.br](mailto:renecl78@yahoo.com.br) ou pelo telefone (21) 988306374.

Diante do convite e do conteúdo apresentado informo que ( ) aceito ( ) não aceito participar dessa pesquisa.

Nome:

Data:

Endereço:

Telefone de contato: (código local)

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Avenida Pasteur, 296 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240.  
Telefones: 21- 25427796 E-mail: [cep@unirio.br](mailto:cep@unirio.br)

**APÊNDICE C** - Texto do corpo do e-mail encaminhado aos participantes da pesquisa para início da etapa de validação do modelo lógico proposto.

Prezado (a) Sr (a).,

Gostaria de agradecer a disponibilidade em participar da pesquisa que está sendo desenvolvida.

Conforme e-mail anterior, e ratificando seu importante papel na cadeia de atuação de equipamentos de SAN, venho solicitar o acesso à plataforma virtual Google Forms, por meio do link, descrito abaixo, para o preenchimento das perguntas da Fase 1, ou seja, referentes ao seu perfil e ao questionário semiestruturado, denominado “questionário da fase1: <https://forms.gle/AJ8g1pEQCycDTpsq6>.

A fase 1 visará, além de demonstrar o perfil do participante, mantendo o anonimato e a independência, ter sua percepção acerca dos seis (6) componentes do MBS inseridos no modelo lógico, que compõe o modelo lógico-teórico MBS elaborado e, de acordo com suas experiências, quais seriam os resultados esperados nos médio e longo prazos, assim como a proposição das atividades e produtos necessários para que sejam alcançados.

Suas considerações deverão ser encaminhadas pelo mesmo link apresentado acima. Após acessá-lo, deverá preenchê-lo e, ao final, clicar em salvar e enviar.

Mais uma vez agradeço o carinho e atenção.

Cordialmente,

René Lopo Neto.

**APÊNDICE D – Questionário da Fase 1**

14/03/2021

FASE 1

**FASE 1**

PERFIL - PARTICIPANTE

1. 1. Qual é a sua idade?

---

2. 2. Qual é o seu sexo designado ao nascimento?

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

3. 3. Considerando seu sexo designado ao nascimento, como você se IDENTIFICA em relação ao SEU GÊNERO?

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

Outros

4. 4. Qual a sua profissão?

---

14/03/2021

FASE 1

5. 5. Qual o seu grau de instrução?

*Marcar apenas uma oval.*

- Fundamental
- Médio
- Superior
- Pós-graduação lato sensu
- Pós-graduação stricto sensu

6. 6. Em qual estado brasileiro atua profissionalmente?

\_\_\_\_\_

7. 7. É funcionário(a) ou ex-funcionário(a) do Serviço Social do Comércio - Sesc?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

8. 8. Se você marcou NÃO na questão anterior, por gentileza informe se conhece o trabalho realizado pelo Serviço Social do Comércio -Sesc e seus projetos/programas:

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

14/03/2021

FASE 1

9. 9. Se você marcou SIM na questão anterior, por gentileza cite exemplos de projetos/programas do Sesc que você conhece (pode assinalar mais de uma opção):

*Marque todas que se aplicam.*

- Mesa Brasil Sesc  
 OdontoSesc  
 BiblioSesc  
 Sesc Saúde Mulher

Outro:  \_\_\_\_\_

10. 10. Qual sua relação ou atuação na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?

*Marcar apenas uma oval.*

- Integrante da equipe do MBS  
 Ex-integrante da equipe do MBS  
 Gestor (a) ou Coordenador(a) de Entidade Social Atendida (ESA) pelo MBS  
 Participante de Espaço de Controle Social – Exs: CONSEA/CRAS/OUTROS  
 Outro: \_\_\_\_\_

11. 11. Há quanto tempo atua na área de SAN?

\_\_\_\_\_

*Pular para a seção 2 (QUESTIONÁRIO FASE 1)*

QUESTIONÁRIO  
FASE 1

Componentes MBS: Palavras-chaves/conceitos que permeiam a existência e a atuação do Programa MBS

14/03/2021

FASE 1

## Apresentação Questionário Fase 1

<http://youtube.com/watch?v=5jXH20vGQ0o>

Componente 1:  
Combate à fome e  
ao desperdício - Para  
este componente  
serão respondidas as  
questões de 12 a 15

Objetivos: Contribuir para o combate à fome e ao desperdício de alimentos, por meio da racionalização do consumo de recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção de alimento, cujo descarte tem impactos significativos nas 3 dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica).

12. 12. Considerando os objetivos do MBS em relação ao Componente 1: combate à fome e ao desperdício, se todas as atividades previstas forem realizadas, quais resultados você considera que podem ser esperados em longo prazo (> 5 anos)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes e apontar outros possíveis resultados de longo prazo].

*Marque todas que se aplicam.*

- Redução da prevalência de desnutrição
- Redução da prevalência de Insegurança Alimentar (IA)
- Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

13. 13. Para alcançar os resultados de longo prazo referentes ao componente 1, considerados importantes na questão anterior, quais resultados acredita que seriam necessários em um período intermediário, entre 2 e 4 anos: [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Redução da situação de pobreza e fome
- Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)
- Redução do desperdício na cadeia de produção
- Aumento do consumo consciente - alimentos/recursos

Outro:  \_\_\_\_\_

14. 14. Qual(is) produto(s) seria(m) necessário(s) para alcançar o(s) resultado(s) intermediário(s) descrito(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Número de doadores ampliado
- Trabalho aprimorado com os doadores já existentes
- Número de entidades sociais atendidas ampliado
- Trabalho aprimorado com as entidades sociais atendidas
- Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação

Outro:  \_\_\_\_\_

15. 15. Qual(is) atividade(s) você considera importante(s) que seja(m) realizada(s) para o(s) produtos(s) previsto(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Coleta e distribuição de alimentos
- Captação de novos doadores
- Fidelização/valorização de doadores
- Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

Componente 2: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - Para este componente serão respondidas as questões de 16 a 19

Objetivos: Atuar para respeitar, proteger e cumprir o DHAA, que é realizado quando "cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção" (FAO, 1999).

16. 16. Considerando os objetivos do MBS em relação ao Componente 2: DHAA, se todas as atividades previstas forem realizadas, quais resultados você considera que podem ser esperados em longo prazo (> 5 anos)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes e apontar outros possíveis resultados de longo prazo].

*Marque todas que se aplicam.*

Redução da prevalência de Insegurança Alimentar (IA)

Redução da prevalência de desnutrição

Outro:  \_\_\_\_\_

17. 17. Para alcançar os resultados de longo prazo referentes ao componente 2, considerados importantes na questão anterior, quais resultados acredita que seriam necessários em um período intermediário, entre 2 e 4 anos: [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)

Ampliação do atendimento a populações em risco social e nutricional (famílias, desabrigados, desalojados)

Aumento da distribuição de alimentos regionais excedentes - safra

Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

18. 18. Qual(is) produto(s) seria(m) necessário(s) para alcançar o(s) resultado(s) intermediário(s) descrito(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Parcerias formalizadas com Instituições de defesa e exigibilidade dos Direitos Humanos – Conselhos
- Reuniões estratégicas realizadas
- Projetos elaborados em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (Ex: EMATER)
- Eventos/reuniões realizadas com entidades sociais
- Outro:  \_\_\_\_\_

19. 19. Qual(is) atividade(s) você considera importante(s) que seja(m) realizada(s) para o(s) produtos(s) previsto(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Políticas Públicas
- Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Direitos Humanos
- Elaboração de projetos em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (Ex: EMATER)
- Realização de reuniões/ eventos com as entidades sociais sobre garantia de direitos sociais
- Outro:  \_\_\_\_\_

**Componente 3: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) -**  
Para este componente serão respondidas as questões de 20 a 23

Objetivos: Contribuir para a SAN de indivíduos em situação de vulnerabilidade em nosso país, com atenção permanente aos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos.

14/03/2021

FASE 1

20. 20. Considerando os objetivos do MBS em relação ao Componente 3: SAN, se todas as atividades previstas forem realizadas, quais resultados você considera que podem ser esperados em longo prazo (> 5 anos)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes e apontar outros possíveis resultados de longo prazo].

*Marque todas que se aplicam.*

Redução na prevalência de Insegurança Alimentar (IA) - nas entidades sociais e territórios onde estão inseridas

Maior efetividade das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional

Outro:  \_\_\_\_\_

21. 21. Para alcançar os resultados de longo prazo referentes ao componente 3, considerados importantes na questão anterior, qual(is) resultado(s) intermediário(s) (de 2 a 4 anos) acredita que seria(m) importante(s) para alcançá-lo(s)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

Aprimoramento da análise da situação local e nacional de SAN

Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos doados

Aumento das ações de monitoramento do público atendido

Aprimoramento das ações educativas planejadas

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

22. 22. Qual(is) produto(s) seria(m) necessário(s) para alcançar o(s) resultado(s) intermediário(s) descrito(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Mecanismos definidos para o monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas
- Visitas de monitoramento realizadas
- Ações educativas realizadas (com enfoque em SAN e coerentes com as demandas apresentadas)
- Reuniões estratégicas realizadas com coletivos de SAN
- Parcerias articuladas com outros equipamentos de SAN
- Outro:  \_\_\_\_\_

23. 23. Qual(is) atividade(s) você considera importante(s) que seja(m) realizada(s) para o(s) produtos(s) previsto(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Definição de mecanismos de monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas
- Realização de visitas de monitoramento às entidades sociais atendidas
- Realização de ações educativas, com enfoque na SAN, a partir das demandas apresentadas
- Articulação de parcerias com outros equipamentos de SAN
- Realização de reuniões estratégicas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social
- Outro:  \_\_\_\_\_

Componente 4: Vulnerabilidade Social - Para este componente serão respondidas as questões de 24 a 27

Objetivos: Realizar ações que promovam o bem-estar e que mitiguem os riscos produzidos pelo contexto econômico-social a determinados indivíduos e grupos.

14/03/2021

FASE 1

24. 24. Considerando os objetivos do MBS em relação ao Componente 4: Vulnerabilidade Social, se todas as atividades previstas forem realizadas, quais resultados você considera que podem ser esperados em longo prazo (> 5 anos)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes e apontar outros possíveis resultados de longo prazo].

*Marque todas que se aplicam.*

- Redução da prevalência de Insegurança Alimentar (IA)  
 Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis

Outro:  \_\_\_\_\_

25. 25. Para alcançar os resultados de longo prazo referentes ao componente 4, considerados importantes na questão anterior, quais resultados acredita que seriam necessários em um período intermediário, entre 2 e 4 anos: [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Aumento do acesso a oportunidades para o desenvolvimento enquanto cidadã(o)  
 Aumento da capacidade de acesso aos meios de subsistência suficientes às necessidades essenciais

Outro:  \_\_\_\_\_

26. 26. Qual(is) produto(s) seria(m) necessário(s) para alcançar o(s) resultado(s) intermediário(s) descrito(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Ações em rede realizadas com as Entidades Sociais Assistidas a fim de socializar informações  
 Ações voltadas ao fortalecimento das redes de apoio social  
 Ações voltadas ao esclarecimento quanto ao efetivo exercício de direitos sociais

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

27. 27. Qual(is) atividade(s) você considera importante(s) que seja(m) realizada(s) para o(s) produtos(s) previsto(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

Realização de reuniões/palestras, em associação com a abordagem dos demais componentes, com as entidades sociais

Realização de eventos promovidos pelas próprias entidades sociais - relatos de casos/trocas de experiências

Outro:  \_\_\_\_\_

**Componente 5:**  
**Solidariedade Social - Para este componente serão respondidas as questões de 28 a 31**

Objetivos: Incentivar e promover o engajamento efetivo de indivíduos e organizações (privadas/públicas/sociedade civil) no combate à fome e ao desperdício como meio de desenvolvimento da sociedade.

28. 28. Considerando os objetivos do MBS em relação ao Componente 5: Solidariedade Social, se todas as atividades previstas forem realizadas, quais resultados você considera que podem ser esperados em longo prazo (> 5 anos)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes e apontar outros possíveis resultados de longo prazo].

*Marque todas que se aplicam.*

Redução da prevalência de desnutrição

Redução da prevalência de Insegurança Alimentar (IA)

Redução dos danos ambientais

Aumento do consumo consciente

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

29. 29. Para alcançar os resultados de longo prazo referentes ao componente 5, considerados importantes na questão anterior, quais resultados acredita que seriam necessários em um período intermediário, entre 2 e 4 anos: [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Aumento da rede de combate à fome e ao desperdício (indivíduos e organizações)
- Ampliação do número de voluntários no MBS
- Aumento de ações de voluntariado corporativo (organizações)
- Aumento de ações educativas (responsabilidade socioambiental e consumo consciente)

Outro:  \_\_\_\_\_

30. 30. Qual(is) produto(s) seria(m) necessário(s) para alcançar o(s) resultado(s) intermediário(s) descrito(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Número de ações exercidas por voluntários(as) no MBS
- Número de ações voluntárias realizadas por colaboradores(as) das organizações
- Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil e organizações

Outro:  \_\_\_\_\_

31. 31. Qual(is) atividade(s) você considera importante(s) que seja(m) realizada(s) para o(s) produtos(s) previsto(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Realização de ações de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do MBS junto à sociedade)
- Realização de reuniões, palestras, etc sobre a importância do voluntariado no combate à fome e ao desperdício
- Articulação com indivíduos para engajamento à causa
- Articulação com coletivos e organizações para engajamento à causa

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

Componente 6: Capacitações e Treinamentos – Para este componente serão respondidas as questões de 32 a 35

Objetivos: Desenvolver habilidades individuais e coletivas para o aprimoramento de capacidades em SAN e fortalecimento das redes de apoio social.

32. 32. Considerando os objetivos do MBS em relação ao Componente 6: Capacitações e Treinamentos, se todas as atividades previstas forem realizadas, quais resultados você considera que podem ser esperados em longo prazo (> 5 anos)? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes e apontar outros possíveis resultados de longo prazo].

*Marque todas que se aplicam.*

- Redução do desperdício de alimentos  
 Redução da prevalência de desnutrição  
 Redução da prevalência de Insegurança Alimentar (IA)  
 Redução dos danos ambientais

Outro:  \_\_\_\_\_

33. 33. Para alcançar os resultados de longo prazo referentes ao componente 6, considerados importantes na questão anterior, quais resultados acredita que seriam necessários em um período intermediário, entre 2 e 4 anos: [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Aprimoramento das condições e recursos das entidades sociais atendidas  
 Redução do desperdício pelos doadores  
 Redução do desperdício pelas entidades sociais atendidas  
 Aumento na utilização dos equipamentos sociais e de saúde pelo público atendido pelo MBS

Outro:  \_\_\_\_\_

14/03/2021

FASE 1

34. 34. Qual(is) produto(s) seria(m) necessário(s) para alcançar o(s) resultado(s) intermediário(s) descrito(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Número de capacitações direcionadas aos doadores  
 Número de capacitações direcionadas às equipes de trabalho das entidades sociais  
 Número de capacitações oferecidas às/aos gestores(as) de entidades sociais

Outro:  \_\_\_\_\_

35. 35. Qual(is) atividade(s) você considera importante(s) que seja(m) realizada(s) para o(s) produto(s) previsto(s) na questão anterior? [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

*Marque todas que se aplicam.*

- Realização de ações de capacitação - Temática: SAN  
 Realização de ações de capacitação - Temática: Desperdício de alimentos  
 Realização de ações de capacitação - Temática: Direitos Sociais  
 Realização de ações de capacitação - Temática: Redes Sociais  
 Realização de ações de capacitação - Temática: Desenvolvimento Comunitário

Outro:  \_\_\_\_\_

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE E – Roteiro do vídeo de apresentação da Fase 1

APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

APRESENTAÇÃO DO MESA BRASIL SESC, DA PESQUISA, DA METODOLOGIA A SER DESENVOLVIDA E SEUS OBJETIVOS

<u>VÍDEO</u>	<u>ÁUDIO</u>
<p><b><u>Parte 01. Imagem do pesquisador com fundo branco</u></b></p> <p>Fala de apresentação do pesquisador</p>	<p><b>PESQUISADOR:</b> OLÁ, ESPERO QUE TODOS E TODAS ESTEJAM BEM NESSE MOMENTO TÃO DELICADO DE PANDEMIA.</p> <p>MEU NOME É RENÉ LOPO NETO, NUTRICIONISTA, E DESDE 2019, SOU MESTRANDO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO, COM O PROJETO INTITULADO “<b>DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO MESA BRASIL SESC ÀS ENTIDADES SOCIAIS ASSISTIDAS PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>”.</p> <p>TRABALHO HÁ 7 ANOS NO DEPARTAMENTO NACIONAL DO SESC, MAIS PRECISAMENTE NA EQUIPE DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC.</p> <p>TAMBÉM FAÇO PARTE, DESDE 2017, DO COMITÊ GESTOR DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS DE ALIMENTOS.</p>

<p><b><u>Parte 02. Imagem do pesquisador com fundo branco</u></b></p> <p>O pesquisador falará do Programa Mesa Brasil Sesc</p>	<p><b>PESQUISADOR:</b> O MESA BRASIL SESC (MBS) É UMA IMPORTANTE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN), POIS TRATA-SE DE UMA REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS E EU FAÇO PARTE DA EQUIPE DESSE PROGRAMA, COMO DISSE NO INÍCIO.</p> <p>CABE AQUI DESTACAR QUE A SAN, CONFORME A LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (LOSAN/2006), UM IMPORTANTE MARCO LEGAL, É ENTENDIDA COMO A REALIZAÇÃO DO DIREITO DE TODOS AO ACESSO REGULAR E PERMANENTE A ALIMENTOS DE QUALIDADE, EM QUANTIDADE SUFICIENTE, SEM COMPROMETER O ACESSO A OUTRAS NECESSIDADES ESSENCIAIS, TENDO COMO BASE PRÁTICAS ALIMENTARES PROMOTORAS DE SAÚDE QUE RESPEITEM A DIVERSIDADE CULTURAL E QUE SEJAM AMBIENTAL, CULTURAL, ECONÔMICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEIS.</p> <p>A OPERACIONALIZAÇÃO DO MBS É BASEADA NA COLETA E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS EXCEDENTES OU FORA DOS PADRÕES DE COMERCIALIZAÇÃO E AINDA PRÓPRIOS AO CONSUMO, ALÉM DE REALIZAR AÇÕES EDUCATIVAS QUE VISAM PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A AUTONOMIA DE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E NUTRICIONAL, ATENDIDOS NAS ENTIDADES SOCIAIS CADASTRADAS.</p> <p>HOJE SÃO 91 UNIDADES MBS PRESENTES EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE CONTA COM CERCA DE 3.500 DOADORES E 6.500 ENTIDADES SOCIAIS CADASTRADOS.</p>
--	---

<p><b><u>Parte 03. Imagem do pesquisador com fundo branco</u></b></p> <p>O pesquisador falará da pesquisa, sua metodologia e seus objetivos</p>	<p><b>PESQUISADOR:</b> O PRESENTE PROJETO TEM COMO OBJETIVO DESENVOLVER UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA MBS ÀS ENTIDADES SOCIAIS ASSISTIDAS (ESA) PARA A PROMOÇÃO DA SAN.</p> <p>ELE SERÁ REALIZADO EM TRÊS ETAPAS:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. ELABORAÇÃO DE MODELO LÓGICO-TEÓRICO DA ATUAÇÃO DO MBS;</li><li>2. VALIDAÇÃO DO MODELO LÓGICO-OPERACIONAL MBS;</li><li>3. APRESENTAÇÃO DE AMBOS OS DOCUMENTOS DIAGRAMADOS E PLANO DE DISSEMINAÇÃO;</li></ol> <p>A VALIDAÇÃO SERÁ REALIZADA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE CONSENSO (TÉCNICA DELPHI) E INCLUIRÁ A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MBS, GESTORES(AS) DE ESA E REPRESENTANTES DE ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL NAS 5 REGIÕES GEOGRÁFICAS DO PAÍS.</p>
---	--

<p><b><u>Parte 04. Imagem do pesquisador com fundo branco</u></b></p> <p>O pesquisador destacará a importância da colaboração do participante.</p> <p>Ressaltará, ainda, a disponibilidade e o empenho do participante, agradecerá e se despedirá.</p>	<p><b>PESQUISADOR:</b> SUA COLABORAÇÃO À PESQUISA SERÁ DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS PROPOSTOS.</p> <p>SEUS CONHECIMENTOS TÉCNICOS E/OU SUA VIVÊNCIA RELACIONADOS AO PROGRAMA MBS E/OU ATUAÇÃO EM SAN, SERÃO FUNDAMENTAIS PARA A DESCRIÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO MBS E DOS RESULTADOS ESPERADOS, QUE CONSISTE NA VALIDAÇÃO DO MODELO LÓGICO-OPERACIONAL DO MBS E, CONSEQUENTEMENTE, CONTRIBUIRÁ PARA A ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO BASTANTE ROBUSTO.</p> <p>EM RELAÇÃO A SUA PARTICIPAÇÃO NECESSITAREI QUE RESPONDA AOS QUESTIONÁRIOS ONLINE E, COMO TODA A PESQUISA QUE ENVOLVE SERES HUMANOS, TEM SEUS RISCOS E BENEFÍCIOS À PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA.</p> <p>COMO RISCO, POR EXEMPLO, PODEMOS DESTACAR QUE DETERMINADAS PERGUNTAS POSSAM LHE INCOMODAR E VOCÊ PODERÁ NÃO AS RESPONDER.</p> <p>COMO BENEFÍCIO, A SUA PARTICIPAÇÃO AJUDARÁ A VALIDAR UM INSTRUMENTO QUE AUXILIARÁ NO APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DE UMA REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DE ÂMBITO NACIONAL.</p> <p>ESSAS INFORMAÇÕES ESTÃO BEM DETALHADAS NO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).</p> <p>AGRADEÇO SUA DISPONIBILIDADE E EMPENHO. UM FORTE E CARINHOSO ABRAÇO, MESMO QUE VIRTUAL!</p>
--	--

**FIM**

**APÊNDICE F** – Texto do corpo do e-mail encaminhado aos participantes da pesquisa para início da segunda etapa de validação do modelo lógico proposto

Prezado(a) participante, bom dia!

Espero que esteja tudo bem contigo.

Mais uma vez agradeço o interesse e a disponibilidade em continuar participando desta pesquisa em busca de consenso para validar o Modelo Lógico da atuação do Programa Mesa Brasil Sesc.

Segue abaixo, *link* de acesso ao segundo instrumento pela plataforma *google forms*:

<https://forms.gle/Z9HAsZA7H6SdRxaFA>

Peço sinceras desculpas pela demora em enviá-lo, mas foram realizadas mudanças metodológicas de forma a condensar o material e, assim, simplificar e facilitar sua participação.

**Dessa forma, esta segunda fase será também a última.** Ressalto que nesse questionário todas as respostas são obrigatórias e haverá um prazo mais curto para que possa respondê-lo e encaminhá-lo ao pesquisador, pois desta vez é um questionário de múltipla escolha.

Neste instrumento será apresentado o consolidado do primeiro questionário, já incorporando os aspectos trazidos pelos participantes na fase 1, de acordo com cada componente Mesa Brasil Sesc. Assim, você poderá refletir sobre o conteúdo trazido pelos demais participantes e, a partir de sua experiência e vivência profissional, responder sobre a PERTINÊNCIA e RELEVÂNCIA dos itens do instrumento.

Observe que, ao final dos itens de cada componente, haverá um espaço dedicado à expressão de quaisquer opiniões acerca do que foi apresentado, caso julgue necessário.

**O nível de pertinência/relevância deverá ser atribuído a cada sentença apresentada, assinalando uma das seguintes opções:** não incluir; incluir com prioridade baixa; incluir com prioridade média; ou incluir com prioridade alta.

Recomendo que prefira responder em seu computador, para melhor visualização de todo o instrumento, uma vez que em outro dispositivo (celular, tablet etc.) poderá haver comprometimento dos conteúdos apresentados.

Previ que gaste em torno de trinta minutos para preencher o questionário e solicito que o devolva em até 10 dias (18/03), devido aos prazos estabelecidos pela coordenação do mestrado.

Ao final do questionário preenchido basta seguir as mesmas orientações da fase 1, isto é, clicar em “enviar” na própria plataforma *googleforms*.

Após a análise dos resultados desta rodada, você receberá um consolidado dos resultados finais.

Qualquer dúvida, em qualquer momento da pesquisa, poderá ser esclarecida por e-mail ou pelo telefone (21) 98830-6374.

Certo de sua compreensão, agradeço mais uma vez a disponibilidade.

Um forte abraço,  
René Lopo Neto.

## APÊNDICE G – Questionário da Fase 2

15/03/2021 Versão Final\_Fase 2\_questionário\_pesquisa René Lopo Neto\_PPGSAN\_UNIRIO - Formulários Google

Versão Final\_Fase 2\_questionário\_pesquisa René Lopo Neto\_PPGSAN\_UNIRIO

Perguntas Respostas 4

Seção 1 de 9

## Validação do Modelo Lógico MBS

Prezado(a) participante, seja bem-vindo(a)!

Mais uma vez agradeço pela sua disponibilidade. Chegamos à última etapa do processo de validação do modelo lógico do MBS.

Reitero que entende-se como modelo lógico um esquema visual que apresenta como um programa idealmente funciona, com os atributos e conteúdos necessários e suficientes para produzirem, isolada ou integradamente, os efeitos esperados (HARTZ; VIEIRA-DA-SILVA, 2005). O modelo lógico, ao representar o processo, permite identificar os insumos/recursos, as atividades, os produtos e resultados esperados na intervenção, ilustrando seus fluxos e sua complexidade (BROUSSELLE et al, 2011).

Portanto, para o que esperamos de resultados do MBS, será importante encadearmos todo o processo, de acordo com cada Componente apresentado, seguindo o seguinte fluxo:

Atividades - Produtos - Resultados no médio prazo - Resultados no longo prazo

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção 

Seção 2 de 9

[https://docs.google.com/forms/d/12jko6yQyDnYjG2iK\\_DZ9HF9fTWZiOjgCK6fFNEqjamM/edit](https://docs.google.com/forms/d/12jko6yQyDnYjG2iK_DZ9HF9fTWZiOjgCK6fFNEqjamM/edit) 1/20

15/03/2021

Versão Final\_Fase 2\_questionário\_pesquisa René Lopo Neto\_PPGSAN\_UNIRIO - Formulários Google

Nesta fase serão apresentadas as respostas sistematizadas extraídas da FASE 1 e, desta vez, você deverá analisar cada item e classificá-lo quanto à sua pertinência e relevância.

Pertinência: o que é conveniente, ou seja, alinhado ao que foi proposto (apropriado).

Relevância: é o grau de importância, de valor, ao que se julgou ser pertinente.

Após a seção 2 Ir para a seção 3 (QUESTIONÁRIO FASE 2) ▼

Seção 3 de 9

## QUESTIONÁRIO FASE 2



Em cada sentença apresentada você deverá assinalar uma das seguintes opções: não incluir; incluir com prioridade baixa; incluir com prioridade média; ou incluir com prioridade alta.

REGISTRO - Antes de iniciar solicito que registre aqui seu endereço eletrônico (e-mail),  
ressaltando que, conforme informações apresentadas no TCLE, tal registro será apenas para a consolidação codificada a ser realizada pelo pesquisador, mantendo o seu anonimato: \*

Texto de resposta curta

Após a seção 3 Continuar para a próxima seção ▼

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## Validação do Modelo Lógico MBS

\*Obrigatório

Componente 1: Gestão do Programa MBS - Para este componente serão respondidas as questões de 1 a 4

Objetivos: Promover a governança do Programa MBS e o aprimoramento de sua rotina operacional clássica, assim como o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas para o aprimoramento de capacidades e o fortalecimento das redes de apoio social.

### Quadro - Fluxo Componente 1

COMPONENTE 1 – GESTÃO DO PROGRAMA MBS				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Planejamento das ações de captação e fidelização de parcerias com cronograma e orçamento previstos	Ações de captação e fidelização de parcerias planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	Proporção de novas parcerias captadas e proporção de parcerias fidelizadas	Redução das perdas e desperdício de alimentos na produção
Recursos humanos	Planejamento das ações de coleta e distribuição de doações com cronograma e orçamento previstos	Ações de coleta e distribuição de doações planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	Ampliação e diversificação das doações coletadas e distribuídas	Redução das perdas e desperdício de alimentos na distribuição
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS e Proposta Programática de trabalho MBS)	Planejamento das ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	Ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas (público assistido, gestores(as), equipes de trabalho, voluntariado), planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	Aprimoramento das ações educativas realizadas	Aprimoramento do conteúdo nutricional das refeições complementadas
Espaços físicos	Planejamento das ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às seguintes temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.	Ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.	Aumento do acesso a informações quanto à SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	Maior eficiência dos processos de gestão do MBS
Equipamentos	Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para ampliação da equipe MBS	Ampliação da equipe MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto		
	Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para revitalização e/ou ampliação da frota MBS	Ampliação e/ou revitalização da frota MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto		
	Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para implantação de Unidades MBS	Ampliação do número de Unidades MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto		
	Divulgação do MBS, e de suas ações, nas mídias sociais	Número de parcerias estratégicas ampliado (logística, mídia, recursos financeiros, demais serviços)		
	Elaboração de um plano de monitoramento e avaliação das ações	Número de voluntários(as) ampliado Plano de monitoramento e avaliação das ações do MBS elaborado	Maior efetividade dos processos de gestão	

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 1. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Planejamento das ações de captação e fidelização de parcerias com cronograma e orçamento previstos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planejamento das ações de coleta e distribuição de doações com cronograma e orçamento previstos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planejamento das ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

sustentabilidade,  
Direitos sociais;  
Redes sociais;  
Desenvolvimento  
comunitário;  
Impactos de uma  
alimentação  
saudável e  
balanceada na  
vida do ser  
humano

Planejamento das  
ações de  
capacitação e  
treinamento,  
direcionadas às  
equipes e  
voluntariado MBS,  
com cronograma,  
orçamento  
previsto e  
conteúdos  
adequados às  
seguintes  
temáticas: SAN;  
Perdas e  
Desperdício;  
Solidariedade.

Planejamento,  
com cronograma  
e orçamento  
previstos, para  
ampliação da  
equipe MBS

Planejamento,  
com cronograma  
e orçamento  
previstos, para  
revitalização e/ou  
ampliação da  
frota MBS

Planejamento,  
com cronograma  
e orçamento  
previstos, para



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

implantação de  
novas Unidades  
MBS

Divulgação do  
MBS, e de suas  
ações, nas mídias  
sociais

Elaboração de um  
plano de  
monitoramento e  
avaliação das  
ações



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 2. Produtos para alcançar os resultados intermediários: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Ações de captação e fidelização de parcerias planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações de coleta e distribuição de doações planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas (público assistido, gestores(as), equipes de trabalho, voluntariado), planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

temáticas: SAN,  
Perdas e  
Desperdício;  
Solidariedade;  
Captação de  
recursos;  
Sustentabilidade;  
Direitos sociais;  
Redes sociais;  
Desenvolvimento  
comunitário;  
Impactos de uma  
alimentação  
saudável e  
balanceada na  
vida do ser  
humano

Ações de  
capacitação e  
treinamento,  
direcionadas às  
equipes e  
voluntariado MBS,  
planejadas de  
acordo com  
cronograma,  
orçamento  
previsto e  
temáticas: SAN;  
Perdas e  
Desperdício;  
Solidariedade.

Ampliação da  
equipe MBS  
planejada de  
acordo com  
cronograma e  
orçamento  
previsto

Ampliação e/ou  
revitalização da  
frota MBS  
planejada de  
acordo com  
cronograma e  
orçamento



15/03/2021	Validação do Modelo Lógico MBS			
previsto				
Ampliação do número de Unidades MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de parcerias estratégicas ampliado (logística, mídia, recursos financeiros, demais serviços)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de voluntários(as) ampliado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Plano de monitoramento e avaliação das ações do MBS elaborado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd32WegqTRizS9pAjvEOUGT76vI9uP9p9ZMSB4BPBPeOO31Dg/formResponse> 7/10

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

3. Resultados intermediários (entre 2 e 4 anos) para alcançar os resultados de longo prazo, considerados: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Proporção de novas parcerias captadas e proporção de parcerias fidelizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliação e diversificação das doações coletadas e distribuídas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aprimoramento das ações educativas realizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do acesso a informações quanto à SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

Impactos de uma  
alimentação  
saudável e  
balanceada na  
vida do ser  
humano

Aumento de

ações do MBS  
monitoradas e  
avaliadas

Maior efetividade  
dos processos de  
gestão

#### 4. Resultados esperados em longo prazo (> 5 anos): \*

Não incluir

Incluir com  
prioridade baixa

Incluir com  
prioridade média

Incluir com  
prioridade alta

Redução das  
perdas e  
desperdício de  
alimentos na  
produção

Redução das  
perdas e  
desperdício de  
alimentos na  
distribuição

Aprimoramento  
dos processos de  
gestão do MBS

Maior eficiência  
dos processos de  
gestão do MBS



Caso julgue necessário, esse espaço é dedicado à expressão de qualquer

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd32WegqTRizS9pAjvEOUGT76vl9uP9p9ZMSB4BPBPeeOO31Dg/formResponse>



9/10

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

opinião acerca do que foi apresentado nesse Componente:

Sua resposta

[Voltar](#)[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## Validação do Modelo Lógico MBS

\*Obrigatório

Componente 2: Combate à fome e ao desperdício - Para este componente serão respondidas as questões de 5 a 8

Objetivos: Contribuir para o combate à fome e ao desperdício de alimentos, por meio da racionalização do consumo de recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção de alimento, cujo descarte tem impactos significativos nas 3 dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica).

### Quadro - Fluxo Componente 2

COMPONENTE 2 – COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Captação de novos doadores	Número de doadores ampliado	Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)	Redução da situação de pobreza e fome
Recursos humanos	Fidelização/valorização de doadores	Trabalho aprimorado com os doadores já existentes		
Veículos	Coleta e distribuição de alimentos	Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação	Aumento do consumo consciente - alimentos/recursos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Espaços físicos	Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	Número de entidades sociais atendidas ampliado		
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS)	Realização de ações educativas, com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos.	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	Redução da mortalidade infantil
Equipamentos	Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que abordem os mecanismos da fome e da exclusão social	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	Aumento da garantia de direitos sociais
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos	Autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos realizados		
	Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 5. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Captação de novos doadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fidelização/valorização de doadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coleta e distribuição de alimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de ações educativas, com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social

Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos

Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 6. Produtos para alcançar os resultados intermediários: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Número de doadores ampliado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho aprimorado com os doadores já existentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de entidades sociais atendidas ampliado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho aprimorado com as entidades sociais atendidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

alimentos

Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que abordem os mecanismos da

fome e da exclusão social

Autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos realizados

Plano de monitoramento e avaliação das ações executado

7. Resultados intermediários (entre 2 e 4 anos) para alcançar os resultados de longo prazo, considerados: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do consumo consciente - alimentos/recursos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

Aumento de ações do MBS  
monitoradas e avaliadas

### 8. Resultados esperados em longo prazo (> 5 anos): \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Redução da situação de pobreza e fome	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução da mortalidade infantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da garantia de direitos sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

Caso julgue necessário, esse espaço é dedicado à expressão de qualquer opinião acerca do que foi apresentado nesse Componente:

Sua resposta

Voltar

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## Validação do Modelo Lógico MBS

\*Obrigatório

Componente 3: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - Para este componente serão respondidas as questões de 9 a 12

Objetivos: Atuar para respeitar, proteger e cumprir o DHAA, que é realizado quando "cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção" (FAO, 1999).

### Quadro - Fluxo Componente 3

INSUMOS	COMPONENTE 3 - DHAA		RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
	ATIVIDADES	PRODUTOS		
Recursos financeiros	Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos Humanos para ações em conjunto	Reuniões estratégicas realizadas e parcerias formalizadas com Instituições de defesa e exigibilidade dos Direitos Humanos – Conselhos e Conselhos de Políticas Públicas para ações em conjunto	Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Recursos humanos	Realização de reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	Reuniões estratégicas e grupos operativos realizados com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	Atendimento a populações em risco social e nutricional (famílias, desabrigados, desalojados) ampliado	Ampliação do acesso à alimentação nutricional, culturalmente e ambientalmente adequada
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS e Proposta Programática de trabalho MBS)	Elaboração de projetos em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (ex: EMATER)	Projetos elaborados em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (ex: EMATER)	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfizer às necessidades nutricionais individuais	Aumento da garantia de direitos sociais
Espaços físicos	Realização de reuniões/eventos/ações educativas com as entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	Eventos/reuniões/ações educativas realizadas com entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	Aumento da distribuição de alimentos regionais e excedentes – safra	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Articulação com o poder público visando a construção/aprimoramento de uma política pública de SAN	Articulação com o poder público realizadas visando a construção/aprimoramento de uma política pública de SAN	Aumento da percepção da população vulnerável sobre seus direitos sociais	
	Realização de autoavaliação sistêmica das reuniões/eventos/ações educativas	Autoavaliação sistêmica das reuniões/eventos/ações educativas realizadas	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 9. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Realização de reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos Humanos para ações em conjunto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elaboração de projetos em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (Ex: EMATER)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de reuniões/eventos/ações educativas com as entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Articulação com o poder público visando a construção/aprimoramento de uma política pública de SAN	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

realização de  
autoavaliação sistemática  
das  
reuniões/eventos/ações  
educativas

Execução do Plano de  
monitoramento e avaliação  
das ações



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 10. Produtos para alcançar os resultados intermediários: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Reuniões estratégicas realizadas e parcerias formalizadas com Instituições de defesa e exigibilidade dos Direitos Humanos – Conselhos e Conselhos de Políticas Públicas para ações em conjunto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reuniões estratégicas e grupos operativos realizados com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos elaborados em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (Ex: EMATER)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eventos/reuniões/ações educativas realizadas com entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Articulação com o poder público realizadas visando a construção/aprimoramento de uma política pública de	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

de uma política pública de  
SAN

Autoavaliação sistemática  
das  
reuniões/eventos/ações  
educativas realizadas

Plano de monitoramento e  
avaliação das ações  
executado

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

11. Resultados intermediários (entre 2 e 4 anos) para alcançar os resultados de longo prazo, considerados: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento a populações em risco social e nutricional (famílias, desabrigados, desalojados) ampliado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da distribuição de alimentos regionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

excedentes –  
safra

Aumento da  
percepção da  
população  
vulnerável sobre

seus direitos  
sociais

Aumento de ações  
do MBS  
monitoradas e  
avaliadas

## 12. Resultados esperados em longo prazo (> 5 anos): \*

Não incluir      Incluir com  
prioridade baixa      Incluir com  
prioridade  
média      Incluir com  
prioridade alta

Redução da  
prevalência das  
manifestações de  
IA (desnutrição,  
obesidade e  
sobrepeso,  
carências  
nutricionais)

Ampliação do  
acesso à  
alimentação  
nutricional, e  
culturalmente e  
ambientalmente  
adequada

Aumento da  
garantia de  
direitos sociais

Aprimoramento  
dos processos de  
gestão do MBS


15/03/2021 Validação do Modelo Lógico MBS

gestão do MBS

Caso julgue necessário, esse espaço é dedicado à expressão de qualquer opinião acerca do que foi apresentado nesse Componente:

Sua resposta

[Voltar](#) [Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd32WegqTRizS9pAjvEOUGT76vl9uP9p9ZMSB4BPBPeOO31Dg/formResponse> 8/8

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## Validação do Modelo Lógico MBS

\*Obrigatório

Componente 4: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - Para este componente serão respondidas as questões de 13 a 16

Objetivos: Contribuir para a SAN de indivíduos em situação de vulnerabilidade em nosso país, com atenção permanente aos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos.

### Quadro - Fluxo Componente 4

COMPONENTE 4 - SAN			
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
Recursos financeiros	Definição de mecanismos de monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	Mecanismos definidos para o monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	Aprimoramento da análise da situação local e nacional de SAN
	Realização de visitas de monitoramento às entidades sociais atendidas	Visitas de monitoramento realizadas	
Recursos humanos	Articulação de parcerias com outros equipamentos de SAN para garantia da regularidade do fornecimento de alimentos	Parcerias articuladas com outros equipamentos de SAN	Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos captados/coletados
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão - software MBS)	Realização de reuniões estratégicas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	Reuniões estratégicas realizadas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	Aumento da percepção da população vulnerável sobre SAN
	Realização de ações educativas com enfoque em SAN abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	Ações educativas realizadas com enfoque em SAN, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	
Espaços físicos	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros de maneira ininterrupta e permanente
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	
			Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)  Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada  Maior efetividade das ações educativas voltadas para a educação alimentar e nutricional  Aprimoramento dos processos de gestão do MBS



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 13. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Definição de mecanismos de monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de visitas de monitoramento às entidades sociais atendidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Articulação de parcerias com outros equipamentos de SAN para garantia da regularidade do fornecimento de alimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de reuniões estratégicas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de ações educativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

com enfoque em  
SAN abordando  
questões de  
renda, acesso,  
emprego,  
pobreza,  
desigualdades,

direitos sociais e  
políticas públicas

Realização de  
autoavaliação  
sistemática das  
ações educativas

Execução do  
Plano de  
monitoramento e  
avaliação das  
ações



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 14. Produtos para alcançar os resultados intermediários: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Mecanismos definidos para o monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visitas de monitoramento realizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parcerias articuladas com outros equipamentos de SAN	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reuniões estratégicas realizadas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações educativas realizadas com ênfase em SAN, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza,	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

desigualdades,  
direitos sociais e  
políticas públicas

Autoavaliação  
sistemática das  
ações educativas  
realizadas

Plano de  
monitoramento e  
avaliação das  
ações executado

15. Resultados intermediários (entre 2 e 4 anos) para alcançar os resultados de longo prazo, considerados: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Aprimoramento da análise da situação local e nacional de SAN	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos captados/coletados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da percepção da população vulnerável sobre SAN	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros de maneira ininterrupta e permanente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

Aumento de ações  
do MBS  
monitoradas e  
avaliadas

16. Resultados esperados em longo prazo (> 5 anos): \*

Não incluir      Incluir com  
prioridade baixa      Incluir com  
prioridade média      Incluir com  
prioridade alta

Redução da  
prevalência das  
manifestações de  
IA (desnutrição,  
obesidade e  
sobrepeso,  
carências  
nutricionais)

Redução da  
prevalência de  
doenças crônicas  
não  
transmissíveis  
associadas à  
alimentação não  
adequada

Maior efetividade  
das ações  
voltadas para a  
educação  
alimentar e  
nutricional

Aprimoramento  
dos processos de  
gestão do MBS


Caso julgue necessário, esse espaço é dedicado à expressão de qualquer



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

opinião acerca do que foi apresentado nesse Componente:

Sua resposta

Voltar

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## Validação do Modelo Lógico MBS

\*Obrigatório

Componente 5: Vulnerabilidade Social - Para este componente serão respondidas as questões de 17 a 20

Objetivos: Realizar ações que promovam o bem-estar e que mitiguem os riscos produzidos pelo contexto econômico-social a determinados indivíduos e grupos.

### Quadro - Fluxo Componente 5

COMPONENTE 5 – VULNERABILIDADE SOCIAL				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Realização de eventos em rede, promovidos pelas próprias entidades sociais, com apoio do MBS (relatos de casos/trocas de experiências)	Ações em rede realizadas pelas entidades sociais a fim de socializar informações e compartilhar experiências	Aumento do acesso a oportunidades (educação, formação continuada e trabalho/emprego) para o desenvolvimento enquanto cidadão	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Recursos humanos	Realização sistemática de ações educativas, com diferentes abordagens, com ênfase na dialógica, popular e freiriana, buscando envolver todos os participantes do programa para que eles se tomem sujeitos da ação	Ações educativas realizadas a fim de discutir e esclarecer quanto ao efetivo exercício de direitos sociais e a utilização de equipamentos sociais e de saúde	Aumento da capacidade de acesso aos meios de subsistência suficientes às necessidades essenciais (alimentação, moradia digna e cuidados de saúde e higiene)	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS)	Realização de reuniões/palestras/atividades/grupos operativos com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	Reuniões/palestras/atividades/grupos operativos realizados com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão e participação efetiva nas instâncias formais de controle social	Aumento da garantia de direitos sociais
Espaços físicos	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	Aumento da utilização dos equipamentos sociais e de saúde	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 17. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Realização de eventos em rede, promovidos pelas próprias entidades sociais, com apoio do MBS (relatos de casos/trocas de experiências)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização sistemática de ações educativas, com diferentes abordagens, com ênfase na dialógica, popular e freiriana, buscando envolver todos os participantes do programa para que eles se tornem sujeitos da ação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de reuniões/palestras/atividades/grupos operativos com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 18. Produtos para alcançar os resultados intermediários: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Ações em rede realizadas pelas entidades sociais a fim de socializar informações e compartilhar experiências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações educativas realizadas a fim de discutir e esclarecer quanto ao efetivo exercício de direitos sociais e a utilização de equipamentos sociais e de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reuniões/palestras/atividades/grupos operativos realizados com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

19. Resultados intermediários (entre 2 e 4 anos) para alcançar os resultados de longo prazo, considerados: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Aumento do acesso a oportunidades (educação, formação continuada e trabalho/emprego) para o desenvolvimento enquanto cidadã(o)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da capacidade de acesso aos meios de subsistência suficientes às necessidades essenciais (alimentação, moradia digna e cuidados de saúde e higiene)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão e participação efetiva nas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

instâncias formais  
de controle social

Aumento da  
utilização dos  
equipamentos  
sociais e de saúde

Aumento de ações  
do MBS  
monitoradas e  
avaliadas

## 20. Resultados esperados em longo prazo (> 5 anos): \*

Não incluir      Incluir com  
prioridade baixa      Incluir com  
prioridade média      Incluir com  
prioridade alta

Redução da  
prevalência das  
manifestações de  
IA (desnutrição,  
obesidade e  
sobrepeso,  
carências  
nutricionais)

Redução da  
prevalência de  
doenças crônicas  
não  
transmissíveis  
associadas à  
alimentação não  
adequada

Aumento da  
garantia de  
direitos sociais

Aprimoramento  
dos processos de  
gestão do MBS


15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

Caso julgue necessário, esse espaço é dedicado à expressão de qualquer opinião acerca do que foi apresentado nesse Componente:

Sua resposta

Voltar

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## Validação do Modelo Lógico MBS

\*Obrigatório

Componente 6: Solidariedade - Para este componente serão respondidas as questões de 21 a 24

Objetivos: Incentivar e promover o engajamento efetivo de indivíduos e organizações (privadas/públicas/sociedade civil) no combate à fome e ao desperdício como meio de desenvolvimento da sociedade.

### Quadro - Fluxo Componente 6

COMPONENTE 6 - SOLIDARIEDADE				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos humanos	Realização de ações de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do MBS junto à sociedade)	Número de ações exercidas por voluntários(as) no MBS	Aumento da rede de combate à fome e ao desperdício (indivíduos, organizações e poder público)	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico operacionais MBS e Guia do Voluntário MBS)	Realização de reuniões, palestras, etc, sobre a importância do voluntariado no combate à fome e ao desperdício	Número de ações voluntárias realizadas por colaboradores(as) das organizações	Ampliação do número de voluntários individuais e corporativos no MBS	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)
Espaços físicos	Articulação com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Aumento do consumo consciente	Aumento da garantia de direitos sociais
Recursos financeiros	Articulação com o poder público para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Número de ações realizadas em conjunto com o poder público para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Aumento da proporção de alimentos oriundos da agricultura familiar	Ampliação da responsabilidade social
	Diversificação de parcerias do Programa MBS para incentivo a projetos com a agricultura familiar	Projetos de incentivo à agricultura familiar realizados	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Realização de autoavaliação sistêmica das ações educativas	Autoavaliação sistêmica das ações educativas realizadas		
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 21. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Realização de ações de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do MBS junto à sociedade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de reuniões, palestras, etc, sobre a importância do voluntariado no combate à fome e ao desperdício	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Articulação com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

reduzir de forma  
efetiva e  
duradoura a fome

Articulação com  
o poder público  
para  
engajamento à

causa e  
realização de  
ações como  
seminários,  
workshops,  
mesas de  
debates para  
sensibilização da  
sociedade civil e  
organizações,  
sobre pobreza e  
desigualdade  
social, a fim de  
reduzir de forma  
efetiva e  
duradoura a fome

Diversificação de  
parcerias do  
Programa MBS  
para incentivo a  
projetos com a  
agricultura  
familiar

Realização de  
autoavaliação  
sistemática das  
ações educativas

Execução do  
Plano de  
monitoramento e  
avaliação das  
ações



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 22. Produtos para alcançar os resultados intermediários: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Número de ações exercidas por voluntários(as) no MBS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de ações voluntárias realizadas por colaboradores(as) das organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de ações realizadas em conjunto com o poder público para engajamento à causa e ampliar o debate sobre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15/03/2021		Validação do Modelo Lógico MBS			
	o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Projetos de incentivo à agricultura familiar realizados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd32WegqTRizS9pAjvEouGT76vI9uP9p9ZMSB4BPBPeOO31Dg/formResponse> 5/8

15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

23. Resultados intermediários (entre 2 e 4 anos) para alcançar os resultados de longo prazo, considerados: \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Aumento da rede de combate à fome e ao desperdício (indivíduos, organizações e poder público)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliação do número de voluntários individuais e corporativos no MBS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do consumo consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da proporção de alimentos oriundos da agricultura familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

## 24. Resultados esperados em longo prazo (&gt; 5 anos): \*

	Não incluir	Incluir com prioridade baixa	Incluir com prioridade média	Incluir com prioridade alta
Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da garantia de direitos sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliação da responsabilidade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



15/03/2021

Validação do Modelo Lógico MBS

Caso julgue necessário, esse espaço é dedicado à expressão de qualquer opinião acerca do que foi apresentado nesse Componente:

Sua resposta

Voltar

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



**APÊNDICE H – Termo de Anuência Sesc/DN**

A Gerência de Assistência do Serviço Social do Comércio (Sesc) - Departamento Nacional, da qual a Atividade Segurança Alimentar e Apoio Social – Programa Mesa Brasil Sesc faz parte, está de acordo com a execução do projeto **DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO MESA BRASIL SESC ÀS ENTIDADES SOCIAIS ASSISTIDAS PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, coordenado pelo pesquisador René de Castro Lopo Neto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta instituição durante a realização da mesma. Esta instituição se compromete a assegurar a segurança e bem-estar dos participantes em atendimento a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Nome do responsável institucional ou setorial

Cargo do Responsável pelo consentimento

Carimbo com identificação o

## APÊNDICE I – Perfis dos participantes (n = 12)

Código	Idade	Sexo	Gênero	Profissão	Grau de instrução	Local de atuação	Funcionário(a) ou ex-funcionário(a) Sesc	Conhece o trabalho do Sesc	Projetos ou programas que conhece	Relação ou atuação na área da SAN	Tempo de atuação em SAN
1	26	Feminino	Feminino	Nutricionista	Pós-graduação lato sensu	Rio de Janeiro	Não	Sim	Mesa Brasil Sesc; BiblioSesc	Pesquisas acadêmicas e movimento social	1 ano e 5 meses
2	52	Feminino	Feminino	Assistente Social	Pós-graduação lato sensu	Rio de Janeiro	Não	Sim	Mesa Brasil Sesc; OdontoSesc; BiblioSesc	Gestor (a) de ESA atendida pelo MBS	21anos
3	58	Feminino	Feminino	Nutricionista	Pós-graduação stricto sensu	Rio de Janeiro	Sim	—	—	Ex-integrante da equipe do MBS	Atuei durante 3 anos
4	34	Feminino	Feminino	Nutricionista	Pós-graduação stricto sensu	Minas Gerais	Não	Sim	Mesa Brasil Sesc; OdontoSesc; Sesc Saúde Mulher	Assessora da equipe MBS; Pesquisadora da área de SAN	13 anos
5	49	Feminino	Feminino	Nutricionista	Pós-graduação lato sensu	Rio de Janeiro	Sim	—	—	Integrante da equipe do MBS	18
6	62	Feminino	Feminino	Professora	Pós-graduação stricto sensu	Rio de Janeiro	Não	Sim	Mesa Brasil Sesc	Curso de graduação em nutrição sobre o tema; Espaço de Controle Social	mais de 10 anos
7	37	Feminino	Feminino	Nutricionista	Superior	Paraíba	Sim	—	—	Integrante da equipe do MBS	11 anos
8	49	Feminino	Feminino	Nutricionista	Superior	São Paulo	Sim	—	—	Integrante da equipe do MBS	23 anos
9	45	Masculino	Masculino	Nutricionista	Pós-graduação lato sensu	Bahia	Não	Sim	Mesa Brasil Sesc	Participante de Espaço de Controle Social	20 anos
10	40	Feminino	Feminino	Assistente Social	Pós-graduação lato sensu	Rio Grande do Sul	Sim	—	—	Integrante da equipe do MBS	9 anos
11	37	Masculino	Masculino	Administrador	Pós-graduação lato sensu	Amazonas	Sim	—	—	Integrante da equipe do MBS	10 anos
12	30	Feminino	Feminino	Nutricionista	Nível superior	Goiás	Sim	—	—	Integrante da equipe do MBS	7 anos

**APÊNDICE J – Perfil geral dos participantes (n = 12)**

	<b>Perfis</b>	<b>(n° absoluto)</b>
Faixa etária	20 a 30 anos	2
	31 a 40 anos	4
	41 a 50 anos	3
	51 a 60 anos	2
	> 60 anos	1
Sexo (nascimento)	Feminino	10
	Masculino	2
Gênero (identificação)	Feminino	10
	Masculino	2
	Outros	0
Profissão	Nutricionista	8
	Assistente Social	2
	Professor(a) do Magistério Superior	1
	Administrador	1
Grau de instrução	Superior	3
	Pós-graduação Lato Sensu	6
	Pós-graduação Stricto Sensu	3
Local de atuação (regiões geográficas brasileiras)	Sul	1
	Sudeste	7
	Centro-oeste	1
	Nordeste	2
	Norte	1
Funcionário(a) ou ex-funcionário(a) Sesc	Sim	7
	Não	5

Conhece o trabalho realizado pelo Sesc	Sim	5
	Não	0
Projetos ou programas Sesc que conhecem	Mesa Brasil Sesc	5
	OdontoSesc	3
	BiblioSesc	3
	Sesc Saúde Mulher	2
	Projetos de alimentação e nutrição	1
Relação ou atuação na área da SAN	Integrante equipe MBS	6
	Ex-integrante equipe MBS	1
	Gestor(a) ou coordenador(a) de ESA	1
	Participante de Espaço de Controle s SSocial	2
	Pesquisadora em SAN	2
Tempo de atuação em SAN	0 a 10 anos	1
	11 a 19 anos	9
	≥ 20 anos	2

## APÊNDICE K – Quadros-fluxos componentes 1 e 2

COMPONENTE 1 – GESTÃO DO PROGRAMA MBS				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Planejamento das ações de captação e fidelização de parcerias com cronograma e orçamento previstos	Ações de captação e fidelização de parcerias planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	Proporção de novas parcerias captadas e proporção de parcerias fidelizadas	Redução das perdas e desperdício de alimentos na produção
Recursos humanos	Planejamento das ações de coleta e distribuição de doações com cronograma e orçamento previstos	Ações de coleta e distribuição de doações planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	Ampliação e diversificação das doações coletadas e distribuídas	Redução das perdas e desperdício de alimentos na distribuição
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS e Proposta Programática de trabalho MBS)	Planejamento das ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	Ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas (público assistido, gestores(as), equipes de trabalho, voluntariado), planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	Aprimoramento das ações educativas realizadas	Aprimoramento do conteúdo nutricional das refeições complementadas
Espaços físicos	Planejamento das ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, com cronograma, orçamento previsto e conteúdos adequados às seguintes temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.	Ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.	Aumento do acesso a informações quanto à SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	Maior eficiência dos processos de gestão do MBS
Equipamentos	Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para ampliação da equipe MBS	Ampliação da equipe MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	Maior efetividade dos processos de gestão
	Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para revitalização e/ou ampliação da frota MBS	Ampliação e/ou revitalização da frota MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto		
	Planejamento, com cronograma e orçamento previstos, para implantação de Unidades MBS	Ampliação do número de Unidades MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto		
	Divulgação do MBS, e de suas ações, nas mídias sociais	Número de parcerias estratégicas ampliado (logística, mídia, recursos financeiros, demais serviços)		
	Elaboração de um plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações do MBS elaborado		

COMPONENTE 2 – COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Captação de novos doadores	Número de doadores ampliado	Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)	Redução da situação de pobreza e fome
	Fidelização/valorização de doadores	Trabalho aprimorado com os doadores já existentes		
Recursos humanos	Coleta e distribuição de alimentos	Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação	Aumento do consumo consciente - alimentos/recursos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Veículos	Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	Número de entidades sociais atendidas ampliado		
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS)	Realização de ações educativas, com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	Redução da mortalidade infantil
	Equipamentos	Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social		
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos	Autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos realizados	Aumento da garantia de direitos sociais	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)
	Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

## APÊNDICE L – Quadros-fluxos componentes 3 e 4

COMPONENTE 3 - DHAA				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos Humanos para ações em conjunto	Reuniões estratégicas realizadas e parcerias formalizadas com Instituições de defesa e exigibilidade dos Direitos Humanos – Conselhos e Conselhos de Políticas Públicas para ações em conjunto	Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Recursos humanos	Realização de reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	Reuniões estratégicas e grupos operativos realizados com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	Atendimento a populações em risco social e nutricional (famílias, desabrigados, desalojados) ampliado	Ampliação do acesso à alimentação nutricional, culturalmente e ambientalmente adequada
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS e Proposta Programática de trabalho MBS)	Elaboração de projetos em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (Ex: EMATER)	Projetos elaborados em parceria com organismos de assistência técnica agrícola (Ex: EMATER)	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	Aumento da garantia de direitos sociais
Espaços físicos	Realização de reuniões/eventos/ações educativas com as entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	Eventos/reuniões/ações educativas realizadas com entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	Aumento da distribuição de alimentos regionais excedentes – safra	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Articulação com o poder público visando a construção/aprimoramento de uma política pública de SAN	Articulação com o poder público realizadas visando a construção/aprimoramento de uma política pública de SAN	Aumento da percepção da população vulnerável sobre seus direitos sociais	
	Realização de autoavaliação sistemática das reuniões/eventos/ações educativas	Autoavaliação sistemática das reuniões/eventos/ações educativas realizadas	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

COMPONENTE 4 - SAN				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Definição de mecanismos de monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	Mecanismos definidos para o monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	Aprimoramento da análise da situação local e nacional de SAN	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
	Realização de visitas de monitoramento às entidades sociais atendidas	Visitas de monitoramento realizadas		
Recursos humanos	Articulação de parcerias com outros equipamentos de SAN para garantia da regularidade do fornecimento de alimentos	Parcerias articuladas com outros equipamentos de SAN	Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos captados/coletados	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS; Sistema de informação e gestão – software MBS)	Realização de reuniões estratégicas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	Reuniões estratégicas realizadas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	Aumento da percepção da população vulnerável sobre SAN	Maior efetividade das ações educativas voltadas para a educação alimentar e nutricional
Espaços físicos	Realização de ações educativas com enfoque em SAN abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	Ações educativas realizadas com enfoque em SAN, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros de maneira ininterrupta e permanente	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

## APÊNDICE M – Quadros-fluxos componentes 5 e 6

COMPONENTE 5 – VULNERABILIDADE SOCIAL				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos financeiros	Realização de eventos em rede, promovidos pelas próprias entidades sociais, com apoio do MBS (relatos de casos/trocas de experiências)	Ações em rede realizadas pelas entidades sociais a fim de socializar informações e compartilhar experiências	Aumento do acesso a oportunidades (educação, formação continuada e trabalho/emprego) para o desenvolvimento enquanto cidadã(o)	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Recursos humanos	Realização sistemática de ações educativas, com diferentes abordagens, com ênfase na dialógica, popular e freiriana, buscando envolver todos os participantes do programa para que eles se tomem sujeitos da ação	Ações educativas realizadas a fim de discutir e esclarecer quanto ao efetivo exercício de direitos sociais e a utilização de equipamentos sociais e de saúde	Aumento da capacidade de acesso aos meios de subsistência suficientes às necessidades essenciais (alimentação, moradia digna e cuidados de saúde e higiene)	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS)	Realização de reuniões/palestras/atividades/grupos operativos com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	Reuniões/palestras/atividades/grupos operativos realizados com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão e participação efetiva nas instâncias formais de controle social	Aumento da garantia de direitos sociais
Espaços físicos	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	Aumento da utilização dos equipamentos sociais e de saúde	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	

COMPONENTE 6 – SOLIDARIEDADE				
INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	
Recursos humanos	Realização de ações de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do MBS junto à sociedade)	Número de ações exercidas por voluntários(as) no MBS	Aumento da rede de combate à fome e ao desperdício (indivíduos, organizações e poder público)	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Recursos materiais (Guia de procedimentos técnico-operacionais MBS e Guia do Voluntário MBS)	Realização de reuniões, palestras, etc, sobre a importância do voluntariado no combate à fome e ao desperdício	Número de ações voluntárias realizadas por colaboradores(as) das organizações	Ampliação do número de voluntários individuais e corporativos no MBS	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)
Espaços físicos	Articulação com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Aumento do consumo consciente	Aumento da garantia de direitos sociais
Recursos financeiros	Articulação com o poder público para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Número de ações realizadas em conjunto com o poder público para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	Aumento da proporção de alimentos oriundos da agricultura familiar	Ampliação da responsabilidade social
	Diversificação de parcerias do Programa MBS para incentivo a projetos com a agricultura familiar	Projetos de incentivo à agricultura familiar realizados	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas		
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

## ANEXO A – Certificado de parceria Sesc e Fome Zero.



ANEXO B - Organograma do Departamento Nacional do Sesc (Sesc/DN) – 2020.

